PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.580, DE 29 DE JANEIRO DE 1988.

"Dá nova redação ao artigo 5º, da Lei Municipal nº 1.572, de 08 de dezembro de 1987 e estabelece outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - O Artigo 5º, da Lei Municipal nº 1.572, de 08 de dezembro de 1987, passa a ter a seguinte redação:

"ARTIGO 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de novembro de 1987, com exceção das gratificações que retroagem seus efeitos a 1º de julho de 1987."

ARTIGO 2º - Os Anexos I e II, de que trata a Lei Municipal nº 1.572/87, ficam substituidos pelos integrantes desta Lei, surtindo seus efeitos a partir de 1º de dezembro de 1987.

ARTIGO 3º - Os benefícios da presente lei não alcançam os servidores que exercem as funções de Motorista, Auxiliar Geral, Auxiliar de Enfermagem e Dentista, por terem seus respectivos salários fixados com base no Quadro de Servidores da Prefeitura Municipal de Tremembé.

ARTIGO 4º - As despesas com a execução da presente lei onerarão as verbas orçamentárias próprias vigentes, suplementadas se necessário.

ARTIGO 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de dezembro de 1987.

ARTIGO 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 29 de janeiro de 1988.

Messias Paredão Nascimento Lima

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 29 de janeiro de 1988.

Roberto Fernandes dos Santos

Resp./Exp. Secretaria Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120

ESTADO DE SÃO PAULO

A N E X O I

CSE

E M P R E G O S	SALÁRIOS - Cz$.
Atendente	4.254,54
Visitador Sanitário	6.285,92
Psicólogo	9.939,55
Assistente Social	13.252,75
Enfermeira-Chefe	18.661,22
Chefe Administrativo	5.108,33
Médico Consultante	6.014,56
Médico-Chefe Odontológico	6.014,56
Médico-Diretor	6.014,56

PRONTO ATENDIMENTO

E M P R E G O S	SALÁRIOS - Cz$.
Atendente (Diurno)	4.254,54
Atendente (Noturno)	4.254,54
Auxiliar-Enfermagem (Diurno)	6.285,92
Auxiliar-Enfermagem (Noturno)	6.285,92
Médico Consultante (20 horas)	6.014,56
Médico Plantão (12 horas c/horário noturno)	6.014,56
Médico Plantão (12 horas s/horário noturno)	6.014,56
Médico-Chefe	6.014,56
Enfermeira	12.282,08

Prefeitura Municipal de Tremembé, 29 de janeiro de 1988.

Messias Paredão Nascimento Lima
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120

ESTADO DE SÃO PAULO

A N E X O II

CSE

E M P R E G O S	GRATIFICAÇÃO - Cz$	PRÓ-LABORE - Cz$
Atendente.....	2.694,93	-
Visitador Sanitário.....	2.694,93	-
Psicólogo.....	2.599,83	-
Assistente Social.....	3.459,23	-
Enfermeira-Chefe.....	3.459,23	-
Chefe Administrativo.....	-	5.108,34
Médico Consultante.....	12.365,98	-
Médico-Chefe Odontológico....	12.365,98	3.901,50
Médico Diretor.....	12.365,98	9.952,97

PRONTO ATENDIMENTO

E M P R E G O S	GRATIFICAÇÃO - Cz$	PRÓ-LABORE - Cz$
Atendente (Diurno).....	2.694,93	-
Atendente (Noturno).....	2.694,93	-
Auxiliar-Enfermagem (Diurno).	2.694,93	-
Auxiliar-Enfermagem (Noturno).....	2.694,93	-
Médico Consultante (20 horas).....	12.365,98	-
Médico Plantão (12 horas c/horário noturno).....	7.419,77	1.569,77
Médico Plantão (12 horas s/horário noturno).....	7.419,77	-
Médico-Chefe.....	11.414,68	3.901,50
Enfermeira.....	3.459,23	-

Prefeitura Municipal de Tremembé, 29 de janeiro de 1988.

Messias Paredão Nascimento Lima
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.581, DE 29 DE JANEIRO DE 1988.

"Autoriza o Poder Executivo a celebrar convênio com o Estado de São Paulo, através da Secretaria da Educação, objetivando preencher as necessidades de pessoal de apoio administrativo das escolas públicas estaduais, localizadas no Município de Tremembé".

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar convênio com o Estado de São Paulo, através da Secretaria da Educação, objetivando preencher as necessidades de pessoal de apoio administrativo das escolas públicas estaduais, localizadas neste município.

PARÁGRAFO ÚNICO - O convênio a que se refere o artigo será firmado nos termos da minuta anexa, que, rubricada pelo Prefeito Municipal, passa a fazer parte integrante da presente lei.

ARTIGO 2º - Fica ainda o Poder Executivo autorizado a tomar as providências necessárias à execução do convênio referido no artigo anterior.

ARTIGO 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 29 de janeiro de 1988.

Messias Paredão Nascimento Lima
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 29 de janeiro de 1988.

Roberto Fernandes dos Santos
Resp./Exp. Secretaria Municipal

ESTADO DE SÃO PAULO

Termo de Convênio celebrado entre o Estado de São Paulo, através da Secretaria da Educação e o Município

objetivando a conjugação de esforços no sentido de dotar as Escolas Estaduais do Município, de escriturários, inspetores de alunos e serventes.
(Processo nº).

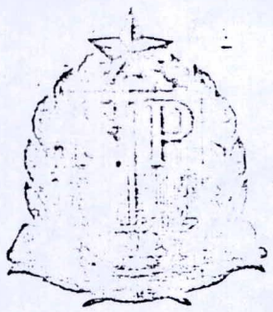
O Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Educação, doravante denominada SECRETARIA, neste ato representada pelo seu titular
devidamente autorizado pelo Senhor Governador do Estado e o Município de
doravante denominado MUNICÍPIO, representado pelo Prefeito Municipal, Senhor
devidamente autorizado pela Lei Municipal nº ,
de de de 198 , têm entre si justo e acertado, celebrar o presente Convênio com as Cláusulas que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO

Objetiva o presente Convênio, a conjugação de esforços no sentido de dotar as escolas estaduais do MUNICÍPIO, de escriturários, serventes e inspetores de alunos em número de acordo com o estabelecido pela legislação em vigor.

De conseqüência, constitui objeto mediato do Convênio a contratação de pessoal, pelo MUNICÍPIO, e sua colocação para prestação de serviços em escolas estaduais no Município de



ESTADO DE SÃO PAULO

CLÁUSULA SEGUNDA

DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTÍCIPES

1- Obrigações Comuns:

a) proporcionar facilidades para o fluxo de dados e informações;

b) supervisionar a implantação e desenvolvimento das ações decorrentes do objeto do presente Convênio.

2- Obrigações da SECRETARIA:

a) fixar o número mínimo de escriturários, serventes e inspetores de alunos necessários para cada escola;

b) fornecer à PREFEITURA os requisitos estabelecidos para a contratação de escriturários, serventes e inspetores de alunos a serem colocados à disposição das escolas;

c) destinar recursos financeiros ao MUNICÍPIO para cobrir o pagamento de todas as despesas do MUNICÍPIO decorrentes do preenchimento das necessidades da escola em matéria de escriturários, inspetores de alunos e serventes;

d) providenciar a previsão no orçamento anual, para os exercícios subseqüentes, dos recursos financeiros necessários para fazer face às despesas decorrentes deste Convênio;

e) prestar assessoria técnica ao MUNICÍPIO nos processos de contratação e treinamento do pessoal resultantes da realização do objeto deste Convênio.

3- Obrigações do MUNICÍPIO:

a) durante o período de duração do Convênio colocar escriturários, serventes e inspetores de alunos à disposição das escolas estaduais do MUNICÍPIO, de acordo com o núme

ro estabelecido pela SECRETARIA para desempenharem os encargos previstos nos Regimentos das Escolas Estaduais de 1º e 2º Graus e Técnicas;

b) providenciar os instrumentos legais e regulamentares a nível municipal, que viabilizem a execução das cláusulas deste Convênio;

c) recrutar, selecionar, admitir e treinar o pessoal com observância dos requisitos estabelecidos pelas SECRETARIA;

d) recolher ao Tesouro do Estado as importâncias não aplicadas até o final do exercício, destinadas pela SECRETARIA à execução deste Convênio.

CLÁUSULA TERCEIRA --

DA EXECUÇÃO DO CONVÊNIO

A execução do Convênio ficará a cargo dos órgãos da SECRETARIA e do MUNICÍPIO no âmbito de suas respectivas competências e atribuições.

§ 1º - Caberá ao MUNICÍPIO a administração dos recursos financeiros colocados a sua disposição.

§ 2º - Caberá à Delegacia de Ensino a supervisão da execução do presente Convênio na sua área de abrangência.

§ 3º - Os escriturários, serventes e inspetores de alunos postos à disposição das escolas pelo MUNICÍPIO ficarão subordinados, no desempenho de seus encargos, à Direção das Escolas.

§ 4º - A Direção da Escola deverá informar mensalmente à Prefeitura a freqüência dos escriturários, serventes e inspetores de alunos colocados a sua disposição.

ESTADO DE SÃO PAULO

CLÁUSULA QUARTA

DOS RECURSOS FINANCEIROS

Serão destinados, para execução do presente Convênio no exercício de 198 , recursos financeiros no valor de Cz$ (

), onerando a Classificação Econômica e Funcional Programática , vinculada à Unidade de Despesa

§ 1º - A prestação de contas dos recursos financeiros deverá ser feita nos moldes exigidos pelo Tribunal de Contas do Estado.

§ 2º - Os recursos serão determinados em função do número de escriturários, serventes e inspetores de alunos necessários para completar o módulo mínimo da escola.

§ 3º - Os recursos financeiros serão depositados, mensalmente, na Agência do BANESPA, em conta especial do Convênio.

§ 4º - Em exercícios futuros correrão as despesas à conta das dotações próprias dos respectivos orçamentos.

CLÁUSULA QUINTA

DAS ALTERAÇÕES

O presente Convênio poderá ser aditado mediante termos próprios, obedecidas as disposições legais e regulamentares vigentes.

ESTADO DE SÃO PAULO

CLÁUSULA SEXTA

DA VIGÊNCIA

O presente Convênio terá a duração de 02 (dois) anos a partir da data da sua assinatura, podendo ser prorrogado até o limite de 05 (cinco) anos.

CLÁUSULA SÉTIMA

DA DENÚNCIA, RESCISÃO OU RESOLUÇÃO

1. O Convênio poderá ser desfeito durante o prazo de vigência, por mútuo consentimento dos Partícipes, ou denúncia de qualquer deles, por desinteresse, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias.

2. O Convênio poderá ser rescindido, por infração legal ou convencional, respondendo, pelas perdas e danos, o Partícipe que lhes der causa.

3. O Secretário da Educação e o Prefeito Municipal são autoridades competentes para denunciar, resolver ou rescindir este Convênio.

CLÁUSULA OITAVA

DO CRITÉRIO DE REAJUSTE

Ocorrendo necessidade de reajuste e havendo disponibilidade financeira, a SECRETARIA e o MUNICÍPIO se obrigam a reajustar o valor do Convênio, com base na legislação vigente.

5

ESTADO DE SÃO PAULO

CLÁUSULA NONA

DO FORO

Fica eleito o Foro da Capital de São Paulo para dirimir quaisquer dúvidas na execução deste instrumento.

E, por estarem de acordo, firmam o presente Convênio, em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

São Paulo, de de 198

Secretário da Educação

Prefeito Municipal

Testemunhas:

1ª _____

2ª _____

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.582, DE 29 DE JANEIRO DE 1988.

"Autoriza a abertura de crédito adicional especial para o fim que determina".

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Consoante o disposto no artigo 42 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, fica o Chefe do Executivo autorizado a abrir, ao Orçamento do Município, no Serviço de Finanças - Setor de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Tremembé, um crédito adicional especial da ordem de Cz$ 1.300.000,00 (HUM MILHÃO E TREZENTOS MIL CRUZADOS), destinado ao pagamento de gratificação trimestral, referente aos meses de outubro, novembro e dezembro de 1987, dos servidores contratados na forma do convênio existente entre a Secretaria de Estado da Saúde, Prefeitura Municipal de Tremembé e Irmandade Filantrópica do Hospital Bom Jesus da Santa Casa de Misericórdia de Tremembé, assim classificado:

9. SERVIÇO DE SAÚDE

9.1 SETOR DE SAÚDE

13754280.00 - Manutenção das Atividades da Assistência Médica e Sanitária.

3.0.0.0 - DESPESAS CORRENTES

3.1.0.0 - Despesas de Custeio

3.1.1.0 - Pessoal

3.1.1.1 - Pessoal Civil.....Cz$ 1.300.000,00

PARÁGRAFO ÚNICO - Do decreto que abrir o crédito a que se refere o artigo constarão, de modo obrigatório, os recursos hábeis de cobertura, bem como a classificação da despesa até onde for possível.

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 29 de janeiro de 1988.

Messias Paredão Nascimento Lima

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 29 de janeiro de 1988.

Roberto Fernandes dos Santos

Resp./Exp. Secretaria Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.583, DE 08 DE MARÇO DE 1988.

"Dispõe sobre concessão administrativa de bem municipal, para o fim que especifica".

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - De conformidade com o disposto no artigo 65, § 1º, do Decreto-lei Complementar nº 9, de 31 de dezembro de 1969, fica o Chefe do Executivo autorizado a outorgar mediante escritura pública ou contrato de comodato, à Guarda Mirim de Tremembé, pelo prazo de 30 (trinta) anos, concessão administrativa do imóvel sito à Rua Santa Terezinha, s/nº - Vila Santo Antonio, para instalação e funcionamento de sua sede social.

PARÁGRAFO ÚNICO - O imóvel a que se refere o artigo acha-se devidamente configurado na planta anexa que, rubricada pelo Prefeito Municipal, fica fazendo parte integrante desta lei, com a seguinte descrição:

"terreno medindo 64,62 m com frente para a Rua Santa Terezinha, e de quem da rua olha para o imóvel mede 22,71 m em linha curva mais 12,60 m em linha reta do lado direito, confrontando com a Rua Santo Antonio; 2,30 m em linha reta, deflete a direita e segue 32,60 m em linha reta confrontando com a Rua São Luiz; e 57,20 m pelos fundos confrontando com as propriedades de Ana Marcondes Pereira e do IPESP - Instituto de Previdência do Estado de São Paulo, encerrando uma área de 2.136,79 m² (dois mil, cento e trinta e seis metros e setenta e nove decímetros quadrados)".

ARTIGO 2º - Do ato a ser celebrado deverão constar, de modo obrigatório, as seguintes cláusulas e/ou condições:

a)- de retrocessão do imóvel ao patrimônio municipal, se a entidade outorgada não lhe der o destino previsto no prazo máximo de 02 (dois) anos;

b)- de reversão do mesmo ao patrimônio da Municipalidade, com todas as benfeitorias nele existentes, após expirado o prazo de concessão, salvo prévia manifestação da outorgada na sua prorrogação, pelo menos 90 (noventa) dias do seu término.

ARTIGO 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 08 de março de 1988.

Messias Paredão Nascimento Lima

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, 08 de março de 1988.

Júlio Celso Otani

Secretário Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120

ESTADO DE SÃO PAULO

ENGENHARIA

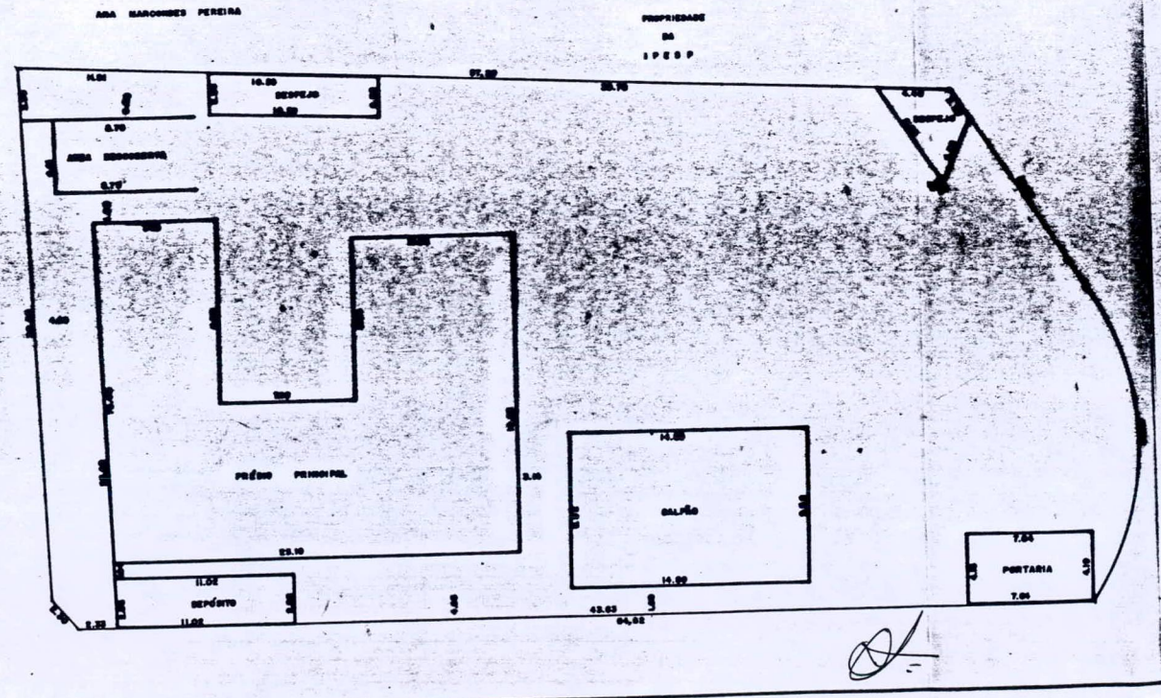
MEMORIAL DESCRITIVO:

DE UMA ÁREA DE TERRENO DE PROPRIEDADE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, SITO À RUA SANTA TEREZINHA S/Nº, VILA SANTO ANTONIO - TREMEMBÉ/SP.

DESCRIÇÃO DA ÁREA:- Terreno medindo 64,62m com frente para a Rua Santa Terezinha, e de quem da rua olha para o imóvel mede 22,71m em linha curva mais 12,60m em linha reta do lado direito, confrontando com a rua Santo Antonio; 2,30m em linha reta, deflete a direita e segue 32,60m em linha reta confrontando - com a rua São Luiz; e 57,20m pelos fundos confrontando com as propriedades de Ana Marcondes Pereira e da IPESP (Instituto de Previdência do Estado de São Paulo), encerrando uma área de 2.136,79 metros quadrados.

Tremembé, 04 de fevereiro de 1988

Sérgio Luiz de Alvarenga
Engenheiro Civil
CREA 96.680/D-SP



CROQUI

folha única

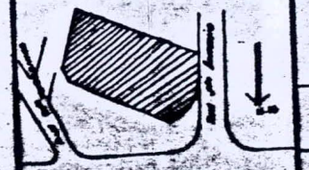
DE SITUAÇÃO DE UM IMÓVEL DA PREFEITURA CEDIDO EM COMODATO PARA A GUARDA MIRIM

PROP.º: PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

LOCAL: R. SANTA TEREZINHA, , VILA STO ANTONIO, TREMEMBÉ - S.P.

esc. 1:200

SITUAÇÃO S/ ESCALA



ÁREAS M²

TERRENO 2.100,70

CONSTRUÇÃO

ÁREA DESCOBERTA

TOTAL 787,20

APROVAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.584, DE 08 DE MARÇO DE 1988.

"Dispõe sobre criação de empregos e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Por força do Convênio de Cooperação Técnica e Financeira, assinado entre a Prefeitura Municipal de Tremembé e o Ministério da Previdência e Assistência Social - MPAS, cujo objetivo é a implantação e desenvolvimento do Programa Recriança, ficam por esta lei criados os empregos abaixo discriminados:

EMPREGOS/CLT	CARGA HORÁRIA/DIA	SALÁRIOS/MÊS
02 ASSISTENTE SOCIAL.....	04 horas	Cz$ 13.726,44
01 ASSISTENTE SOCIAL.....	08 horas	Cz$ 27.452,00
01 PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA.....	04 horas	Cz$ 13.726,44
01 PSICÓLOGO.....	04 horas	Cz$ 13.726,44
05 ESTAGIÁRIOS.....	04 horas	Cz$ 6.863,22

PARÁGRAFO ÚNICO - A especificação, atribuição e condição dos ocupantes dos empregos, serão estabelecidos por Decreto do Executivo.

ARTIGO 2º - A presente Lei vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, prazo este de execução dos projetos, conforme cláusula quarta do convênio, com efeito retroativo a 15 de dezembro de 1987 e término a 15 de dezembro de 1988.

ARTIGO 3º - Para fazer face as despesas decorrentes desta Lei, fica autorizada a abertura no Serviço de Finanças - Setor de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Tremembé, um crédito adicional especial da ordem de Cz$ 3.429.410,00 (TRÊS MILHÕES, QUATROCENTOS E VINTE E NOVE MIL E QUATROCENTOS E DEZ CRUZADOS).

PARÁGRAFO ÚNICO - Do decreto que abrir o crédito a que se refere o artigo constarão, de modo obrigatório, os recursos hábeis de cobertura, bem como a classificação da despesa até onde for possível.

ARTIGO 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 15 de dezembro de 1987, somente para fins de cumprimento do prazo do convênio.

ARTIGO 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 08 de março de 1988.

Messias Paredão Nascimento Lima

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 08 de março de 1988.

Júlio Celso Otani

Secretário Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.585, DE 08 DE MARÇO DE 1988.

"Dispõe sobre substituição do Anexo 8, constante do orçamento financeiro vigente".

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - O Anexo 8 - DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÕES, PROGRAMAS, SUBPROGRAMAS CONFORME VÍNCULO COM OS RECURSOS, de acordo com a Lei Federal nº 4.320/64, constante do orçamento financeiro vigente, fica substituído pelo anexo integrante desta lei.

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de janeiro de 1988.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 08 de março de 1988.

Messias Paredão Nascimento Lima

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 08 de março de 1988.

Júlio Celso Otani

Secretário Municipal

LEI Nº 4320/64 - ANEXO 8

Cz $ 1.00

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNCÕES, PROGRAMAS, SUBPROGRAMAS CONFORME VÍNCULO COM OS RECURSOS

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL
01000000.00	LEGISLATIVA	5.200.000,00	2.000.000,00	7.200.000,00
01010000.00	Processo Legislativo	3.550.000,00	2.000.000,00	5.550.000,00
01480000.00	Cultura	200.000,00	-	200.000,00
01820000.00	Previdência	1.450.000,00	-	1.450.000,00
01010010.00	Ação Legislativa	2.000.000,00	-	2.000.000,00
01010210.00	Administração Geral	1.550.000,00	2.000.000,00	3.550.000,00
01482470.00	Difusão Cultural	200.000,00	-	200.000,00
01824950.00	Previdência Social a Inativos e Pensionistas	1.450.000,00	-	1.450.000,00
03000000.00	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	21.720.000,00	18.000.000,00	39.720.000,00
03070000.00	Administração	15.390.000,00	13.000.000,00	28.390.000,00
03070200.00	Supervisão e Coordenação Superior	4.400.000,00	3.000.000,00	7.400.000,00
03070210.00	Administração Geral	10.790.000,00	10.000.000,00	20.790.000,00
03073630.00	Promoção do Turismo	200.000,00	-	200.000,00
03080000.00	Administração Financeira	3.570.000,00	5.000.000,00	8.570.000,00
03080300.00	Administração de Receitas	2.350.000,00	2.000.000,00	4.350.000,00
03080320.00	Contrôle Interno	270.000,00	3.000.000,00	3.270.000,00
03080330.00	Dívida Interna	950.000,00	-	950.000,00
	TOTAL	-	-	-

LEI Nº 4320/64 - ANEXO 8

Cz $ 1.00

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÕES, PROGRAMAS, SUBPROGRAMAS CONFORME VÍNCULO COM OS RECURSOS

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL
03090000.00	Planejamento Governamental	710.000,00	-	710.000,00
03090400.00	Planejamento e Orçamentação	680.000,00	-	680.000,00
03090310.00	Assistência Financeira	30.000,00	-	30.000,00
03460000.00	Educação Física e Desportos	700.000,00	-	700.000,00
03462240.00	Desporto Amador	700.000,00	-	700.000,00
03910000.00	Transporte Urbano	1.350.000,00	-	1.350.000,00
03915730.00	Contrôle e Segurança do Tráfego Urbano	1.350.000,00	-	1.350.000,00
04000000.00	AGRICULTURA	350.000,00	-	350.000,00
04160000.00	Abastecimento	350.000,00	-	350.000,00
04160800.00	Sementes e Mudas	350.000,00	-	350.000,00
08000000.00	EDUCAÇÃO E CULTURA	13.130.000,00	20.000.000,00	33.130.000,00
08420000.00	Ensino de 1º Grau	4.220.000,00	20.000.000,00	24.220.000,00
08421880.00	Ensino Regular	2.010.000,00	18.000.000,00	20.010.000,00
08421900.00	Educação Pré-Escolar	2.210.000,00	2.000.000,00	4.210.000,00
08440000.00	Ensino Superior	300.000,00	-	300.000,00
08442350.00	Bolsas de Estudo	300.000,00	-	300.000,00
	TOTAL	-	-	-

LEI Nº 4320/64 - ANEXO 8

Cz $ 1.00

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNCÕES, PROGRAMAS, SUBPROGRAMAS CONFORME VÍNCULO COM OS RECURSOS

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL
08460000.00	Educação Física e Desportos	5.000.000,00	-	5.000.000,00
08462280.00	Parques Recreativos e Desportivos	5.000.000,00	-	5.000.000,00
08480000.00	Cultura	3.170.000,00	-	3.170.000,00
08480310.00	Assistência Financeira	110.000,00	-	110.000,00
08482470.00	Difusão Cultural	3.060.000,00	-	3.060.000,00
08490000.00	Educação Especial	440.000,00	-	440.000,00
08492520.00	Educação Compensatória	440.000,00	-	440.000,00
10000000.00	HABITAÇÃO E URBANISMO	8.982.000,00	16.128.000,00	25.110.000,00
10580000.00	Urbanismo	3.700.000,00	10.000.000,00	13.700.000,00
10583230.00	Planejamento Urbano	2.200.000,00	9.000.000,00	11.200.000,00
10583470.00	Produção Industrial	1.500.000,00	1.000.000,00	2.500.000,00
10600000.00	Serviço de Utilidade Pública	5.282.000,00	6.128.000,00	11.410.000,00
10603250.00	Limpeza Pública	1.672.000,00	3.128.000,00	4.800.000,00
10603260.00	Serviços Funerários	1.660.000,00	-	1.660.000,00
10603270.00	Iluminação Pública	600.000,00	1.000.000,00	1.600.000,00
10603280.00	Parques e Jardins	1.350.000,00	2.000.000,00	3.350.000,00
11000000.00	INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS	2.190.000,00	-	2.190.000,00
11160000.00	Abastecimento	2.190.000,00	-	2.190.000,00
	TOTAL	-	-	-

LEI Nº 4320/64 - ANEXO 8

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNCÕES, PROGRAMAS, SUBPROGRAMAS CONFORME VÍNCULO COM OS RECURSOS

Cz $ 1.00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL
11163530.00	Comercialização	2.190.000,00	-	2.190.000,00
13000000.00	SAÚDE E SANEAMENTO	2.846.000,00	26.614.000,00	29.460.000,00
13750000.00	Saúde	1.386.000,00	23.614.000,00	25.000.000,00
13754280.00	Assistência Médica e Sanitária	1.386.000,00	23.614.000,00	25.000.000,00
13760000.00	Saneamento	1.460.000,00	3.000.000,00	4.460.000,00
13764480.00	Saneamento Geral	1.460.000,00	3.000.000,00	4.460.000,00
15000000.00	ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA	5.640.000,00	4.300.000,00	9.940.000,00
15810000.00	Assistência	2.050.000,00	-	2.050.000,00
15814860.00	Assistência Social Geral	130.000,00	-	130.000,00
15814870.00	Assistência Comunitária	1.920.000,00	-	1.920.000,00
15820000.00	Previdência	2.990.000,00	3.000.000,00	5.990.000,00
15824920.00	Previdência Social Geral	2.000.000,00	2.000.000,00	4.000.000,00
15824950.00	Previdência Social a Inativos e Pensionistas	990.000,00	1.000.000,00	1.990.000,00
15840000.00	Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público-PASEP	600.000,00	1.300.000,00	1.900.000,00
15844940.00	Previdência Social ao Servidor Público - PASEP	600.000,00	1.300.000,00	1.900.000,00
16000000.00	TRANSPORTE	7.345.000,00	555.000,00	7.900.000,00
	TOTAL	-	-	-

LEI Nº 4320/64 - ANEXO 8

Cz $ 1.00

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNCÕES, PROGRAMAS, SUBPROGRAMAS CONFORME VÍNCULO COM OS RECURSOS

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL
16510000.00	Energia Elétrica	145.000,00	55.000,00	200.000,00
16880000.00	Transporte Rodoviário	7.200.000,00	500.000,00	7.700.000,00
16512690.00	E letrificação Rural	145.000,00	55.000,00	200.000,00
16885320.00	Terminais Rodoviários	3.000.000,00	-	3.000.000,00
16885340.00	Estradas Vicinais	4.200.000,00	500.000,00	4.700.000,00
	TOTAL	67.403.000,00	87.597.000,00	155.000.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.586, DE 11 DE MARÇO DE 1988.

"Dispõe sobre a criação de funções para os fins que especifica".

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Ficam criadas, junto à Divisão de Educação Infantil do Município de Tremembé, mais 3 (três) funções de PROFESSOR - Referência "10", para fins de melhor desenvolvimento das atividades das EMEI's (Escolas Municipais de Educação Infantil).

PARÁGRAFO ÚNICO - As atribuições, condições e jornadas de trabalho dos ocupantes das funções ora criadas, serão estabelecidas através de decreto do Executivo.

ARTIGO 2º - Aplicam-se as funções de que trata o artigo anterior, os mesmos direitos e vantagens a que se refere o artigo 16, da Lei Municipal nº 1.304, de 19 de novembro de 1984.

ARTIGO 3º - As funções criadas por esta lei passam a integrar o Quadro de Pessoal Celetista constante da Lei Municipal nº 1.351, de 31 de maio de 1985.

ARTIGO 4º - Os dispêndios com o cumprimento do disposto nesta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas quando necessário.

ARTIGO 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 11 de março de 1988.

Messias Paredão Nascimento Lima

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 11 de março de 1988.

Júlio Celso Otani

Secretário Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.587, DE 11 DE MARÇO DE 1988.

"Autoriza a abertura de crédito adicional especial para o fim que especifica".

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Na forma a que se refere o artigo 42, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, fica o Chefe do Executivo autorizado a abrir, ao Orçamento do Município, no Serviço de Finanças - Setor Contábil da Prefeitura Municipal de Tremembé, um crédito adicional especial no valor total de Cz$..... Cz$ 400.000,00 (QUATROCENTOS MIL CRUZADOS), destinado ao custeio das despesas com o prosseguimento da construção da Quadra de Esportes no imóvel onde está funcionando o Grupo Escolar do SESI.

PARÁGRAFO ÚNICO - O ato que abrir o crédito referido no artigo indicará a importância, a espécie do mesmo, os recursos para a sua cobertura e a classificação da despesa até onde for possível.

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 11 de março de 1988.

Messias Paredes Nascimento Lima
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 11 de março de 1988.

Júlio Celso Otani
Secretário Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.588, DE 21 DE MARÇO DE 1988.

"Dispõe sobre gratificação a servidores e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - É concedida uma gratificação mensal pelo prazo de 60 (sessenta) dias, que fica fazendo parte integrante do ANEXO I, anexo a esta lei, a todos os servidores contratados na forma do Convênio celebrado entre a Secretaria de Estado da Saúde, Prefeitura Municipal de Tremembé e a Irmandade Filantrópica do Hospital Bom Jesus da Santa Casa de Misericórdia de Tremembé, para o desenvolvimento das atividades do Pronto-Atendimento.

ARTIGO 2º - O benefício instituído pela presente lei não abrange os servidores que exercem as funções de Motorista, Auxiliar-Geral, Auxiliar de Enfermagem e Dentista, por terem seus respectivos salários fixados com base no quadro de servidores da Prefeitura Municipal de Tremembé.

ARTIGO 3º - As despesas com a execução da presente lei onerarão as verbas próprias, alocadas no Serviço de Saúde e constantes do orçamento financeiro vigente, suplementadas se necessário.

ARTIGO 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 1988.

ARTIGO 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 21 de março de 1988.

Messias Paredão Nascimento Lima
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 21 de março de 1988.

Júlio Celso Otani
Secretário Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120

ESTADO DE SÃO PAULO

A N E X O I

CSE

EMPREGO	CARGA HORÁRIA	GRATIFICAÇÃO
Atendente	08 hs/dia	15.000,00
Visitador Sanitário	08 hs/dia	20.000,00
Psicologo	04 hs/dia	25.500,00
Assistente Social	08 hs/dia	45.000,00
Enfermeira-Chefe	08 hs/dia	45.000,00
Chefe-Administrativo	08 hs/dia	60.000,00
Médico Consultante	04 hs/dia	55.000,00
Médico-Chefe Odontologico	08 hs/dia	110.000,00
Médico-Diretor	08 hs/dia	110.000,00
Diretor de Saúde	04 hs/dia	30.000,00

PRONTO ATENDIMENTO

EMPREGO	CARGA HORÁRIA	GRATIFICAÇÃO
Atendente (diurno)	08 hs/dia	15.000,00
Atendente (noturno)	08 hs/dia	17.000,00
Médico-Plantão	24 hs/dia	70.000,00
Médico-Plantão (s/h/noturno)	12 hs/dia	35.000,00
Médico-Plantão (c/h/noturno)	12 hs/dia	38.000,00
Enfermeira	08 hs/dia	40.000,00

Prefeitura Municipal de Tremembé, 21 de março de 1988.

Messias Paredão Nascimento Lima
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.589, DE 30 DE MARÇO DE 1988.

"Cria a AUTARQUIA MUNICIPAL DE SAÚDE - AMUSA e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Fica criado a AUTARQUIA MUNICIPAL DE SAÚDE - AMUSA, entidade jurídica de direito público interno, com sede e foro na cidade de Tremembé, Estado de São Paulo, dispondo de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, dentro dos limites a serem estabelecidos no estatuto que deverá ser aprovado por decreto executivo, dentro do prazo estabelecido em lei.

ARTIGO 2º - O Orçamento da AUTARQUIA MUNICIPAL DE SAÚDE - AMUSA, será aprovado por decreto do executivo.

ARTIGO 3º - O Prefeito constituirá dentro de 10 (dez) dias, a contar da vigência desta lei, uma Comissão de três membros para promover o levantamento do patrimônio que deverá ser entregue a AMUSA.

ARTIGO 4º - Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir, por decreto, um crédito adicional especial na importância de Cz$ 20.000.000,00 (VINTE MILHÕES DE CRUZADOS), para atender às despesas com a instalação da autarquia, na forma do disposto no artigo 42, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

PARÁGRAFO ÚNICO - Do decreto que abrir o crédito adicional especial a que se refere o presente artigo, constarão os recursos financeiros disponíveis para a sua cobertura.

ARTIGO 5º - Fica extinto o atual Setor de Saúde da Prefeitura Municipal de Tremembé, subordinado ao Serviço de Saúde, criado pela Lei Municipal nº 1.103, de 26 de maio de 1981 e regulamentado pelo Decreto nº 554, de 04 de junho de 1981.

ARTIGO 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 30 de março de 1988.

Messias Paredão Nascimento Lima
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 30 de março de 1988.

Júlio Celso Otani
Secretário Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.590, DE 30 DE MARÇO DE 1988.

"Dispõe sobre alteração de referências e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Os empregos de 02 (dois) Engenheiro - Nível II - Referência "27" e 01 (um) Engenheiro - Nível III - Referência "28", constantes do Anexo V - CLT., da Lei Municipal nº 1.351, de 31 de maio de 1985, passam para as seguintes referências e quantidade:

01 (UM) ENGENHEIRO - NÍVEL II - REFERÊNCIA "27", passa para a REFERÊNCIA "29".

01 (UM) ENGENHEIRO - NÍVEL III - REFERÊNCIA "28", passa para a REFERÊNCIA "30".

01 (UM) ENGENHEIRO - NÍVEL II - REFERÊNCIA "27", passa para o NÍVEL III - REFERÊNCIA "30".

ARTIGO 2º - As despesas com a execução desta lei, onerarão as verbas orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

ARTIGO 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 30 de março de 1988.

Messias Paredão Nascimento Lima
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 30 de março de 1988.

Júlio Celso Otani
Secretário Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.591, DE 07 DE ABRIL DE 1988.

"Dispõe sobre a criação de empregos e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - O Quadro de Pessoal Celetista da Prefeitura Municipal de Tremembé, constante da Lei Municipal de nº 1.351, de 31 de maio de 1985, fica acrescido dos seguintes empregos:

01 (HUM) AUXILIAR DE SUPERVISOR DA MERENDA ESCOLAR - REFERÊNCIA "10".

01 (HUM) ENCARREGADO DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS PARTICULARES - REFERÊNCIA "19".

01 (HUM) CARDEXISTA - REFERÊNCIA "17".

01 (HUM) DESENHISTA PROJETISTA - REFERÊNCIA "18".

02 (DOIS) AUXILIAR DE ALMOXARIFE - REFERÊNCIA "10".

01 (HUM) CADASTRADOR - REFERÊNCIA "19".

01 (HUM) ENGENHEIRO - NÍVEL II - REFERÊNCIA "27".

01 (HUM) AUXILIAR DE MECÂNICO - REFERÊNCIA "6".

10 (DEZ) AUXILIAR GERAL - REFERÊNCIA "5".

01 (HUM) AGENTE DE SEGURANÇA - REFERÊNCIA "19".

01 (HUM) ARQUITETO - REFERÊNCIA "27".

§ 1º - A especificação e atribuição, condição e horário de trabalho dos ocupantes dos empregos de que trata o artigo, serão estabelecidos por Decreto-Executivo.

§ 2º - Aplicam-se aos empregos ora criados os mesmos direitos e vantagens a que se refere o artigo 16, da Lei Municipal nº 1.304, de 19 de novembro de 1984.

ARTIGO 2º - As despesas com a execução da presente lei onerarão as verbas orçamentárias próprias, suplementadas quando necessário.

ARTIGO 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 07 de abril de 1988.

Messias Paredão Nascimento Lima

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 07 de abril de 1988.

Júlio Celso Otani

Secretário Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.592, DE 07 DE ABRIL DE 1988.

"Fixa data-base para reajuste de vencimentos, salários e gratificações, etc.".

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Fica por esta lei fixada para o mês de maio e novembro a data-base para reajuste de vencimentos, salários, pensões e gratificações pagas pelo município, aos seus servidores.

PARÁGRAFO ÚNICO - Para inicio de fixação da data-base tomar-se-á o mês de maio de 1988.

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 07 de abril de 1988.

Messias Paredão Nascimento Lima
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 07 de abril de 1988.

Júlio Celso Otani
Secretário Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.593, DE 07 DE ABRIL DE 1988.

"Dá nova redação aos artigos 1º e 2º, da Lei Municipal nº 1.566, de 27 de novembro de 1987".

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Os artigos 1º e 2º, da Lei Municipal nº 1.566, de 27 de novembro de 1987, passam a vigorar na seguinte conformidade:

"ARTIGO 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar convênio com o Departamento de Águas e Energia Elétrica-DAEE, objetivando a execução de obras destinadas à canalização do Córrego do Moinho, trecho de 150 ms. (cento e cinquenta metros), aproximadamente, próximo à EEPG "PROFª EMÍLIA DE MOURA MARCONDES", neste Município, no valor de Cz$ 12.000.000,00 (DOZE MILHÕES DE CRUZADOS), sendo:

Cz$ 8.000.000,00 (OITO MILHÕES DE CRUZADOS) para aquisição de materiais e Cz$ 4.000.000,00 (QUATRO MILHÕES DE CRUZADOS) para mão-de-obra."

"ARTIGO 2º - As despesas com a execução das obras previstas no artigo 1º serão suportadas pelo Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE, onerando rubricas próprias do Orçamento Programa da referida Autarquia para o corrente exercício."

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 07 de abril de 1988.

Messias Paredão Nascimento Lima

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 07 de abril de 1988.

Júlio Celso Otani

Secretário Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.594, DE 02 DE MAIO DE 1988.

"Dispõe sobre concessão de antecipação salarial aos servidores públicos municipais".

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Fica concedido, à título de antecipação salarial, com efeito retroativo a 1º de abril de 1988, a todos os servidores públicos municipais que recebem seus salários ou vencimentos com base no ANEXO I - Tabela Única de Remuneração, a percentagem de 20% (VINTE POR CENTO).

PARÁGRAFO ÚNICO - A presente antecipação incidirá sobre todos os direitos do servidor ou funcionário e vigorará até 30 de abril de 1988.

ARTIGO 2º - Fica concedido, também, a título de antecipação, a mesma proporção aos servidores que recebem gratificação instituida pela Lei Municipal nº 1.330/85.

ARTIGO 3º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das dotações próprias do orçamento vigente.

ARTIGO 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 02 de maio de 1988.

Messias Paredão Nascimento Lima
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 02 de maio de 1988.

Júlio Celso Otani
Secretário Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.595, DE 02 DE MAIO DE 1988.

"Dispõe sobre concessão de antecipação salarial aos funcionários da Câmara Municipal de Tremembé e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Fica concedido aos funcionários da Câmara Municipal de Tremembé, com efeito retroativo a 1º de abril de 1988, um reajuste da ordem de 20% (vinte por cento), a título de antecipação salarial.

PARÁGRAFO ÚNICO - A presente antecipação incidirá sobre todos os direitos do funcionário e vigorará até 30 de abril de 1988.

ARTIGO 2º - A antecipação de que trata o artigo anterior será extensiva na mesma proporção aos funcionários inativos da Câmara Municipal de Tremembé.

ARTIGO 3º - As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento financeiro vigente, suplementadas se necessário.

ARTIGO 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 02 de maio de 1988.

Messias Paredão Nascimento Lima
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 02 de maio de 1988.

Júlio Celso Otani
Secretário Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.596, DE 17 DE MAIO DE 1988.

"Dispõe sobre abertura de crédito adicional especial para o fim que discrimina".

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Consoante o disposto no artigo 42, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, fica o Chefe do Executivo autorizado a abrir, ao Orçamento do Município, no Serviço de Finanças - Setor de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Tremembé, um crédito adicional especial da ordem de Cz$ 150.000,00 (CENTO E CINCOENTA MIL CRUZADOS), destinado a auxiliar o desenvolvimento do Campeonato Amador da cidade, promovido pela Liga Municipal de Futebol de Tremembé no corrente ano, assim classificado:

08000000.00 - EDUCAÇÃO E CULTURA

08460000.00 - EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS

08462240.00 - DESPORTO AMADOR

3.0.0.0 - DESPESAS CORRENTES

3.2.0,0 - Transferências Correntes

3.2.3.0 - Transferências a Instituições Privadas

3.2.3.1 - Subvenções Sociais.....Cz$ 150.000,00

PARÁGRAFO ÚNICO - Do decreto que abrir o crédito a que se refere o artigo constarão, de modo obrigatório, os recursos hábeis de cobertura, bem como a classificação da despesa até onde for possível.

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 17 de maio de 1988.

Messias Paredão Nascimento Lima

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 17 de maio de 1988.

Júlio Celso Otani

Secretário Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.597, DE 30 DE MAIO DE 1988.

"Dispõe sobre reajuste de salários, vencimentos e pensões e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - O ANEXO I - Tabela Única de Remuneração, que tem como base o pagamento de salários e vencimentos dos servidores municipais, fica reajustado da seguinte forma e maneira:

a)- 76% (setenta e seis por cento) sobre o Anexo I - Tabela Única de Remuneração vigente em 31 de março de 1988, passando a vigorar a partir de 1º de maio de 1988;

b)- 30% (trinta por cento) sobre o Anexo I - Tabela Única de Remuneração vigente em 31 de maio de 1988, passando a vigorar a partir de 1º de julho de 1988; e

c)- 30% (trinta por cento) sobre o Anexo I - Tabela Única de Remuneração vigente em 31 de julho de 1988, passando a vigorar a partir de 1º de setembro de 1988.

ARTIGO 2º - As gratificações instituidas pela Lei Municipal nº 1.330, de 25 de janeiro de 1985, passam a ter os mesmos percentuais sobre os valores vigentes a 31 de março de 1988, nas mesmas condições dos funcionários, servidores e pensionistas municipais.

ARTIGO 3º - As despesas com a execução da presente lei, onerarão as verbas orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

ARTIGO 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de maio de 1988.

ARTIGO 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 30 de maio de 1988.

Messias Paredão Nascimento Lima

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 30 de maio de 1988.

Júlio Celso Otani

Secretário Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.598, DE 30 DE MAIO DE 1988.

"Dispõe sobre reajuste de vencimentos dos funcionários da Câmara Municipal de Tremembé e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - O ANEXO I - Escala de Vencimentos dos funcionários da Câmara Municipal de Tremembé, fica reajustado na seguinte conformidade:

a)- 76% (setenta e seis por cento) sobre o Anexo I - Escala de Vencimentos vigente em 31 de março de 1988, passando a vigorar a partir de 1º de maio de 1988;

b)- 30% (trinta por cento) sobre o Anexo I - Escala de Vencimentos vigente em 31 de maio de 1988, passando a vigorar a partir de 1º de julho de 1988; e

c)- 30% (trinta por cento) sobre o Anexo I - Escala de Vencimentos vigente em 31 de julho de 1988, passando a vigorar a partir de 1º de setembro de 1988.

ARTIGO 2º - Ficam reajustados nos mesmos percentuais e a partir das mesmas datas os proventos pagos aos funcionários inativos da Câmara Municipal de Tremembé.

ARTIGO 3º - As despesas decorrentes da execuçãõ desta lei correrão à conta de dotações próprias consignadas no orçamento financeiro vigente, suplementadas se necessário.

ARTIGO 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de maio de 1988.

ARTIGO 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de TRemembé, 30 de maio de 1988.

Messias Paredão Nascimento Lima

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 30 de maio de 1988.

Júlio Celso Otani

Secretário Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.599, DE 1º DE JUNHO DE 1988.

"Dá nova redação ao Artigo 6º, da Lei Municipal nº 1.589, de 30 de março de 1988".

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - O artigo 6º, da Lei Municipal nº 1.589, de 30 de março de 1988, passa a ter a seguinte redação:

"ARTIGO 6º - Esta lei entrará em vigor em 1º de junho de 1988, revogadas as disposições em contrário."

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 1º de junho de 1988.

Messias Paredão Nascimento Lima

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, em 1º de junho de 1988.

Júlio Celso Otani

Secretário Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.600, DE 1º DE JUNHO DE 1988.

"Dá nova redação ao Artigo 1º, da Lei Municipal nº 1.588, de 21 de março de 1988".

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - O artigo 1º, da Lei Municipal nº 1.588, de 21 de março de 1988, passa a vigorar na seguinte conformidade:

"ARTIGO 1º - É concedido a título de salários os valores constantes do ANEXO I, anexo a esta lei, pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias, a todos os servidores contratados na forma do Convênio celebrado entre a Secretaria de Estado da Saúde, Prefeitura Municipal de Tremembé e a Irmandade Filantrópica do Hospital Bom Jesus da Santa Casa de Misericórdia de Tremembé, para o desenvolvimento das Atividades do Pronto-Atendimento."

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 1º de junho de 1988.

Messias Paredão Nascimento Lima

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, em 1º de junho de 1988.

Júlio Celso Otani

Secretário Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.601, DE 1º DE JUNHO DE 1988.

"Dispõe sobre prorrogação de prazo constante de legislação municipal vigente".

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - O prazo a que se refere o Parágrafo Único, do Artigo 1º, da Lei Municipal nº 1.446, de 13 de maio de 1986, fica prorrogado até 31 de dezembro de 1989.

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 1º de junho de 1988.

Messias Paredão Nascimento Lima

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, em 1º de junho de 1988.

Júlio Celso Otani

Secretário Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.602, DE 07 DE JUNHO DE 1988.

"Acrescenta alínea ao artigo 2º, nº II, da Lei Municipal nº 776, de 16 de setembro de 1971 e dá outras providências";

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - O artigo 2º, nº II, da Lei Municipal nº 776, de 16 de setembro de 1971 (Dispõe sobre estacionamento de veículos de transporte de passageiros ou cargas, nas vias públicas), fica acrescido de mais uma alínea, que será a "d", com a seguinte redação:

"ARTIGO 2º - .....

II

Quanto ao veículo:

a)- .....

b)- .....

c)- .....

d)- não ter mais de 8 (oito) anos de fabricação."

PARÁGRAFO ÚNICO - Excetuam-se do disposto nesta lei, os permissionários que já se encontram funcionando regularmente nos pontos de táxis existentes, salvo quando da substituição de seus respectivos veículos.

ARTIGO 2º - Face a interdependência de matéria existente, a norma instituída por esta lei fica estendida ao artigo 10, da Lei nº 776, de 16 de setembro de 1971.

ARTIGO 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 07 de junho de 1988.

Messias Paredão Nascimento Lima
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 07 de junho de 1988.

Júlio Celso Otani
Secretário Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.603, DE 07 DE JUNHO DE 1988.

"Dispõe sobre criação de empregos."

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - O Quadro de Pessoal Celetista da Prefeitura Municipal de Tremembé - ANEXO V, da Lei Municipal nº 1.351, de 31 de maio de 1985, fica acrescido dos seguintes empregos:

1 (UM) ESCRITURÁRIO "A" - REFERÊNCIA "17".

1 (UM) AUXILIAR DE SETOR DE PESSOAL - REFERÊNCIA "18".

1 (UM) RESPONSÁVEL PELO AJARDINAMENTO - REFERÊNCIA "10".

§ 1º - A especificação e atribuição, condição e horário de trabalho dos ocupantes dos empregos de que trata o artigo, serão estabelecidos por Decreto-Executivo.

§ 2º - Aplicam-se aos empregos ora criados os mesmos direitos e vantagens asseguradas pelo artigo 16, da Lei Municipal nº 1.304, de 19 de novembro de 1984.

ARTIGO 2º - As despesas com a execução desta lei, onerarão as verbas orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

ARTIGO 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 07 de junho de 1988.

Messias Paredão Nascimento Lima
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 07 de junho de 1988.

Júlio Celso Otani
Secretário Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.604, DE 20 DE JUNHO DE 1988.

"Autoriza a Prefeitura Municipal de Tremembé a receber, mediante repasse efetuado pelo Governo do Estado de São Paulo, recursos financeiros a fundo perdido".

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a:

I - Receber, através de repasse efetuado pelo Governo do Estado de São Paulo, recursos financeiros a fundo perdido, procedentes do Tesouro do Estado;

II - Assinar com a Secretaria de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo o Convênio necessário à obtenção dos recursos financeiros previstos no item I deste artigo, bem como as cláusulas e condições estabelecidas pela referida Secretaria;

III - Abrir crédito adicional especial para fazer face às despesas com a execução das obras previstas no Programa Implantação de Projetos Especiais-IPE.

PARÁGRAFO ÚNICO - A cobertura do crédito autorizado no inciso III será efetuada mediante a utilização dos recursos a serem repassados.

ARTIGO 2º - Os recursos financeiros mencionados no artigo anterior destinar-se-ão à continuidade das obras de construção do Ginásio de Esportes do Centro de Lazer do Trabalhador de Tremembé.

ARTIGO 3º - Os encargos que a Prefeitura vier a assumir no convênio a que se refere esta lei, correrão por conta de verbas próprias constantes do orçamento vigente, suplementadas se necessário.

ARTIGO 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 20 de junho de 1988.

Messias Paredão Nascimento Lima
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 20 de junho de 1988.

Júlio Celso Otani
Secretário Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.605, DE 20 DE JUNHO DE 1988.

"Dispõe sobre abertura de crédito adicional especial para o fim que discrimina".

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Para fazer face as despesas decorrentes da Lei Municipal nº 1.581, de 29 de janeiro de 1988, fica autorizada a abertura no Serviço de Finanças - Setor de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Tremembé, um crédito adicional especial da ordem de Cz$ 1.810.000,00 (HUM MILHÃO, OITOCENTOS E DEZ MIL CRUZADOS), assim classificado:

8. SERVIÇO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

8.1 SETOR DE EDUCAÇÃO - ENSINO DE 1º GRAU

08421880.00 - ENSINO REGULAR

3.1.1.1 - Pessoal Civil.....Cz$ 1.350,000,00

3.1.1.3 - Obrigações Patronais.....Cz$ 460.000,00

PARÁGRAFO ÚNICO - Do decreto que abrir o crédito a que se refere o artigo constarão, de modo obrigatório, os recursos hábeis de cobertura, bem como a classificação da despesa até onde for possível.

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 20 de junho de 1988.

Messias Paredão Nascimento Lima
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 20 de junho de 1988.

Júlio Celso Otani
Secretário Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.606, DE 20 DE JUNHO DE 1988.

"Autoriza a abertura de crédito adicional especial para os fins que especifica".

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Na forma a que se refere o artigo 42, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir, ao Orçamento do Município, no Serviço de Finanças - Setor de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Tremembé, um crédito adicionaal especial no valor de Cz$ 1.800.000,00 (HUM MILHÃO E OITOCENTOS MIL CRUZADOS), para fazer frente às despesas de mudanças de redes de iluminação pública e telefônica necessárias à construção de ponte sobre o Rio Paraiba do Sul, obedecida a seguinte classificação:

10000000.00 - HABITAÇÃO E URBANISMO
10600000.00 - SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA
10600210.00 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos.....Cz$ 1.800.000,00

PARÁGRAFO ÚNICO - Do ato que abrir o crédito a que se refere o artigo constarão, de modo obrigatório, os recursos hábeis de cobertura e a classificação da despesa, até onde for possível.

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 20 de junho de 1988.

Messias Paredão Nascimento Lima
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 20 de junho de 1988.

Júlio Celso Otani
Secretário Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.607, DE 28 DE JUNHO DE 1988.

"Dispõe sobre abertura de crédito adicional especial para o fim que discrimina".

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Consoante o disposto no artigo 42, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, fica o Chefe do Executivo autorizado a abrir, ao Orçamento do Município, no Serviço de Finanças - Setor de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Tremembé, um crédito adicional especial da ordem de Cz$ 450.000,00 (QUATROCENTOS E CINCOENTA MIL CRUZADOS), destinado à aquisição de títulos representativos de capital já integralizado (linha telefônica), assim classificado:

6. SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO

6.4 SETOR DE PROTOCOLO, ARQUIVO, ZELADORIA E TELEFONIA

03070210.00 - Administração Geral.

4.0.0.0 - DESPESAS DE CAPITAL

4.1.0.0 - Investimentos

4.2.0.0 - Inversões Financeiras

4.2.5.0 - Aquisição de títulos Representativos de Capital já integralizado.....Cz$ 450.000,00

PARÁGRAFO ÚNICO - Do decreto que abrir o crédito a que se refere o artigo constarão, de modo obrigatório, os recursos hábeis de cobertura, bem como a classificação da despesa até onde for possível.

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 28 de junho de 1988.

Messias Paredão Nascimento Lima

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 28 de junho de 1988.

Júlio Celso Otani

Secretário Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.608, DE 28 DE JUNHO DE 1988.

"Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar".

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Fica o Senhor Prefeito Municipal autorizado, pela presente lei, a abrir, por decreto executivo nos termos do disposto no Artigo 42, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, crédito adicional suplementar no valor de Cz$..... Cz$ 200.000,00 (DUZENTOS MIL CRUZADOS), destinado a reforçar dotações do orçamento do Legislativo, conforme segue:

1. LEGISLATIVO
1.1 CORPO LEGISLATIVO
3.0.0.0 - DESPESAS CORRENTES
3.1.0.0 - Despesas de Custeio
3.1.3.0 - Serviços de Terceiros e Encargos
3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos.....(+)Cz$ 50.000,00
1.2 SECRETARIA
3.0.0.0 - DESPESAS CORRENTES
3.1.0.0 - Despesas de Custeio
3.1.2.0 - Material de Consumo.....(+)Cz$ 50.000,00
4.0.0.0 - DESPESAS DE CAPITAL
4.1.0.0 - Investimentos
4.1.1.0 - Obras e Instalações.....(+)Cz$ 100.000,00

ARTIGO 2º - A cobertura do crédito a que se refere o artigo anterior será feita mediante a anulação total e/ou parcial das seguintes dotações orçamentárias do Legislativo:

1. LEGISLATIVO
1.3 PROCURADORIA
3.0.0.0 - DESPESAS CORRENTES
3.1.0.0 - Despesas de Custeio
3.1.3.0 - Serviços de Terceiros e Encargos
3.1.3.1 - Remuneração de Serviços Pessoais...(-)Cz$ 40.000,00

3.1.3.2	- Outros Serviços e Encargos.....(-)	Cz$	10.000,00
1.4	MINI-BIBLIOTECA		
3.0.0.0	- DESPESAS CORRENTES		
3.1.0.0	- Despesas de Custeio		
3.1.1.0	- Pessoal		
3.1.1.1	- Pessoal Civil.....(-)	Cz$	50.000,00
3.1.1.3	- Obrigações Patronais.....(-)	Cz$	5.000,00
3.1.2.0	- Material de Consumo.....(-)	Cz$	25.000,00
3.1.3.0	- Serviços de Terceiros e Encargos		
3.1.3.2	- Outros Serviços e Encargos.....(-)	Cz$	20.000,00
4.0.0.0	- DESPESAS DE CAPITAL		
4.1.0.0	- Investimentos		
4.1.2.0	- Equipamentos e Material Permanente.(-)	Cz$	50.000,00

ARTIGO 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 28 de junho de 1988.

Messias Paredão Nascimento Lima
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 28 de junho de 1988.

Júlio Celso Otani
Secretário Municipal

L E I Nº 1.609, DE 08 DE JULHO DE 1988.

"Dispõe sobre o Estatuto da Rede de Ensino Público Municipal de Tremembé".

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ESTATUTO DA REDE DE ENSINO PÚBLICO MUNICIPAL

CAPÍTULO I

Das Disposições Preliminares

ARTIGO 1º - Este Estatuto estabelece as normas gerais e disciplinares, deveres e vantagens do Pessoal da Rede de Ensino Público Municipal de Tremembé, de acordo com a legislação municipal vigente e/ou a vigir.

ARTIGO 2º - Para os efeitos deste Estatuto, integram a Rede de Ensino Público Municipal os seguintes serviços:

I - Setor de Educação e Cultura;

II - Atividades de Magistério; e

III - Atividades de Apoio.

ARTIGO 3º - Ao Setor de Educação e Cultura compete as atividades normativas e de planejamento geral, precípuas à execução do ensino.

§ 1º - As atividades normativas, a que se refere o artigo, deverão constar do Regimento Comum das Unidades Escolares da Rede.

§ 2º - As atividades de planejamento constarão de Portarias a serem baixadas pelo Diretor do Setor de Educação e Cultura.

ARTIGO 4º - As Atividades de Magistério compreendem a função docente exercida pelo professor e a função de planejamento, orientação, supervisão e direção exercida pelos especialistas.

PARÁGRAFO ÚNICO - Para o exercício das funções previstas neste artigo exigir-se-á, além das habilitações específicas, responsabilidade pessoal e coletiva para com a educação e o bem-estar dos alunos e da comunidade.

ARTIGO 5º - As atividades de Apoio compreendem os serviços de:

I - Secretário;
II - Escriturário;
III - Inspetor de Alunos;
IV - Servente; e
V - Merendeira.

PARÁGRAFO ÚNICO - Para o exercício das funções previstas neste artigo, exigir-se-á para o inciso I, escolaridade de 2º Grau concluído; para os incisos II e III, escolaridade de 1º Grau concluído e para os incisos IV e V, escolaridade a nível de 4ª Série do 1º Grau concluída.

ARTIGO 6º - O pessoal integrante da Rede de Ensino Público Municipal será regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT.

CAPÍTULO II

Dos Princípios Básicos da Rede de Ensino Público Municipal

ARTIGO 7º - São princípios da Rede:

I - educar, objetivando proporcionar ao aluno a formação necessária para o desenvolvimento de suas potencialidades, como elemento de auto-realização, iniciação ao trabalho, prosseguimento de estudos e preparo para o exercício da cidadania, através da educação pré-escolar e do ensino de 1º e 2º Graus;

II - integrar as escolas da Rede na Comunidade, proporcionando um clima de cooperação permanente através das Associações de Pais e Mestres - APMs.

CAPÍTULO III

Dos Serviços

Do Setor de Educação e Cultura

ARTIGO 8º - Integram o Setor de Educação e Cultura as seguintes funções:

I - Diretor de Educação e Cultura;
II - Assistente de Planejamento;
III - Orientador Educacional;
IV - Coordenador Pedagógico;
V - Psicólogo;
VI - Médico;
VII - Dentista;
VIII - Assistente Social; e
IX - Nutricionista.

PARÁGRAFO ÚNICO - O pessoal a que se refere o artigo, com exceção do Diretor de Educação e Cultura e do Assistente de Planejamento, será contratado em número e categoria, de acordo com as necessidades da Rede.

ARTIGO 9º - A função de Diretor de Educação e Cultura será exercida por pessoa portadora de Licenciatura Plena em Pedagogia, com habilitação em Administração Escolar de 1º e 2º Graus, escolhido livremente pelo Prefeito Municipal.

§ 1º - Quando a escolha para a função a que se refere o caput do artigo recair em funcionário municipal, não se aplica o disposto no artigo 6º desta lei.

§ 2º - Aplicado o parágrafo anterior, a função será exercida mediante Portaria de designação do Prefeito Municipal.

ARTIGO 10 - Cabe ao Diretor de Educação e Cultura, além das atividades previstas no artigo 3º, dirigir o pessoal referido nos incisos II a IX do artigo 8º, zelando pelo fiel cumprimento das atribuições específicas que lhe são próprias.

ARTIGO 11 - Cabe ao pessoal a que se referem os incisos II e de V a IX do artigo 8º, as atribuições constantes em Portarias específicas baixadas pelo Diretor de Educação e Cultura, de acordo com as necessidades da Rede.

ARTIGO 12 - Cabe ao Orientador Educacional, as seguintes atribuições:

I - participar da elaboração do Plano Escolar das Unidades Escolares da Rede;

II - elaborar a programação das atividades de sua área de atuação, mantendo-a articulada com as áreas de Assistência Pedagógica, Psicológica, Médica, Dentária, Social e Nutricional;

III - orientar a elaboração e execução do programa de currículo nos aspectos relativos à Orientação Educacional;

IV - controlar e avaliar a execução da programação de Orientação Educacional e apresentar relatório das atividades;

V - colaborar nas decisões referentes a agrupamento de alunos;

VI - assessorar os trabalhos dos Conselhos de Séries e de Classe;

VII - desenvolver processo de aconselhamento junto aos alunos, abrangendo conduta, estudos e orientação para o trabalho em cooperação com professores, família e comunidade;

VIII- organizar e manter atualizado o dossiê individual do aluno e das classes;

IX - assessorar o trabalho docente:

a)- acompanhando o desempenho dos professores em relação a pecularidades do processo ensino-aprendizagem;

b)- acompanhando o processo de avaliação e recuperação do aluno.

X - encaminhar os alunos a especialistas quando se fizer necessário; e

XI - montar e coordenar o desenvolvimento de esquema de contacto permanente com a família do aluno.

ARTIGO 13 - Cabe ao Coordenador Pedagógico as seguintes atribuições:

I - participar da elaboração do Plano Escolar das Unidades Escolares da Rede;

II - elaborar a programação das atividades de sua área de atuação, mantendo-a articulada com as áreas de Assistência Educacional, Psicológica, Médica, Dentária, Social e Nutricional;

III - acompanhar, avaliar e controlar o desenvolvimento da programação do currículo;

IV - prestar assistência técnica aos professores, visando assegurar a eficiência e a eficácia do desempenho dos mesmos para a melhoria dos padrões de ensino;

a)- propondo técnicas e procedimentos;

b)- selecionando e fornecendo materiais didáticos;

c)- estabelecendo a organização das atividades;

d)- propondo sistemática de avaliação.

V - coordenar a programação e a execução das atividades de recuperação de alunos;

VI - propor e coordenar atividades de aperfeiçoamento e atualização de professores;

VII - avaliar os resultados do ensino no âmbito da Rede; e

VIII- elaborar relatório das atividades e participação na elaboração do relatório anual das escolas.

ARTIGO 14 - Os técnicos a que se referem os artigos 12 e 13 desta lei, deverão ser portadores de Licenciatura Plena em Pedagogia, com habilitação em Orientação Educacional e Supervisão Escolar, respectivamente.

SEÇÃO II

Das Atividades de Magistério

ARTIGO 15 - As atividades de Magistério serão exercidas pelos Professores contratados pela Municipalidade, para a prestação de serviços junto às Escolas da Rede Municipal.

ARTIGO 16 - O Quadro de Professores da Rede Municipal de Ensino é composto de:

I - Professor de Classe de Educação Infantil;
II - Professor de Classes de 1ª a 4ª Séries do 1º Grau; e
III - Professor de Classes de 5ª a 8ª Séries do 1º Grau e de Classes do 2º Grau.

ARTIGO 17 - Os requisitos para a contratação de professores ficam estabelecidos como segue:

I - para Professor de Classes de Educação Infantil - habilitação específica de 2º Grau para o Magistério, com aprofundamento na área da Pré-Escola;
II - para Professor de Classes de 1ª a 4ª Séries - habilitação específica de 2º Grau para o Magistério ou Licenciatura Plena em Pedagogia, com habilitação para o Magistério; e
III - para Professor de Classes de 5ª a 8ª Séries e do 2º Grau- habilitação específica de grau superior, correspondente à Licenciatura Plena para a disciplina a ser ministrada.

ARTIGO 18 - A contratação de Professores será feita por processo seletivo, definido em normas baixadas pelo Diretor do Setor de Educação e Cultura, que valorizem a experiência docente, a titulação e o desempenho nas provas específicas de seleção.

SEÇÃO III

Das Atividades de Apoio

ARTIGO 19 - As Atividades de Apoio destinam-se a oferecer suporte operacional às atividades do Setor de Educação e Cultura e às Unidades Escolares da Rede Municipal.

ARTIGO 20 - Cabe ao Secretário, na Chefia da Secretaria do Setor de Educação e Cultura, entre outras atribuições a serem definidas por seu Diretor:

I - quanto à documentação e escrituração escolar:
a)- organizar e manter atualizados os prontuários de documentos de alunos, procedendo ao registro e escrituração relativos à vida escolar, especialmente no que se refere à matrícula, frequência e histórico escolar;

b)- expedir certificados de conclusão de séries e de cursos e outros documentos relativos à vida escolar dos alunos;

c)- preparar e afixar em locais próprios, quadros de horários de aulas e controlar o cumprimento de carga horária anual;

d)- manter registros relativos a resultados anuais dos processos de avaliação e promoção, incineração de documentos, reuniões administrativas, termos de visita de supervisores de ensino e outras autoridades da Administração do Ensino;

e)- manter registros de levantamentos de dados estatísticos e informações educacionais; e

f)- preparar relatórios, comunicados e editais relativos à matrícula, exames e demais atividades escolares.

II - quanto à administração geral:

a)- receber, registrar, distribuir e expedir correspondências, processos e papéis em geral que tramitem nas Escolas, organizando e mantendo o protocolo e arquivos escolares;

b)- registrar e controlar a frequência do pessoal docente, técnico e administrativo da Rede;

c)- preparar e expedir atestados ou boletins relativos à frequência do pessoal docente, técnico e administrativo;

d)- organizar e manter atualizados os assentamentos dos servidores em exercício na Rede;

e)- preparar as folhas de pagamento de vencimentos e salários do pessoal da Rede;

f)- preparar escala de férias anuais dos servidores com exercício na Rede;

g)- requisitar, receber e controlar o material de consumo da Rede;

h)- manter registros do material permanente recebido pelas escolas e do que lhes for dado ou cedido e elaborar inventário anual dos bens patrimoniais;

i)- organizar e manter atualizado o documentário de leis, decretos, regulamentos, resoluções, portarias e comunicados de interesse para a Rede;

j)- atender aos servidores da Rede e aos alunos, prestando-lhes esclarecimentos relativos à escrituração e legislação; e

l)- atender pessoas que tenham assuntos a tratar nas escolas da Rede.

ARTIGO 21 - Ao Escriturário cabe a execução das atribuições previstas nos incisos I e II do artigo 20, que lhes forem cometidas pelo Secretário.

ARTIGO 22 - O Secretário e o Escriturário terão como sede de trabalho o Setor de Educação e Cultura.

ARTIGO 23 - Ao Inspetor de Alunos cabem as seguintes atribuições:

I - controlar a movimentação dos alunos no recinto da escola e em suas imediações, orientando-os quanto a normas de comportamento;

II - informar à Orientação Educacional sobre a conduta dos alunos e comunicar ocorrências;

III - colaborar na divulgação de avisos e instruções de interesse da Rede;

IV - atender aos professores, em aula, nas solicitações de material escolar e nos problemas disciplinares ou de assistência aos alunos;

V - colaborar na execução de atividades cívicas, sociais e culturais da escola e trabalhos curriculares complementares de classe;

VI - providenciar atendimento aos alunos em caso de enfermidade ou acidente; e

VII - executar outras tarefas auxiliares relacionadas com o apoio administrativo e técnico-pedagógico que lhes forem atribuídas pela Direção.

ARTIGO 24 - Ao Servente cabem as seguintes atribuições:

I - executar tarefas de:

a)- limpeza interna e externa do prédio, instalações, dependências, móveis e utensílios da escola;

b)- auxiliar no preparo e distribuição de merenda aos alunos.

II - executar pequenos reparos em instalações, mobiliários, utensílios e similares;

III - prestar serviços de mensageiro;

IV - auxiliar na manutenção da disciplina geral; e

V - executar outras tarefas relacionadas com a sua área de atuação, que forem determinadas pelo Setor de Educação e Cultura.

ARTIGO 25 - À Merendeira competem as seguintes atribuições:

I - preparar e distribuir merenda aos alunos; e

II - manter a limpeza, higiene e conservação dos utensílios necessários ao preparo e distribuição da merenda e demais dependências utilizadas para esse fim.

ARTIGO 26 - Os Servidores a que se referem os artigos 21, 23, 24 e 25 desta lei, prestarão serviços nas Unidades Escolares da Rede.

CAPÍTULO IV

Das Substituições

ARTIGO 27 - Observados os requisitos legais, haverá substituição do pessoal em exercício na Rede.

§ 1º - Portaria do Prefeito Municipal determinará os afastamentos passíveis de substituição.

§ 2º - O pessoal docente será substituído em todos os afastamentos e impedimentos legais.

§ 3º - A forma de contratação do pessoal substituto será definida por Portaria do Prefeito Municipal.

CAPÍTULO V

Dos Direitos e dos Deveres

ARTIGO 28 - Aos servidores em exercício na Rede Mu

Municipal, aplicam-se quanto aos direitos, deveres e regime disciplinar, as disposições contidas na Consolidação das Leis do Trabalho-CLT.

ARTIGO 29 - O Regimento Escolar da Rede disporá sobre os direitos e deveres específicos do pessoal em exercício nas Unidades Escolares da Rede.

CAPÍTULO VI

Das Disposições Gerais e Finais

ARTIGO 30 - As Portarias a que se referem o presente Estatuto, serão publicadas no mês de janeiro de cada ano.

PARÁGRAFO ÚNICO - Excepcionalmente, para atender as necessidades da Rede, poderão ser baixadas em qualquer época do ano, as Portarias a que se refere o caput do artigo.

ARTIGO 31 - O Regimento Escolar será único para as Unidades Escolares da Rede.

ARTIGO 32 - Quando da expansão da Rede de Ensino, a critério do Prefeito Municipal, poderá ser criada a função de Diretor de Escola.

§ 1º - A função a que se refere o artigo será regulamentada através de Portaria específica.

§ 2º - Exigir-se-á para o desempenho da função a que se refere o artigo, Licenciatura Plena em Pedagogia, com habilitação em Administração Escolar de 1º e 2º Graus.

ARTIGO 33 - O Orçamento Anual do Município preverá os recursos necessários para o desenvolvimento das atividades da Rede.

ARTIGO 34 - Esta Lei e suas Disposições Transitórias entrarão em vigor na data de sua publicação.

ARTIGO 35 - Revogam-se as disposições em contrário, em especial, a Lei Municipal nº 1.035, de 20 de setembro de 1979.

CAPÍTULO VII

Das Disposições Transitórias

ARTIGO 1º - O Regimento Escolar da Rede Municipal

de Ensino será elaborado e enviado aos órgãos próprios para a devida aprovação, dentro do prazo de 90 (noventa) dias contados da vigência desta lei.

ARTIGO 2º - O pessoal contratado nos termos constantes das Leis Municipais nºs. 1.035/79 e 1.351/85, respeitadas as exigências contidas no presente Estatuto, ficará sujeito às disposições contidas na presente lei.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 08 de julho de 1988.

Messias Paredão Nascimento Lima
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 08 de julho de 1988.

Roberto Fernandes dos Santos
Resp./Exp. Secretaria Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.610, DE 08 DE JULHO DE 1988.

"Dispõe sobre mudança de salários".

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Os salários/mês estipulados para os servidores contratados na forma do Convênio de Cooperação Técnica e Financeira, assinado entre a Prefeitura Municipal de Tremembé e o Ministério da Previdência e Assistência Social - MPAS, conforme Lei Municipal nº 1.584, de 08 de março/1988, ficam, a partir de 1º de abril de 1988, somente para os estagiários, estipulados em Cz$7.260,00 (SETE MIL DUZENTOS E SESSENTA CRUZADOS), e a partir de 1º de maio e 1º de julho de 1988, respectivamente, fixados na seguinte conformidade:

EMPREGOS/CLT	(MAIO/1988)	CARGA/HORÁRIA/DIA	CZ$
02 (DOIS)	Assistente Social	04 hs.	24.158,53
01 (HUM)	Assistente Social	08 hs.	48.315,52
01 (HUM)	Professor de Educação Física	04 hs.	24.158,53
01 (HUM)	Psicólogo	04 hs.	24.158,53
05 (CINCO)	Estagiários	04 hs.	12.079,26
	(JULHO/1988)		
02 (DOIS)	Assistente Social	04 hs.	31.406,08
01 (HUM)	Assistente Social	08 hs.	62.810,17
01 (HUM)	Professor de Educação Física	04 hs.	31.406,08
01 (HUM)	Psicólogo	04 hs.	31.406,08
05 (CINCO)	Estagiários	04 hs.	15.703,03

ARTIGO 2º - As despesas com a execução da presente lei onerarão as verbas orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

ARTIGO 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de abril/1988.

ARTIGO 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 08 de julho de 1988.

Messias Paredão Nascimento Lima
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 08 de julho de 1988.

Roberto Fernandes dos Santos
Resp./Exp. Secretaria Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.611, DE 08 DE JULHO DE 1988.

"Dispõe sobre a criação de empregos e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Por força do Convênio celebrado entre o Estado de São Paulo, através da Secretaria da Educação e o Município de Tremembé, autorizado pela Lei Municipal nº 1.581, de 29 de janeiro de 1988 e assinado em 12 de maio de 1988, ficam criados os seguintes empregos:

08 (OITO) Inspetor de Alunos.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os salários a serem pagos aos contratados por força do referido Convênio, será o mesmo pago pelo Estado aos seus servidores que ocupam função idêntica.

ARTIGO 2º - Os ocupantes dos empregos ora criados, ficarão à disposição das Escolas Estaduais sediadas no Município, devendo desempenhar os encargos previstos nos Regimentos das Escolas Estaduais de 1º e 2º Graus e Técnicas.

ARTIGO 3º - Os empregos criados por esta lei terão a duração de 02 (DOIS) anos, a partir de 12/05/88, podendo tal prazo ser prorrogado até o limite de 05 (CINCO) anos, conforme prevê a Cláusula Sexta do citado Convênio.

ARTIGO 4º - As despesas com a execução desta lei onerarão as verbas orçamentárias próprias, suplementadas quando necessário.

ARTIGO 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 12 de maio de 1988.

ARTIGO 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 08 de julho de 1988.

Messias Paredão Nascimento Lima

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 08 de julho de 1988.

Roberto Fernandes dos Santos

Resp./Exp. Secretaria Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.612, DE 08 DE JULHO DE 1988.

"Dispõe sobre a criação de emprego e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - O Quadro de Pessoal Celetista da Prefeitura Municipal de Tremembé - ANEXO V, da Lei Municipal de nº 1.351, de 31 de maio de 1985, fica acrescido do seguinte emprego:

01 (HUM) Encarregado de Pintura - Referência "19".

§ 1º - A especificação e atribuição, condição e horário de trabalho do ocupante do emprego ora criado, serão estabelecidos por decreto do Executivo.

§ 2º - Aplicam-se ao emprego de que trata esta lei, os mesmos direitos e vantagens asseguradas pelo artigo 16, da Lei Municipal nº 1.304, de 19 de novembro de 1984.

ARTIGO 2º - As despesas com o cumprimento do disposto nesta lei, onerarão as verbas orçamentárias próprias, suplementadas quando necessário.

ARTIGO 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 08 de julho de 1988.

Messias Paredão Nascimento Lima
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 08 de julho de 1988.

Roberto Fernandes dos Santos
Resp./Exp. Secretaria Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.613, DE 08 DE JULHO DE 1988.

"Dispõe sobre prorrogação de prazo constante de legislação municipal vigente".

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - O prazo a que se refere a parte final do Parágrafo Único, do Artigo 1º, da Lei Municipal nº 1.412, de 27 de dezembro de 1985, fica prorrogado até a data de 31 de dezembro de 1989.

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 08 de julho de 1988.

Messias Paredão Nascimento Lima

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 08 de julho de 1988.

Roberto Fernandes dos Santos

Resp./Exp. Secretaria Municipal

L E I Nº 1.614, DE 08 DE JULHO DE 1988.

"Dispõe sobre benefícios aos servidores da Autarquia Municipal de Saúde - AMUSA e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Fica mantido o Adicional de 5% (CINCO POR CENTO) instituído pela Lei Municipal nº 973, de 03 de março de 1978, aos servidores municipais que forem automaticamente aproveitados pela Autarquia Municipal de Saúde - AMUSA e, ainda, para a contagem de tempo de serviço prestado à referida Autarquia, os servidores transferidos ou contratados, serão classificados para todos os efeitos na seguinte conformidade:

I - Grau "A" - até cinco anos;

II - Grau "B" - de seis a dez anos;

III - Grau "C" - de onze a quinze anos;

IV - Grau "D" - de dezesseis a vinte anos;

V - Grau "E" - de vinte e um a vinte e cinco anos;

VI - Grau "F" - de vinte e seis a trinta anos.

PARÁGRAFO ÚNICO - Sobre os respectivos padrões de salários serão calculados os adicionais.

ARTIGO 2º - Haverá substituição remunerada para os empregos de Chefia ou Encarregatura, nas eventuais ausências do titular por um período de, pelo menos, 15 (quinze) dias.

PARÁGRAFO ÚNICO - O substituto fará jus à percepção de diferença entre as duas situações, em que se encontra classificado para a diferença do substituído, durante o período da substituição.

ARTIGO 3º - Fica a Autarquia Municipal de Saúde-AMUSA autorizada a fixar diária para os seus servidores, na mesma forma do Decreto Municipal nº 837, de 08 de maio de 1988, que regula a dos servidores municipais.

ARTIGO 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 1988.

ARTIGO 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 08 de julho de 1988.

Messias Paredão Nascimento Lima

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 08 de julho de 1988.

Roberto Fernandes dos Santos

Resp./Exp. Secretaria Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.615, DE 08 DE JULHO DE 1988.

"Dispõe sobre a extinção de empregos".

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Ficam extintos do Quadro de Pessoal Celetista da Prefeitura Municipal de Tremembé, criados através da Lei Municipal nº 1.351, de 31 de maio de 1985, os empregos de Auxiliar de Enfermagem, bem assim como os empregos de Dentistas, instituídos pelas Leis Municipais nºs. 1.439, de 02 de março de 1986 e 1.523, de 18 de junho de 1987.

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 1988.

ARTIGO 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 08 de julho de 1988.

Messias Paredão Nascimento Lima

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 08 de julho de 1988.

Roberto Fernandes dos Santos

Resp./Exp. Secretaria Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.616, DE 08 DE JULHO DE 1988.

"Dispõe sobre a criação de emprego e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Por força do Convênio celebrado entre o Estado de São Paulo, através da Secretaria da Cultura e o Município de Tremembé, autorizado pela Lei Municipal nº 1.553, de 16 de novembro de 1987, fica criado o seguinte emprego:

- 01 (HUM) BIBLIOTECÁRIO.

PARÁGRAFO ÚNICO - O salário a ser pago ao contratado por força do referido Convênio, será o mesmo pago pelo Estado aos seus servidores que ocupam função idêntica.

ARTIGO 2º - O emprego criado por esta lei terá a duração de 02 (dois) anos, a partir de 03 de dezembro de 1987, podendo tal prazo ser prorrogado conforme prevê a Cláusula Décima Primeira do citado Convênio.

ARTIGO 3º - As despesas com a execução desta lei onerarão as verbas orçamentárias próprias, suplementadas quando necessário.

ARTIGO 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 08 de julho de 1988.

Messias Paredão Nascimento Lima
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 08 de julho de 1988.

Roberto Fernandes dos Santos
Resp./Exp. Secretaria Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.617, DE 08 DE JULHO DE 1988.

"Dispõe sobre a criação de emprego e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lèi:-

ARTIGO 1º - O Quadro de Pessoal Celetista da Prefeitura Municipal de Tremembé - ANEXO V, da Lei Municipal de nº 1.351, de 31 de maio de 1985, fica acrescido do seguinte emprego:

- 01 (HUM) ENCARREGADO GERAL DE OBRAS - REFERÊNCIA "19".

§ 1º - A especificação e atribuição, condição e horário de trabalho do ocupante do emprego ora criado, serão estabelecidos por decreto do Executivo.

§ 2º - Aplicam-se ao emprego de que trata esta lei, os mesmos direitos e vantagens asseguradas pelo artigo 16, da Lei Municipal nº 1.304, de 19 de novembro de 1984.

ARTIGO 2º - As despesas com o cumprimento do disposto nesta lei, onerarão as verbas orçamentárias próprias, suplementadas quando necessário.

ARTIGO 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 08 de julho de 1988.

Messias Paredão Nascimento Lima
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 08 de julho de 1988.

Roberto Fernandes dos Santos
Resp./Exp. Secretaria Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.618, DE 08 DE JULHO DE 1988.

"Dá nova redação ao § 1º, do Artigo 15, da Lei Municipal nº 975, de 12 de dezembro de 1977".

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - O § 1º, do Artigo 15, da Lei Municipal nº 975, de 12 de dezembro de 1977, alterado pelas Leis Municipais de nºs. 1.405, de 10 de dezembro de 1985 e 1.453, de 12 de junho de 1986, passa a ter a seguinte redação:

"§ 1º - Pela obra de construção e conservação de muros de fecho e passeios, será cobrado o custo dispendido, acrescido da percentagem de 50% (CINQUENTA POR CENTO), a título de administração e pago em até 06 (seis) prestações mensais e irreajustáveis."

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 08 de julho de 1988.

Messias Paredão Nascimento Lima

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 08 de julho de 1988.

Roberto Fernandes dos Santos

Resp./Exp. Secretaria Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.619, DE 08 DE JULHO DE 1988.

"Concede isenção de Impostos e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Ficam isentos do Imposto Predial e Territorial Urbano, os prédios, cujas construções sejam consideradas de Padrão Baixo, pertencentes a proprietários que percebam até 02 (dois) pisos salariais vigente no País, no dia 1º de janeiro de cada ano, na data em que é feito o lançamento do competente imposto.

§ 1º - Para usufruir do competente benefício, o proprietário deverá requerer, junto ao Setor competente da Municipalidade, a isenção através de requerimento dirigido ao Prefeito Municipal munido dos seguintes documentos:-

a)- título de propriedade do imóvel;

b)- documento, comprovando a renda percebida no dia 1º de janeiro;

c)- atestado de residência fornecido por órgão competente.

§ 2º - A competente isenção deverá ser requerida até o dia 31 de dezembro de cada ano, com exceção do exercício de 1988 que poderá ser requerida até o dia 30 de outubro p.vindouro.

§ 3º - A isenção do referido imposto só será concedida a proprietário possuidor de 01 (um) único imóvel, o qual deverá destinar-se, exclusivamente, à sua moradia.

§ 4º - O competente imóvel terá que ser de Padrão Baixo.

ARTIGO 2º - Após requerida a isenção, a documentação será encaminhada à Comissão de Avaliação que deverá ser constituída por técnicos competentes das áreas de Engenharia, Jurídica e Assistência Social, a ser designada através de Decreto Municipal, à qual caberá emitir parecer aprovando ou não a isenção do pagamento do tributo.

ARTIGO 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de janeiro de 1988.

ARTIGO 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 08 de julho de 1988.

Messias Paredão Nascimento Lima
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 08 de julho de 1988.

Roberto Fernandes dos Santos
Resp./Exp. Secretaria Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.620, DE 28 DE JULHO DE 1988.

"Autoriza a abertura de crédito adicional para o fim que determina".

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Na forma a que se refere o artigo 42 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, fica o Chefe do Executivo autorizado a abrir, ao Orçamento do Município, no Serviço de Finanças - Setor de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Tremembé, um crédito adicional de Cz$ 46.000.000,00 (QUARENTA E SEIS MILHÕES DE CRUZADOS), para reforço das seguintes dotações orçamentárias correntes:

7. SERVIÇO DE OBRAS E VIAÇÃO

7.2 SETOR DE OBRAS E CONSERVAÇÃO - VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS

16885321.11 - Prosseguimento de Obra: Terminal Rodoviário de Passageiros.

4.1.1.0 - Obras e Instalações.....(+)Cz$ 6.000.000,00

8. SERVIÇO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

8.3 SETOR DE CULTURA

08462281.20 - Prosseguimento de Obra: Centro de Esportes e Lazer

4.1.1.0 - Obras e Instalações.....(+)Cz$ 15.000.000,00

CRÉDITO ESPECIAL

LEI MUNICIPAL Nº 1.589/88 E DECRETO Nº 1.122/88.

9. SERVIÇO DE SAÚDE

9.1 SETOR DE SAÚDE

13754280.00 - Assistência Médica e Sanitária.

3.2.1.1 - Transferências Operacionais...(+)Cz$ 25.000.000,00

PARÁGRAFO ÚNICO - O ato que abrir o crédito adicional referido neste artigo indicará a importância, a espécie do mesmo e a classificação da despesa até onde for possível.

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 28 de julho de 1988.

Messias Paredão Nascimento Lima
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 28 de julho de 1988.

Roberto Fernandes dos Santos
Resp./Exp. Secretaria Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.621, DE 28 DE JULHO DE 1988.

"Dispõe sobre reajuste da Tabela de salários da Autarquia Municipal de Saúde - AMUSA, e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a reajustar, através de Decreto, a Tabela de salários da Autarquia Municipal de Saúde - AMUSA, editada pelo Decreto Municipal de nº 1.127, de 08 de julho de 1988, da seguinte forma e maneira:

a)- 30% (trinta por cento) a partir de 1º de julho de 1988; e

b)- 30% (trinta por cento) sobre a Tabela de salários vigente em 31 de agosto de 1988, passando a vigorar a partir de 1º de setembro de 1988.

ARTIGO 2º - As despesas com a execução da presente lei onerarão as verbas próprias orçamentárias da Autarquia, suplementadas se necessário.

ARTIGO 3º - Fica por esta lei fixada para o mês de novembro e maio a data-base para reajuste de salários pagos pela Autarquia, a seus servidores, que deverá ser através de Decreto, na mesma percentagem atribuida aos servidores da Administração Direta.

ARTIGO 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de julho de 1988.

ARTIGO 5º - Revogam-se às disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 28 de julho de 1988.

Messias Paredão Nascimento Lima

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 28 de julho de 1988.

Roberto Fernandes dos Santos

Resp./Exp. Secretaria Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.622, DE 28 DE JULHO DE 1988.

"Autoriza o Poder Executivo a celebrar convênio com o DER".

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar convênio com o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo - DER, objetivando a execução das obras e serviços de melhoramentos e pavimentação da estrada vicinal TMN-010, trecho da Vila Santo Antonio até o Bairro do Padre Eterno, numa extensão de 4,00 Km, aproximadamente.

ARTIGO 2º - Fica o Poder Executivo, desde logo, autorizado a realizar as despesas decorrentes de sua participação na avença:

a)- com declaração de utilidade pública de áreas eventualmente necessárias ao dispositivo de segurança com a TMN-010, desapropriando-as, amigavelmente ou, na impossibilidade, imitindo-se liminarmente na posse, mediante a autorização judicial em ação própria, e transferindo-as a final, ao DER, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus;

b)- com declaração de utilidade pública de áreas eventualmente necessárias aos melhoramentos e pavimentação da estrada vicinal, desapropriando-as, amigavelmente ou, na impossibilidade, imitindo-se liminarmente na posse, mediante a autorização judicial, em ação própria;

c)- com a liberação do trecho necessário aos serviços e com a implantação da sinalização e fiscalização adequadas ao tráfego;

d)- com a remoção de linhas aéreas e ou subterrâneas que porventura impeçam ou dificultem a execução dos serviços e por danos causados a terceiros e à propriedade alheia, em razão dos serviços e da operação do trecho, após sua entrega ao tráfego;

e)- com a construção de passagens de gado (PSG), onde forem necessárias e remoção de benfeitorias existentes ao longo do trecho.

ARTIGO 3º - Fica o Poder Executivo autorizado, tão logo concluídos, através de ofício e mediante recibo, a receber os serviços pertinentes à estrada vicinal em questão, conservando-a como parte da malha rodoviária do Município, sem ônus para o DER.

ARTIGO 4º - As despesas decorrentes do cumprimento desta lei correrão através de recursos próprios do Município.

ARTIGO 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 28 de julho de 1988.

Messias Paredão Nascimento Lima
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na Secretaria da Prefeitura Municipalç de Tremembé, aos 28 de julho de 1988.

Roberto Fernandes dos Santos
Resp./Exp. Secretaria Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.623, DE 28 DE JULHO DE 1988.

"Autoriza o Poder Executivo a celebrar convênio com o DER".

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar convênio com o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo - DER, objetivando a execução das obras e serviços de melhoramentos e pavimentação da estrada vicinal TMN-356, entre o trecho de acesso a SP-123 até S. Miguel, com 3,50 Km de extensão, aproximadamente.

ARTIGO 2º - Fica o Poder Executivo, desde logo, autorizado a realizar as despesas decorrentes de sua participação na avença:

a)- com declaração de utilidade pública de áreas eventualmente necessárias ao dispositivo de segurança com a TMN-356, desapropriando-as, amigavelmente ou, na impossibilidade, imitindo-se liminarmente na posse, mediante a autorização judicial em ação própria, e transferindo-as a final, ao DER, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus;

b)- com declaração de utilidade pública de áreas eventualmente necessárias aos melhoramentos e pavimentação da estrada vicinal, desapropriando-as, amigavelmente ou, na impossibilidade, imitindo-se liminarmente na posse, mediante a autorização judicial, em ação própria;

c)- com a liberação do trecho necessário aos serviços e com a implantação da sinalização e fiscalização adequadas ao tráfego;

d)- com a remoção de linhas aéreas e ou subterrâneas que porventura impeçam ou dificultem a execução dos serviços e por danos causados a terceiros e à propriedade alheia, em razão dos serviços e da operação do trecho, após sua entrega ao tráfego;

e)- com a construção de passagens de gado (PSG), onde forem necessárias e remoção de benfeitorias existentes ao longo do trecho.

ARTIGO 3º - Fica o Poder Executivo autorizado, tão logo concluídos, através de ofício e mediante recibo, a receber os serviços pertinentes à estrada vicinal em questão, conservando-a como parte da malha rodoviária do Município, sem ônus para o DER.

ARTIGO 4º - As despesas decorrentes do cumprimento desta lei correrão através de recursos próprios do Município.

ARTIGO 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 28 de julho de 1988.

Messias Paredão Nascimento Lima
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 28 de julho de 1988.

Roberto Fernandes dos Santos
Resp./Exp. Secretaria Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.624, DE 09 DE AGOSTO DE 1988.

"Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar".

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Fica o Chefe do Executivo autorizado a abrir, nos termos do disposto no Artigo 42 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, através de decreto executivo, um crédito adicional da ordem de Cz$ 50.000,00 (CINCOENTA MIL CRUZADOS), destinado a servir de reforço à seguinte dotação orçamentária do Legislativo:

1. - LEGISLATIVO
1.2 SECRETARIA
4.0.0.0 - DESPESAS DE CAPITAL
4.1.0.0 - Investimentos
4.1.2.0 - Equipamentos e Material Permanente.....(+)Cz$ 50.000,00

ARTIGO 2º - A cobertura do crédito a que se refere o artigo anterior será efetuada pela anulação total da dotação orçamentária abaixo especificada:

1. LEGISLATIVO
1.4 MINI-BIBLIOTECA
4.0.0.0 - DESPESAS DE CAPITAL
4.1.0.0 - Investimentos
4.1.2.0 - Equipamentos e Material Permanente.....(-)Cz$ 50.000,00

ARTIGO 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 09 de agosto de 1988.

Messias Paredão Nascimento Lima
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 09 de agosto de 1988.

Roberto Fernandes dos Santos
Resp./Exp. Secretaria Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.625, DE 17 DE AGOSTO DE 1988.

"Autoriza a abertura de crédito adicional para o fim que determina".

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Na forma a que se refere o artigo 42, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, fica o Chefe do Executivo autorizado a abrir, ao Orçamento do Município, no Serviço de Finanças - Setor de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Tremembé, um crédito adicional de Cz$ 3.000.000,00 (TRÊS MILHÕES DE CRUZADOS), destinado a reforçar dotações do orçamento do Legislativo, conforme segue:

1.	LEGISLATIVO		
1.1	CORPO LEGISLATIVO		
01010012.01	- Manutenção das Atividades Legislativas.		
3.1.1.1	- Pessoal Civil.....(+)Cz$		700.000,00
3.1.3.2	- Outros Serviços e Encargos.....(+)Cz$		250.000,00
1.2	SECRETARIA		
01010212.02	- Manutenção das Serviços da Secretaria.		
3.1.1.1	- Pessoal Civil.....(+)Cz$		1.250.000,00
3.1.2.0	- Material de Consumo.....(+)Cz$		60.000,00
3.1.3.2	- Outros Serviços e Encargos.....(+)Cz$		50.000,00
3.2.5.3	- Salário-Família.....(+)Cz$		10.000,00
1.5	ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA SOCIAL		
01824952.04	- Pagamento de Inativos (Proventos).		
3.2.5.1	- Inativos.....(+)Cz$		650.000,00
01824952.04	- Pagamento de Inativos (Obrigações Patronais).		
3.2.5.1	- Inativos.....(+)Cz$		30.000,00

PARÁGRAFO ÚNICO - O ato que abrir o crédito adicional referido neste artigo indicará a importância, a espécie do mesmo e a classificação da despesa até onde for possível.

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 17 de agosto de 1988.

Messias Paredão Nascimento Lima
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 17 de agosto de 1988.

Roberto Fernandes dos Santos
Resp./Exp. Secretaria Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.626, DE 17 DE AGOSTO DE 1988.

"Veda a instalação de indústrias químicas de produtos inflamáveis ou explosivos, e de usinas de concreto pré-misturado no Município de Tremembé".

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Fica vedada a instalação de indústrias químicas de produtos inflamáveis ou explosivos, e de usinas de concreto pré-misturado no Município de Tremembé.

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 17 de agosto de 1988.

Messias Paredão Nascimento Lima

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 17 de agosto de 1988.

Roberto Fernandes dos Santos

Resp./Exp. Secretaria Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.627, DE 29 DE AGOSTO DE 1988.

"Autoriza a abertura de crédito adicional para o fim que determina".

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Na forma a que se refere o artigo 42, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, fica o Chefe do Executivo autorizado a abrir, ao Orçamento do Município, no Serviço de Finanças - Setor de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Tremembé, um crédito adicional suplementar da ordem de Cz$ 7.000.000,00 (SETE MILHÕES DE CRUZADOS), para reforço da seguinte dotação orçamentária corrente:

8. SERVIÇO DE EDUCAÇÃO E CULTURA
8.1 SETOR DE EDUCAÇÃO - ENSINO DE 1º GRAU
08424272.33 - Distribuição da Merenda Escolar.
4.1.2.0 - Equipamentos e Material Permanente.....(+)Cz$ 7.000.000,00

PARÁGRAFO ÚNICO - O ato que abrir o crédito adicional referido neste artigo indicará a importância, a espécie do mesmo e a classificação da despesa até onde for possível.

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 29 de agosto de 1988.

Messias Paredão Nascimento Lima
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 29 de agosto de 1988.

Roberto Fernandes dos Santos
Resp./Exp. Secretaria Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.628, DE 29 DE AGOSTO DE 1988.

"Autoriza a abertura de crédito adicional especial para os fins que especifica".

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Na forma a que se refere o artigo 42 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, fica o Chefe do Executivo autorizado a abrir, ao Orçamento do Município, no Serviço de Finanças - Setor de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Tremembé, um crédito adicional especial da ordem de Cz$ 13.000.000,00 (TREZE MILHÕES DE CRUZADOS), para ser repassado a Autarquia Municipal de Saúde, conforme convênio firmado entre a Secretaria de Estado da Saúde e a Prefeitura Municipal de Tremembé, obedecida a seguinte classificação:

9. SERVIÇO DE SAÚDE
9.1 SETOR DE SAÚDE
13754280.00 - Assistência Médica e Sanitária.
4.3.1.2 - Contribuições para Despesas de Capital.....Cz$ 13.000.000,00

PARÁGRAFO ÚNICO - O ato que abrir o crédito adicional referido neste artigo indicará a importância, a espécie do mesmo e a classificação da despesa até onde for possível.

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 29 de agosto de 1988.

Messias Paredão Nascimento Lima
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 29 de agosto de 1988.

Roberto Fernandes dos Santos
Resp./Exp. Secretaria Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.629, DE 29 DE AGOSTO DE 1988.

"Autoriza a abertura de crédito adicional para o fim que determina".

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Na forma a que se refere o artigo 42, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, fica o Chefe do Executivo autorizado a abrir, ao Orçamento do Município, no Serviço de Finanças - Setor de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Tremembé, um crédito adicional suplementar da ordem de Cz$ 22.600.000,00 (VINTE E DOIS MILHÕES E SEISCENTOS MIL CRUZADOS), para reforço das seguintes dotações orçamentárias correntes:

2. GABINETE DO PREFEITO
2.1 ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR
03070202.05 - Manutenção das Atividades do Gabinete do Prefeito.
3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+)Cz$ 1.000.000,00
03070212.06 - Manutenção das Atividades da Secretaria.
3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+)Cz$ 500.000,00
03070212.07 - Manutenção das Atividades da Junta do Serviço Militar.
3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+)Cz$ 300.000,00
15814872.14 - Manutenção das Atividades do Fundo Social de Solidariedade.
3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+)Cz$ 300.000,00
5. SERVIÇO DE FINANÇAS
5.1 SETOR DE TRIBUTAÇÃO
03080302.18 - Manutenção das Atividades do Setor.
3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+)Cz$ 1.000.000,00
3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos..(+)Cz$ 500.000,00
5.3 SETOR DE TESOURARIA
03080322.20 - Manutenção das Atividades do Setor.
3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+)Cz$ 500.000,00

6. SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO
6.2 SETOR DE PESSOAL
03070212.22 - Manutenção das Atividades do Setor de Pessoal.
3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+)Cz$ 300.000,00
6.3 SETOR DE MATERIAL E PATRIMÔNIO
03070212.23 - Manutenção das Atividades do Setor.
3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+)Cz$ 500.000,00
6.4 SETOR DE PROTOCOLO, ARQUIVO, ZELADORIA E TELEFONIA
03070212.24 - Manutenção das Atividades do Setor.
3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+)Cz$ 300.000,00
6.5 SETOR DE SEGURANÇA DO PATRIMÔNIO
03070212.25 - Manutenção das Atividades do Setor.
3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+)Cz$ 2.000.000,00
6.6 SETOR DE TRANSPORTES E OFICINAS
03070212.26 - Manutenção das Atividades do Setor de Transportes e Oficinas.
3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+)Cz$ 2.000.000,00
7. SERVIÇO DE OBRAS E VIAÇÃO
7.1 ADMINISTRAÇÃO
03070212.27 - Manutenção das Atividades do Setor.
3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+)Cz$ 1.500.000,00
7.2 SETOR DE OBRAS E CONSERVAÇÃO - VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS
10583232.28 - Manutenção das Atividades do Setor.
3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+)Cz$ 2.000.000,00
7.4 SETOR DE ESTRADAS MUNICIPAIS
16885342.30 - Manutenção das Atividades do Setor.
3.1.2.0 - Material de Consumo.....(+)Cz$ 500.000,00
8. SERVIÇO DE EDUCAÇÃO E CULTURA
8.1 SETOR DE EDUCAÇÃO - ENSINO DE 1º GRAU
08421882.32 - Manutenção das Atividades do Ensino de 1º Grau - E.R.
3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+)Cz$ 600.000,00
08424272.33 - Distribuição da Merenda Escolar.
3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+)Cz$ 2.000.000,00

8.2 SETOR DE EDUCAÇÃO - EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR
08421902.34 - Manutenção das Atividades da Educação Pré-Escolar.
3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+)Cz$ 2.000.000,00
8.3 SETOR DE CULTURA
08482472.35 - Manutenção das Atividades Culturais e Biblioteca.
3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+)Cz$ 500.000,00
10. SERVIÇOS MUNICIPAIS
10.1 SETOR DE LIMPEZA PÚBLICA
10603252.37 - Manutenção das Atividades do Setor.
3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+)Cz$ 3.000.000,00
10.3 SETOR DE MERCADOS E FEIRAS
11163532.40 - Manutenção das Atividades do Setor.
3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+)Cz$ 200.000,00
11. ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
11.1 DESPESAS GERAIS DA ADMINISTRAÇÃO
15824922.55 - Pagamento de Inativos e Pensionistas.
3.2.5.1 - Inativos - Proventos.....(+)Cz$ 1.000.000,00
3.2.5.2 - Pensionistas.....(+)Cz$ 100.000,00

PARÁGRAFO ÚNICO - O ato que abrir o crédito adicional referido neste artigo indicará a importância, a espécie do mesmo e a classificação da despesa até onde for possível.

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 29 de agosto de 1988.

Messias Paredão Nascimento Lima
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 29 de agosto de 1988.

Roberto Fernandes dos Santos
Resp./Exp. Secretaria Municipal

L E I Nº 1.630, DE 29 DE AGOSTO DE 1988.

"Autoriza a abertura de crédito adicional para o fim que determina".

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Na forma a que se refere o artigo 42, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, fica o Chefe do Executivo autorizado a abrir, ao Orçamento do Município, no Serviço de Finanças - Setor de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Tremembé, um crédito adicional suplementar da ordem de Cz$ 14.800.000,00 (QUATORZE MILHÕES E OITOCENTOS MIL CRUZADOS), para reforço das seguintes dotações orçamentárias correntes:

2.	GABINETE DO PREFEITO	
2.1	ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR	
03462242.12	- Manutenção das Atividades da Comissão Municipal de Esportes.	
3.1.3.2	- Outros Serviços e Encargos...(+)Cz$	300.000,00
15814872.14	- Manutenção das Atividades do Fundo Social de Solidariedade.	
3.1.2.0	- Material de Consumo.....(+)Cz$	200.000,00
7.	SERVIÇO DE OBRAS E VIAÇÃO	
7.2	SETOR DE OBRAS E CONSERVAÇÃO - VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS	
03070211.05	- Conservação e Manutenção de Imóveis recebidos e concedidos em comodato.	
3.1.2.0	- Material de Consumo.....(+)Cz$	100.000,00
10583232.28	- Manutenção das Atividades do Setor.	
3.1.2.0	- Material de Consumo.....(+)Cz$	150.000,00
3.1.3.2	- Outros Serviços e Encargos...(+)Cz$	150.000,00
7.4	SETOR DE ESTRADAS MUNICIPAIS	
16885342.30	- Manutenção das Atividades do Setor.	
3.1.2.0	- Material de Consumo.....(+)Cz$	500.000,00
8.	SERVIÇO DE EDUCAÇÃO E CULTURA	
8.1	SETOR DE EDUCAÇÃO - ENSINO DE 1º GRAU - ER.	

08421882.32 - Manutenção das Atividades do Ensino de Primeiro Grau - ER.
3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos...(+)Cz$ 5.000.000,00
08424272.33 - Distribuição da Merenda Escolar.
3.1.2.0 - Material de Consumo.....(+)Cz$ 5.000.000,00
8.2 SETOR DE EDUCAÇÃO - EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR
08421902.34 - Manutenção das Atividades da Educação Pré-Escolar.
3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos...(+)Cz$ 3.000.000,00
10. SERVIÇOS MUNICIPAIS
10.1 SETOR DE LIMPEZA PÚBLICA
10603252.37 - Manutenção das Atividades do Setor.
3.1.2.0 - Material de Consumo.....(+)Cz$ 200.000,00
10.3 SETOR DE MERCADOS E FEIRAS
11163532.40 - Manutenção das Atividades do Setor.
3.1.2.0 - Material de Consumo.....(+)Cz$ 200.000,00

PARÁGRAFO ÚNICO - O ato que abrir o crédito adicional referido neste artigo indicará a importância, a espécie do mesmo e a classificação da despesa até onde for possível.

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 29 de agosto de 1988.

Messias Paredão Nascimento Lima
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 29 de agosto de 1988.

Roberto Fernandes dos Santos
Resp./Exp. Secretaria Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.631, DE 29 DE AGOSTO DE 1988.

"Autoriza a abertura de crédito adicional especial para o fim que determina".

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Consoante o disposto no artigo 42 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, fica o Chefe do Executivo autorizado a abrir, ao Orçamento do Município, no Serviço de Finanças - Setor de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Tremembé, um crédito adicional especial de Cz$ 1.090.000,00 (UM MILHÃO E NOVENTA MIL CRUZADOS), destinado ao desenvolvimento das atividades da Fanfarra Municipal, com aproveitamento de alunos das Escolas de 1º Grau, assim classificado:

8.	SERVIÇO DE EDUCAÇÃO E CULTURA	
8.3	SETOR DE CULTURA	
08000000.00	- EDUCAÇÃO E CULTURA	
08420000.00	- ENSINO DE PRIMEIRO GRAU	
08421880.00	- ENSINO REGULAR	
3.1.1.1	- Pessoal Civil.....Cz$	300.000,00
3.1.1.3	- Obrigações Patronais.....Cz$	90.000,00
3.1.2.0	- Material de Consumo.....Cz$	150.000,00
3.1.3.2	- Outros Serviços e Encargos.....Cz$	150.000,00
4.1.2.0	- Equipamentos e Material Permanente.....Cz$	400.000,00

PARÁGRAFO ÚNICO - Do decreto que abrir o crédito a que se refere o artigo constarão, de modo obrigatório, os recursos hábeis de cobertura, bem como a classificação da despesa até onde for possível.

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 29 de agosto de 1988.

Messias Paredão Nascimento Lima

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 29 de agosto de 1988.

Roberto Fernandes dos Santos

Resp./Exp. Secretaria Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.632, DE 29 DE AGOSTO DE 1988.

"Autoriza o Poder Executivo a celebrar Termo de Convênio de Interveniência, com firma a ser selecionada através de Concorrência Pública".

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar Termo de Convênio de Interveniência, com firma a ser selecionada através de Concorrência Pública, objetivando o fornecimento de gêneros alimentícios de 1ª necessidade aos servidores, funcionários e pensionistas Municipais.

PARÁGRAFO ÚNICO - O Termo a que se refere o artigo será celebrado nos termos propostos na minuta anexa que, rubricada pelo Prefeito Municipal, passa a fazer parte integrante da presente lei.

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 29 de agosto de 1988.

Messias Paredão Nascimento Lima
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 29 de agosto de 1988.

Roberto Fernandes dos Santos
Resp./Exp. Secretaria Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120

ESTADO DE SÃO PAULO

"Termo de Convênio de Interveniência celebrado entre a Prefeitura Municipal de Tremembé-SP., e a firma _____ _____, objetivando o fornecimento de gêneros alimentícios de 1ª necessidade aos servidores, funcionários e pensionistas".

A Prefeitura Municipal de Tremembé, Estado de São Paulo, devidamente autorizada pela Lei Municipal número _____, doravante denominada INTERVENIENTE, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Senhor MESSIAS PAREDÃO NASCIMENTO LIMA, e a firma _____ _____, doravante denominada FORNECEDORA, neste ato representada pelo seu titular, _____ _____, têm entre si justo e acertado, celebrar o presente Convênio com as cláusulas que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA
DO OBJETO

Objetiva o presente Convênio de Interveniência, a conjugação de esforços no sentido de proporcionar aos servidores, funcionários e pensionistas municipais a compra de gêneros alimentícios de 1ª necessidade junto a fornecedora acima mencionada.

CLÁUSULA SEGUNDA
DA FORNECEDORA

A Fornecedora se obriga a fornecer aos servidores, funcionários e pensionistas municipais no período de _____, gêneros alimentícios de 1ª necessidade até o limite de 80% (OITENTA POR CENTO) de seus salários ou vencimentos.

CLÁUSULA TERCEIRA
DA INTERVENIENTE

A Interveniente se obriga a recolher aos cofres da fornecedora até o dia 10 do mês subsequente ao fornecido a importância devida a mesma mediante Nota Fiscal, Recibo ou Duplicata acompanhada de relação constando o nome do servidor, funcionário ou pensionista e o respectivo valor da compra, apresentada até o dia 27 de cada mês.

CLÁUSULA QUARTA
DA EXECUÇÃO

A execução do Convênio de Interveniência só se efetivará mediante termo de concordância individual de cada servidor, funcionário e pensionista, que deverá ser elaborado pelo Setor de Pessoal da Interveniente.

CLÁUSULA QUINTA
DA MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS

A importância a ser retida pela Interveniente dos servidores, funcionários e pensionistas e repassada a Fornecedora deverá ser à título de Receita e Despesa Extraorçamentária, respectivamente.

CLÁUSULA SEXTA
DA VIGÊNCIA

O presente Convênio de Interveniência terá duração de 01 (um) ano a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado até o limite de 03 (três) anos.

CLÁUSULA SÉTIMA

DA DENUNCIA, RESCISÃO OU RESOLUÇÃO

1. O Convênio de Interveniência poderá ser desfeito durante o prazo de vigência, por mútuo consentimento dos Partícipes, ou denuncia de qualquer deles, por desinteresse, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias.

2. O Prefeito Municipal e o titular da Fornecedora são autoridades competentes para denunciar, resolver ou rescindir este Convênio.

CLÁUSULA OITAVA

DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Taubaté-SP., com renuncia a qualquer outro para dirimir quaisquer dúvidas na execução deste instrumento.

E por estarem de acordo, firmam o presente Convênio em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Messias Paredão Nascimento Lima
Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS:

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.633, DE 29 DE AGOSTO DE 1988.

"Dispõe sobre a criação de empregos e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - O Quadro de Pessoal Celetista da Prefeitura Municipal de Tremembé, constante da Lei Municipal nº 1.351, de 31 de maio de 1985, fica acrescido dos seguintes empregos:

- 01 (UM) AUXILIAR DA SEÇÃO DE ARRECADAÇÃO - REFERÊNCIA "18".
- 06 (SEIS) ESCRITURÁRIO "A" - REFERÊNCIA "17".

§ 1º - A especificação e atribuição, condição e horário de trabalho dos ocupantes dos empregos de que trata o artigo, serão estabelecidos por Decreto-Executivo.

§ 2º - Aplicam-se aos empregos ora criados os mesmos direitos e vantagens a que se refere o artigo 16, da Lei Municipal nº 1.304, de 19 de novembro de 1984.

ARTIGO 2º - As despesas com a execução da presente lei onerarão as verbas orçamentárias próprias, suplementadas quando necessário.

ARTIGO 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 29 de agosto de 1988.

Messias Paredão Nascimento Lima
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 29 de agosto de 1988.

Roberto Fernandes dos Santos
Resp./Exp. Secretaria Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.634, DE 29 DE AGOSTO DE 1988.

"Autoriza a abertura de crédito adicional para o fim que determina".

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Na forma a que se refere o artigo 42 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, fica o Chefe do Executivo autorizado a abrir, ao Orçamento do Município, no Serviço de Finanças - Setor de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Tremembé, um crédito adicional suplementar da ordem de Cz$..... Cz$ 36.000.000,00 (TRINTA E SEIS MILHÕES DE CRUZADOS), para reforço da seguinte dotação orçamentária corrente:

CRÉDITO ESPECIAL

LEI MUNICIPAL Nº 1.589/88 E DECRETO Nº 1.122/88.

9. SERVIÇO DE SAÚDE

9.1 SETOR DE SAÚDE

13754280.00 - Assistência Médica e Sanitária.

3.2.1.1 - Transferências Operacionais....(+)Cz$ 36.000.000,00

PARÁGRAFO ÚNICO - O ato que abrir o crédito adicional referido neste artigo indicará a importância, a espécie do mesmo e a classificação da despesa até onde for possível.

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 29 de agosto de 1988.

Messias Paredão Nascimento Lima
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 29 de agosto de 1988.

Roberto Fernandes dos Santos
Resp./Exp. Secretaria Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.635, DE 31 DE AGOSTO DE 1988.

"Dá nova redação a alínea "c", do artigo 1º, da Lei Municipal nº 1.597, de 30 de maio de 1988 e altera referência de emprego que especifica".

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - A alínea "c", do Artigo 1º, da Lei Municipal nº 1.597, de 30 de maio de 1988, passa a ter a seguinte redação:

"c)- 30% (trinta por cento) sobre o Anexo I - Tabela Única de Remuneração vigente em 31 de julho de 1988, passando a vigorar a partir de 1º de agosto de 1988."

ARTIGO 2º - O emprego de Professor - Referência "10", criado pela Lei Municipal nº 1.351, de 31 de maio de 1988, passa para a Referência "16".

ARTIGO 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de agosto de 1988.

ARTIGO 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 31 de agosto de 1988.

Messias Paredão Nascimento Lima
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 31 de agosto de 1988.

Roberto Fernandes dos Santos
Resp./Exp. Secretaria Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.636, DE 31 DE AGOSTO DE 1988.

"Dá nova redação a alínea "b", do artigo 1º, da Lei Municipal nº 1.621, de 28 de julho de 1988".

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - A alínea "b", do artigo 1º, da Lei Municipal nº 1.621, de 28 de julho de 1988, passa a ter a seguinte redação:

"b)- 30% (trinta por cento) sobre a Tabela de salários vigente em 31 de julho de 1988, passando a vigorar a partir de 1º de agosto de 1988."

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de agosto de 1988.

ARTIGO 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 31 de agosto de 1988.

Messias Paredão Nascimento Lima
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 31 de agosto de 1988.

Roberto Fernandes dos Santos
Resp./Exp. Secretaria Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.637, DE 31 DE AGOSTO DE 1988.

"Dá nova redação à alínea "c", do Artigo 1º, da Lei Municipal nº 1.598, de 30 de maio de 1988".

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - A alínea "c", do Artigo 1º, da Lei Municipal nº 1.598, de 30 de maio de 1988, passa a vigorar com a seguinte redação:

"c)- 30% (trinta por cento) sobre o Anexo I - Escala de Vencimentos vigentes em 31 de julho de 1988, passando a vigorar a partir de 1º de agosto de 1988."

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de agosto de 1988.

ARTIGO 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 31 de agosto de 1988.

Messias Paredão Nascimento Lima
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 31 de agosto de 1988.

Roberto Fernandes dos Santos
Resp./Exp. Secretaria Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.638, DE 08 DE SETEMBRO DE 1988.

"Autoriza a abertura de crédito adicional para o fim que determina".

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

ARTIGO 1º - Na forma a que se refere o artigo 42, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, fica o Chefe do Executivo autorizado a abrir, ao Orçamento do Município, no Serviço de Finanças - Setor de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Tremembé, um crédito adicional de Cz$ 500.000,00 (QUINHENTOS MIL CRUZADOS), para reforço da seguinte dotação orçamentária corrente:

9. SERVIÇO DE SAÚDE
9.1 SETOR DE SAÚDE
13754282.36 - Manutenção das Atividades da Assistência Médica e Sanitária.
3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos.....(+)Cz$ 500.000,00

PARÁGRAFO ÚNICO - O ato que abrir o crédito adicional referido neste artigo indicará a importância, a espécie do mesmo e a classificação da despesa até onde for possível.

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 08 de setembro de 1988.

Messias Paredão Nascimento Lima
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 08 de setembro de 1988.

Roberto Fernandes dos Santos
Resp./Exp. Secretaria Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.639, DE 19 DE SETEMBRO DE 1988.

"Autoriza a abertura de crédito adicional para o fim que determina".

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Na forma a que se refere o artigo 42 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, fica o Chefe do Executivo autorizado a abrir, ao Orçamento do Município, no Serviço de Finanças - Setor de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Tremembé, um crédito adicional de Cz$ 22.150.000,00 (VINTE E DOIS MILHÕES, CENTO E CINQUENTA MIL CRUZADOS), para reforço das seguintes dotações orçamentárias correntes:

2. GABINETE DO PREFEITO
2.1 ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR
03070202.05 - Manutenção das Atividades do Gabinete do Prefeito.
3.1.2.0 - Material de Consumo.....(+)Cz$ 300.000,00
03462242.12 - Manutenção das Atividades da Comissão Municipal de Esportes.
3.1.2.0 - Material de Consumo.....(+)Cz$ 100.000,00
15814872.14 - Manutenção das Atividades do Fundo Social de Solidariedade.
3.1.2.0 - Material de Consumo.....(+)Cz$ 100.000,00
3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos.....(+)Cz$ 100.000,00
4. PROCURADORIA
4.1 ASSESSORIA JURÍDICA
03070212.17 - Manutenção das Atividades da Assessoria Jurídica.
3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+)Cz$ 100.000,00
5. SERVIÇO DE FINANÇAS
5.3 SETOR DE TESOURARIA
03080322.20 - Manutenção das Atividades do Setor.
3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos.....(+)Cz$ 1.000.000,00
6. SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO
6.1 ADMINISTRAÇÃO
03070212.21 - Manutenção das Atividades da Assessoria Administrativa.

3.1.2.0 - Material de Consumo.....(+)Cz$ 200.000,00
6.3 SETOR DE MATERIAL E PATRIMÔNIO
03070212.23 - Manutenção das Atividades do Setor.
3.1.2.0 - Material de Consumo.....(+)Cz$ 300.000,00
3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos.....(+)Cz$ 100.000,00
6.4 SETOR DE PROTOCOLO, ARQUIVO, ZELADORIA E TELEFONIA
03070212.24 - Manutenção das Atividades do Setor.
3.1.2.0 - Material de Consumo.....(+)Cz$ 100.000,00
6.5 SETOR DE SEGURANÇA DO PATRIMÔNIO
03070212.25 - Manutenção das Atividades do Setor.
3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos.....(+)Cz$ 100.000,00
6.6 SETOR DE TRANSPORTES E OFICINAS
03070212.26 - Manutenção das Atividades do Setor de Transportes e Oficinas.
3.1.2.0 - Material de Consumo.....(+)Cz$ 150.000,00
3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos.....(+)Cz$ 200.000,00
7. SERVIÇO DE OBRAS E VIAÇÃO
7.1 ADMINISTRAÇÃO
03070212.27 - Manutenção das Atividades do Setor.
3.1.2.0 - Material de Consumo.....(+)Cz$ 200.000,00
7.2 SETOR DE OBRAS E CONSERVAÇÃO - VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS
10583231.08 - Pavimentação e Conservação de Vias Públicas.
4.1.1.0 - Obras e Instalações.....(+)Cz$ 2.000.000,00
3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos.....(+)Cz$ 500.000,00
03070211.05 - Conservação e Manutenção de Imóveis recebidos e concedidos em comodato.
3.1.2.0 - Material de Consumo.....(+)Cz$ 300.000,00
10603272.38 - Manutenção das Atividades do Setor.
3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos.....(+)Cz$ 3.000.000,00
7.4 SETOR DE ESTRADAS MUNICIPAIS
16885342.30 - Manutenção das Atividades do Setor.
3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos.....(+)Cz$ 300.000,00
7.5 SETOR DE TRÂNSITO
03915732.31 - Manutenção das Atividades do Setor.
3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+)Cz$ 300.000,00
3.1.2.0 - Material de Consumo.....(+)Cz$ 200.000,00

8. SERVIÇO DE EDUCAÇÃO E CULTURA
8.1 SETOR DE EDUCAÇÃO - ENSINO DE 1º GRAU - ER.
08421882.32 - Manutenção das Atividades do Ensino de 1º Grau-ER.
3.1.1.3 - Obrigações Patronais.....(+)Cz$ 150.000,00
08424272.33 - Distribuição da Merenda Escolar.
3.1.1.3 - Obrigações Patronais.....(+)Cz$ 500.000,00
8.2 SETOR DE EDUCAÇÃO - EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR
08421902.34 - Manutenção das Atividades da Educação Pré-Escolar.
3.1.1.3 - Obrigações Patronais.....(+)Cz$ 500.000,00
10. SERVIÇOS MUNICIPAIS
10.2 SETOR DE PRAÇAS, PARQUES E JARDINS
10603282.39 - Manutenção das Atividades do Setor.
3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+)Cz$ 1.000.000,00
10.4 SETOR DE CEMITÉRIOS E SERVIÇOS FUNERÁRIOS
10603262.41 - Manutenção das Atividades do Setor.
3.1.2.0 - Material de Consumo.....(+)Cz$ 1.000.000,00
11. ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
11.1 DESPESAS GERAIS DA ADMINISTRAÇÃO
03080332.46 - Pagamento de Juros da Dívida Contratada.
3.2.6.1 - Juros da Dívida Contratada.....(+)Cz$ 2.000.000,00
03080332.47 - Amortização da Dívida Contratada.
4.3.5.1 - Amortização da Dívida Contratada.....(+)Cz$ 1.000.000,00
15814862.51 - Salário - Família.
3.2.5.3 - Salário - Família.....(+)Cz$ 50.000,00
15814922.54 - Pagamento de Encargos Sociais.
3.1.1.3 - Obrigações Patronais.....(+)Cz$ 6.000.000,00
15824952.55 - Pagamento de Inativos e Pensionistas.
3.2.5.1 - Inativos/Obrigações Patronais...(+)Cz$ 100.000,00

CRÉDITO ESPECIAL
LEI MUNICIPAL Nº 1.587/88 E DECRETO Nº 1.090/88.

7. SERVIÇO DE OBRAS E VIAÇÃO
7.2 SETOR DE OBRAS E CONSERVAÇÃO - VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS
03421882.00 - Ensino Regular.
4.1.1.0 - Obras e Instalações.....(+)Cz$ 200.000,00

PARÁGRAFO ÚNICO - O ato que abrir o crédito adicional referido neste artigo indicará a importância, a espécie do mesmo e a classificação da despesa até onde for possível.

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 19 de setembro de 1988.

Messias Paredão Nascimento Lima
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 19 de setembro de 1988.

Roberto Fernandes dos Santos
Resp./Exp. Secretaria Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.640, DE 19 DE SETEMBRO DE 1988.

"Dispõe sobre abertura de crédito adicional especial para o fim que discrimina".

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Na forma a que se refere o artigo 42, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, fica o Chefe do Executivo autorizado a abrir, ao Orçamento do Município, no Serviço de Finanças - Setor de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Tremembé, um crédito adicional especial da ordem de Cz$800.000,00 (OITOCENTOS MIL CRUZADOS), destinado ao custeio das despesas com equipamentos e material permanente necessários para o término da Quadra de Esportes no imóvel onde está funcionando o Grupo Escolar do SESI.

PARÁGRAFO ÚNICO - O ato que abrir o crédito referido no artigo indicará a importância, a espécie do mesmo, os recursos para a sua cobertura e a classificação da despesa até onde for possível.

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 19 de setembro de 1988.

Messias Paredão Nascimento Lima

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 19 de setembro de 1988.

Roberto Fernandes dos Santos

Resp./Exp. Secretaria Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.641, DE 19 DE SETEMBRO DE 1988.

"Dispõe sobre abertura de crédito adicional especial para o fim que discrimina".

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Na forma a que se refere o artigo 42, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, fica o Chefe do Executivo autorizado a abrir, ao Orçamento do Município, no Serviço de Finanças - Setor de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Tremembé, um crédito adicional especial da ordem de Cz$100.000,00 (CEM MIL CRUZADOS), destinado ao custeio das despesas com equipamentos e material permanente do Setor de Saúde.

PARÁGRAFO ÚNICO - O ato que abrir o crédito referido no artigo indicará a importância, a espécie do mesmo, os recursos para a sua cobertura e a classificação da despesa até onde for possível.

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 19 de setembro de 1988.

Messias Paredão Nascimento Lima
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 19 de setembro de 1988.

Roberto Fernandes dos Santos
Resp./Exp. Secretaria Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.642, DE 19 DE SETEMBRO DE 1988.

"Dispõe sobre denominação de via pública".

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

ARTIGO 1º - Fica denominada "RUA HENRIQUETA VIALTA SAAD" a Rua 3 do Jardim dos Eucalíptos.

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 19 de setembro de 1988.

Messias Paredão Nascimento Lima

Prefeito Munccipal

Registrada e publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 19 de setembro de 1.988.

Roberto Fernandes dos Santos

Resp./Exp. Secretaria Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.643, DE 19 DE SETEMBRO DE 1988.

"Dispõe sobre denominação de pontes".

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

ARTIGO 1º - Fica denominada "Ponte RAUL RIBEIRO DOS SANTOS", a ponte sobre o Ribeirão Santa Maria, localizada na TMN 224, Km. 1,1.

ARTIGO 2º - Fica denominada "Ponte ALCEU VARGAS", a ponte sobre o afluente do Ribeirão Santa Maria, localizada no Km. 6,6, da TMN 224.

ARTIGO 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 19 de setembro de 1988.

Messias Paredão Nascimento Lima

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 19 de setembro de 1988.

Roberto Fernandes dos Santos

Resp./Exp. Secretaria Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.644, DE 19 DE SETEMBRO DE 1988.

"Dispõe sobre denominação de ponte".

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

ARTIGO 1º - Fica denominada "PONTE ÂNGELO PARODI", a ponte sobre o ribeirão da Serragem, localizada no Km. 2,6, da TMN 356.

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 19 de setembro de 1988.

Messias Paredão Nascimento Lima

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 19 de setembro de 1.988.

Roberto Fernandes dos Santos

Resp./Exp. Secretaria Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.645, DE 22 DE SETEMBRO DE 1988.

"Autoriza a abertura de crédito adicional para o fim que determina".

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Na forma a que se refere o artigo 42 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, fica o Chefe do Executivo autorizado a abrir, ao Orçamento do Município, no Serviço de Finanças - Setor de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Tremembé, um crédito adicional de Cz$2.600.000,00 (DOIS MILHÕES, SEISCENTOS MIL CRUZADOS), para reforço das seguintes dotações orçamentárias correntes:

CRÉDITO ESPECIAL

LEI MUNICIPAL Nº 1.631/88 E DECRETO Nº 1.159/88.

8. SERVIÇO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

8.3 SETOR DE CULTURA

08421880.00 - Ensino Regular.

3.1.2.0 - Material de Consumo.....(+)Cz$ 500.000,00

3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos.....(+)Cz$ 500.000,00

4.1.2.0 - Equipamentos e Material Permanente.....(+)Cz$ 1.600.000,00

PARÁGRAFO ÚNICO - O ato que abrir o crédito adicional referido neste artigo indicará a importância, a espécie do mesmo e a classificação da despesa até onde for possível.

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 22 de setembro de 1988.

MESSIAS PAREDÃO NASCIMENTO LIMA

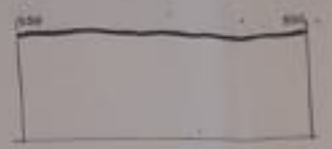
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 22 de setembro de 1988.

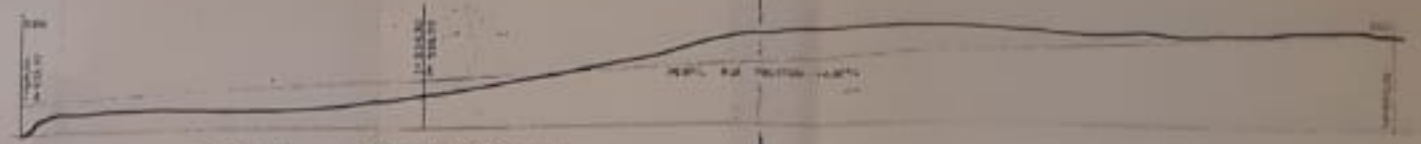
ROBERTO FERNANDES DOS SANTOS

RESP./EXP. SECRETARIA MUNICIPAL

SITUAÇÃO ATUAL



PERFIL TRANSVERSAL



PERFIL LONGITUDINAL



SITUAÇÃO PRETENDIDA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.646, DE 22 DE SETEMBRO DE 1988.

"Dispõe sobre recebimento de área de terreno, em doação".

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Fica a Prefeitura Municipal de Tremembé devidamente autorizada por esta lei, a receber da Santa Clara Empreendimentos Imobiliários Taubaté Ltda., em doação, uma faixa de terreno medindo 2.439,83 m² (dois mil, quatrocentos e trinta e nove metros e oitenta e três decímetros quadrados), a qual se encontra descrita no croqui anexo que passa a fazer parte integrante da presente lei.

ARTIGO 2º - Igualmente, fica a Prefeitura Municipal autorizada a transferir para a classe dos bens de uso comum do povo, depois de adquirida, a faixa de terreno mencionada no artigo anterior, a fim de que a mesma venha a se constituir na complementação da atual Rua Ovidio Paula de Oliveira, situada no Loteamento denominado Jardim Bica da Glória.

ARTIGO 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 22 de setembro de 1988.

Messias Paredão Nascimento Lima
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 22 de setembro de 1988.

Roberto Fernandes dos Santos
Resp./Exp. Secretaria Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.647, DE 22 DE SETEMBRO DE 1988.

"Autoriza a abertura de crédito adicional para o fim que determina".

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Na forma a que se refere o artigo 42 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, fica o Chefe do Executivo autorizado a abrir, ao Orçamento do Município, no Serviço de Finanças - Setor de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Tremembé, um crédito adicional de Cz$4.900.000,00 (QUATRO MILHÕES E NOVECENTOS MIL CRUZADOS), para reforço das seguintes dotações orçamentárias correntes:

6. SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO
6.2 SETOR DE PESSOAL
03070212.22 - Manutenção das Atividades do Setor de Pessoal.
3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos.....(+)Cz$ 200.000,00
6.6 SETOR DE TRANSPORTES E OFICINAS
03070212.26 - Manutenção das Atividades do Setor de Transportes e Oficinas.
3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos.....(+)Cz$ 200.000,00
7. SERVIÇO DE OBRAS E VIAÇÃO
7.2 SETOR DE OBRAS E CONSERVAÇÃO - VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS
10583232.28 - Manutenção das Atividades do Setor.
3.1.2.0 - Material de Consumo.....(+)Cz$ 500.000,00
16885321.11 - Prosseguimento de Obra: Terminal Rodoviário de Passageiros.
4.1.1.0 - Obras e Instalações.....(+)Cz$ 3.000.000,00
7.4 SETOR DE ESTRADAS MUNICIPAIS
16885342.30 - Manutenção das Atividades do Setor.
3.1.2.0 - Material de Consumo.....(+)Cz$ 1.000.000,00

PARÁGRAFO ÚNICO - O ato que abrir o crédito adicional referido neste artigo indicará a importância, a espécie do mesmo e a classificação da despesa até onde for possível.

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 22 de setembro de 1988.

Messias Paredão Nascimento Lima
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 22 de setembro de 1988.

Roberto Fernandes dos Santos
Resp./Exp. Secretaria Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120
ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.648, DE 22 DE SETEMBRO DE 1988.

"Dispõe sobre implantação de Zona Industrial no Município de Tremembé, doação de terrenos à empresas industriais e de prestação de serviços e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - A presente lei, fundada na competência municipal para o ordenamento das atividades urbanas, tem por objetivo, em benefício do sossego, higiene e tranquilidade públicas, permitir, a execução de planos de urbanização de regiões municipais para melhor aproveitamento econômico e para afastar, progressivamente, os estabelecimentos industriais e/ou de prestação de serviços dos centros e núcleos urbanos residenciais existentes no Município de Tremembé.

ARTIGO 2º - Para o atendimento desses objetivos, fica o Prefeito Municipal autorizado a implantar uma Zona Industrial no Município de Tremembé, ocupando, área superficial de, no mínimo 150.000,00 m² (cento e cinquenta mil metros quadrados) e, no máximo, 500.000,00 m² (quinhentos mil metros quadrados).

§ 1º - Para os fins, a que alude este artigo, a Prefeitura poderá adquirir os terrenos necessários através de chamamento público ou desapropriação, via amigável ou judicial.

§ 2º - A aquisição de terrenos, para os fins a que se refere esta lei, obedecerá rigorosamente as exigências legais pertinentes e, em especial, as contidas no Decreto-Lei Federal nº 3365/41, Lei Federal nº 6766/79 e Decreto-Lei Federal nº 2.300/86.

§ 3º - As áreas de terreno, onde será implantada a Zona Industrial, serão declaradas de utilidade pública através de Decreto Municipal, nos termos do artigo 6º do Decreto-Lei Federal número 3.365/41.

ARTIGO 3º - Os recursos para atendimento desta lei serão consignados em dotações específicas do orçamento municipal.

ARTIGO 4º - Fica o Prefeito Municipal autorizado a fazer doação à empresas industriais e/ou de prestação de serviços das unidades imobiliárias que irão constituir a Zona Industrial.

ARTIGO 5º - As doações serão sempre feitas nos termos da presente lei e, em especial a Lei Orgânica dos Municípios, devendo figurar no instrumento de doação cláusulas assecuratórias do princípio de retrocessão, encargos do donatário e prazos para instalação da indústria, observadas as seguintes condições, que serão as mínimas:

I - a doação será procedida de chamamento público das interessadas;

II - na proposta de habilitação, as empresas deverão especificar seu ramo de produção ou atividade, relacionando os produtos que irão manufaturar ou serviços que irão prestar e apresentar projeção do faturamento para os próximos cinco (5) exercícios fiscais;

III - se comprometa a construir, no terreno doado, prédio industrial ou para prestação de serviços, com área coberta mínima de 400,00 m² (quatrocentos metros quadrados);

IV - venha a apresentar faturamento, nos primeiros 06 (seis) meses de atividade de, no mínimo Cz$ 300.000,00(TREZENTOS MIL CRUZADOS), considerada a média mensal do período.

PARÁGRAFO ÚNICO - Não poderão receber terrenos em doação, nos termos desta lei, as indústrias citadas na Lei Municipal nº 1.626/88 e, as empresas consideradas como poluidoras ambientais, assim definidas pelo CETESB.

ARTIGO 6º - Ficam fixados os seguintes prazos para o integral cumprimento das condições impostas por esta lei e pela proposta da empresa donatária, contados da data da celebração da escritura de doação:

a)- para início da construção do prédio - seis (06) meses;

b)- para conclusão dos edifícios propostos - trinta (30) meses;

c)- para início das operações industriais e/ou prestação de serviços - trinta e seis (36) meses.

PARÁGRAFO ÚNICO - O não cumprimento de qualquer das condições, nos prazos fixados por este artigo, implicará na revogação da doação feita e na reversão do imóvel doado ao patrimônio do Município, com as benfeitorias, construções e melhoramentos nele introduzidos, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extra ou do pagamento de indenizações de qualquer natureza.

ARTIGO 7º - A preferência para recebimento, em doação, das unidades imobiliárias, existentes na Zona Industrial, que for implantada por força desta lei, pelas empresas habilitadas, será estabelecida com observância dos seguintes critérios, pela ordem:

I - maior faturamento anual;

II - maior número de empregados, a serem recuutados, preferentemente, no Município de Tremembé;

III - início de atividade mais breve;

IV - maior investimento na implantação do complexo industrial, incluíndo construção do edifício, aquisição de equipamentos, obras de infra-estrutura e outras correlatas;

V - maior área construída.

PARÁGRAFO ÚNICO - Considerado o porte da empresa habilitada e a dimensão de seu parque industrial a ser erigido no local, a doação poderá abranger até cinco (5) unidades imobiliárias, não podendo a área superficial doada, resultante da soma das áreas dessas cinco unidades, superar 20.000,00 m² (vinte mil metros quadrados), mediante prévia justificação e recomendação dos órgãos técnicos municipais.

ARTIGO 8º - A documentação apresentada pela requerente será devidamente analisada por uma Comissão a ser designada pelo Chefe do Executivo, à qual competirá a verificação dos valores apresentados, dos documentos, a avaliação dos serviços executados e, finalmente, orientar o Prefeito sobre a aprovação ou não do pedido.

ARTIGO 9º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 22 de setembro de 1988.

Messias Paredão Nascimento Lima
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 22 de setembro de 1988.

Roberto Fernandes dos Santos
Resp./Exp. Secretaria Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.649, DE 22 DE SETEMBRO DE 1988.

"Dispõe sobre mudança de salários".

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Os salários/mês estipulados para os servidores contratados na forma do Convênio de Cooperação Técnica e Financeira, assinado entre a Prefeitura Municipal de Tremembé e o Ministério da Previdência e Assistência Social - MPAS, conforme Lei Municipal nº 1.584, de 08 de março de 1988, ficam fixados na seguinte conformidade:

EMPREGOS/CLT		CARGA/HORÁRIA/DIA	CZ$
02 (DOIS)	Assistente Social	04 hs.	60.000,00
01 (HUM)	Assistente Social	08 hs.	79.614,07
01 (HUM)	Professor de Educação Física	04 hs.	53.076,27
01 (HUM)	Psicólogo	04 hs.	53.076,27
05 (CINCO)	Estagiários	04 hs.	33.172,60

ARTIGO 2º - As despesas com a execução da presente lei onerarão as verbas orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

ARTIGO 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de agosto de 1988.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 22 de setembro de 1988.

MESSIAS PAREDÃO NASCIMENTO LIMA
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 22 de setembro de 1988.

ROBERTO FERNANDES DOS SANTOS
RESP./EXP. SECRETARIA MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.650, DE 27 DE SETEMBRO DE 1988.

"Dá denominação à Rua 7 do Bairro Jardim dos Eucalíptos".

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

ARTIGO 1º - Denomina-se Rua GULNARA LOBATO DE MORAES PEREIRA, a atual Rua 7 do Bairro Jardim dos Eucalíptos.

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 27 de setembro de 1988.

Messias Paredão Nascimento Lima

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 27 de setembro de 1988.

Roberto Fernandes dos Santos

Resp./Exp. Secretaria Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12 120

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.651, DE 07 DE OUTUBRO DE 1988.

"Autoriza a abertura de crédito adicional para o fim que determina".

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Na forma a que se refere o artigo 42, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, fica o Chefe do Executivo autorizado a abrir, ao Orçamento do Município, no Serviço de Finanças - Setor de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Tremembé, um crédito adicional de CZ$ 800.000,00 (OITOCENTOS MIL CRUZADOS), para reforço da seguinte dotação orçamentária corrente:

7. SERVIÇO DE OBRAS E VIAÇÃO

7.4 SETOR DE ESTRADAS MUNICIPAIS

16512691.13 - Abertura e restauração de Estradas, construção e restauração de pontes em estradas municipais.

4.1.1.0 - Obras e instalações.....(+)CZ$ 800.000,00

PARÁGRAFO ÚNICO - O ato que abrir o crédito adicional referido neste artigo indicará a importância, a espécie do mesmo e a classificação da despesa até onde for possível.

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 07 de outubro de 1988.

Messias Paredão Nascimento Lima
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 07 de outubro de 1988.

Roberto Fernandes dos Santos
Resp./Exp. Secretaria Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12 120

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.652, DE 07 DE OUTUBRO DE 1988.

"Dispõe sobre denominação de via pública".

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

ARTIGO 1º - Fica denominada Rua "JOSÉ EMILIANO DE LIMA" a Rua 8 do Jardim dos Eucalíptos.

ARTIGO 2º - A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal do Tremembé, 07 de outubro de 1988.

Messias Paredão Nascimento Lima
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 07 de outubro de 1988.

Roberto Fernandes dos Santos
Resp./Exp. Secretaria Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12 120

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.653, DE 07 DE OUTUBRO DE 1988.

"Dispõe sobre denominação de via pública".

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Fica denominada Rua "LUIZ GUILHERME PORTO PEREIRA", a Rua 11 do Jardim dos Eucalíptos.

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 07 de outubro de 1988.

Messias Paredão Nascimento Lima

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 07 de outubro de 1988.

Roberto Fernandes dos Santos

Resp./Exp. Secretaria Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12 120

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.654, DE 07 DE OUTUBRO DE 1988.

"Dispõe sobre a denominação de via pública".

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

ARTIGO 1º - Fica denominada Rua "ACÁCIO CARDOSO", a Rua 05 do Jardim dos Eucalíptos.

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 07 de outubro de 1988.

Messias Paredão Nascimento Lima

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 07 de outubro de 1988.

Roberto Fernandes dos Santos

Resp./Exp. Secretaria Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.655 , DE 07 DE OUTUBRO DE 1988.

"Autoriza a abertura de crédito adicional para o fim que determina".

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Na forma a que se refere o artigo 42, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, fica o Chefe do Executico autorizado a abrir, ao Orçamento do Município, no Serviço de Finanças - Setor de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Tremembé, um crédito adicional de CZ$ 700.000,00 (SETECENTOS MIL CRUZADOS), para reforço da seguinte dotação orçamentária corrente:

11. ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

11.1 DESPESAS GERAIS DA ADMINISTRAÇÃO

03070212.42 - Despesas com Outros Serviços e Encargos.

3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos.....(+)CZ$ 700.000,00

PARÁGRAFO ÚNICO - O ato que abrir o crédito adicional referido neste artigo indicará a importância, a espécie do mesmo e a classificação da despesa até onde for possível.

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 06 de outubro de 1988.

Messias Paredão Nascimento Lima
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 06 de outubro de 1988.

Roberto Fernandes dos Santos
Resp./Exp. Secretaria Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.656, DE 07 DE OUTUBRO DE 1988.

"Autoriza a abertura de crédito adicional para o fim que determina".

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Na forma a que se refere o artigo 42 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, fica o Chefe do Executivo autorizado a abrir, ao Orçamento do Município, no Serviço de Finanças - Setor de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Tremembé, um crédito adicional de Cz$ 65.600.000,00 (SESSENTA E CINCO MILHÕES E SEISCENTOS MIL CRUZADOS), para reforço das seguintes dotações orçamentárias correntes:

2. GABINETE DO PREFEITO
2.1 ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR
03070202.05 - Manutenção das Atividades do Gabinete do Prefeito.
3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+)Cz$ 1.500.000,00
03070212.06 - Manutenção das Atividades da Secretaria.
3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+)Cz$ 600.000,00
03070212.07 - Manutenção das Atividades da Junta do SErviço Militar.
3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+)Cz$ 500.000,00
03070212.10 - Manutenção das Atividades da Expedição de Carteiras Profissionais.
3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+)Cz$ 300.000,00
15814872.14 - Manutenção das Atividades do Fundo Social de Solidariedade.
3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+)Cz$ 800.000,00
4. PROCURADORIA
4.1 ASSESSORIA JURÍDICA
03070212.17 - Manutenção das Atividades da Assessoria Jurídica.
3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+)Cz$ 700.000,00
5. SERVIÇO DE FINANÇAS
5.1 SETOR DE TRIBUTAÇÃO

03080302.18 - Manutenção das Atividades do Setor.
3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+)Cz$ 3.000.000,00
5.2 SETOR DE CONTABILIDADE
03080322.19 - Manutenção das Atividades do Setor.
3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+)Cz$ 1.000.000,00
5.3 SETOR DE TESOURARIA
03080322.20 - Manutenção das Atividades do Setor.
3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+)Cz$ 1.000.000,00
6. SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO
6.2 SETOR DE PESSOAL
03070212.22 - Manutenção das Atividades do Setor de Pessoal.
3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+)Cz$ 1.000.000,00
6.3 SETOR DE MATERIAL E PATRIMÔNIO
03070212.23 - Manutenção das Atividades do Setor.
3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+)Cz$ 2.000.000,00
6.4 SETOR DE PROTOCOLO, ARQUIVO, ZELADORIA E TELEFONIA
03070212.24 - Manutenção das Atividades do Setor.
3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+)Cz$ 1.000.000,00
6.5 SETOR DE SEGURANÇA DO PATRIMÔNIO
03070212.25 - Manutenção das Atividades do Setor.
3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+)Cz$ 5.000.000,00
6.6 SETOR DE TRANSPORTES E OFICINAS
03070212.26 - Manutenção das Atividades do Setor de Transportes e Oficinas.
3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+)Cz$ 6.000.000,00
7. SERVIÇO DE OBRAS E VIAÇÃO
7.1 ADMINISTRAÇÃO
03070212.27 - Manutenção das Atividades do Setor.
3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+)Cz$ 3.000.000,00
7.2 SETOR DE OBRAS E CONSERVAÇÃO - VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS
10583232.28 - Manutenção das Atividades do Setor.
3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+)Cz$ 2.500.000,00
10583231.08 - Pavimentação e Conservação de Vias Públicas.
4.1.1.0 - Obras e Instalações.....(+)Cz$ 5.000.000,00
7.3 SETOR DE FÁBRICA DE PRÉ-MOLDADOS E CARPINTARIA
10583472.29 - Manutenção das Atividades do Setor.

3.1.1.1	- Pessoal Civil.....(+)Cz$	2.000.000,00
7.4	SETOR DE ESTRADAS MUNICIPAIS	
16885342.30	- Manutenção das Atividades do Setor.	
3.1.1.1	- Pessoal Civil.....(+)Cz$	1.500.000,00
7.5	SETOR DE TRÂNSITO	
03915732.31	- Manutenção das Atividades do Setor.	
3.1.1.1	- Pessoal Civil.....(+)Cz$	600.000,00
8.	SERVIÇO DE EDUCAÇÃO E CULTURA	
8.1	SETOR DE EDUCAÇÃO - ENSINO DE 1º GRAU - ER.	
08421882.32	- Manutenção das Atividades do Ensino de 1º Grau-ER.	
3.1.1.1	- Pessoal Civil.....(+)Cz$	2.000.000,00
08424272.33	- Distribuição da Merenda Escolar.	
3.1.1.1	- Pessoal Civil.....(+)Cz$	3.000.000,00
3.1.2.0	- Material de Consumo.....(+)Cz$	5.000.000,00
8.2	SETOR DE EDUCAÇÃO - EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR	
08421902.34	- Manutenção das Atividades da Educação Pré-Escolar.	
3.1.1.1	- Pessoal Civil.....(+)Cz$	2.000.000,00
8.3	SETOR DE CULTURA	
08482472.35	- Manutenção das Atividades Culturais e Biblioteca.	
3.1.1.1	- Pessoal Civil.....(+)Cz$	1.000.000,00
10.	SERVIÇOS MUNICIPAIS	
10.1	SETOR DE LIMPEZA PÚBLICA	
10603252.37	- Manutenção das Atividades do Setor.	
3.1.1.1	- Pessoal Civil.....(+)Cz$	3.000.000,00
10.2	SETOR DE PRAÇAS, PARQUES E JARDINS	
10603282.39	- Manutenção das Atividades do Setor.	
3.1.1.1	- Pessoal Civil.....(+)Cz$	3.000.000,00
10603281.24	- Plano Geral de Restauração e Construção de Praças, Parques e Jardins e Construção de Coretos em Praças, Parques e Jardins.	
4.1.1.0	- Obras e Instalações.....(+)Cz$	500.000,00
10.3	SETOR DE MERCADOS E FEIRAS	
11163532.40	- Manutenção das Atividades do Setor.	
3.1.1.1	- Pessoal Civil.....(+)Cz$	500.000,00
10.4	SETOR DE CEMITÉRIOS E SERVIÇOS FUNERÁRIOS	
10603262.41	- Manutenção das Atividades do Setor.	
3.1.1.1	- Pessoal Civil.....(+)Cz$	300.000,00

11. ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
11.1 DESPESAS GERAIS DA ADMINISTRAÇÃO
15814862.51 - Salário - Família.
3.2.5.3 - Salário - Família.....(+)Cz$ 100.000,00
15824922.55 - Pagamento de Inativos e Pensionistas.
3.2.5.1 - Inativos/Proventos.....(+)Cz$ 2.000.000,00
3.2.5.2 - Pensionistas.....(+)Cz$ 200.000,00

CRÉDITO ESPECIAL
LEI Nº 1.584/88 E DECRETO Nº 1.086/88.

2. GABINETE DO PREFEITO
2.1 ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR
03000000.00 - Administração e Planejamento
03460000.00 - Educação Física e Desportos
03462230.00 - Educação Física
3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+)Cz$ 2.000.000,00

CRÉDITO ESPECIAL
LEI Nº 1.605/88 E DECRETO Nº 1.115/88.

8. SERVIÇO DE EDUCAÇÃO E CULTURA
8.1 SETOR DE EDUCAÇÃO - ENSINO DE 1º GRAU
08421880.00 - Ensino Regular
3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+)Cz$ 2.000.000,00

PARÁGRAFO ÚNICO - O ato que abrir o crédito adicional referido neste artigo indicará a importância, a espécie do mesmo e a classificação da despesa até onde for possível.

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 07 de outubro de 1988.

Messias Paredão Nascimento Lima
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 07 de outubro de 1988.

Roberto Fernandes dos Santos
Resp./Exp. Secretaria Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12 120

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.657, DE 07 DE OUTUBRO DE 1988.

"Dispõe sobre abertura de crédito adicional especial para o fim que discrimina".

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Na forma a que se refere o artigo 42, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, fica o Chefe do Executivo autorizado a abrir, ao Orçamento do Município, no Serviço de Finanças - Setor de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Tremembé, um crédito adicional especial da ordem de CZ$ 1.000.000,00 (HUM MILHÃO DE CRUZADOS), destinado ao custeio das despesas com aquisições de imóveis necessários para a implantação da Zona Industrial do Município de Tremembé.

PARÁGRAFO ÚNICO - O ato que abrir o crédito referido no artigo indicará a importância, a espécie do mesmo, os recursos para a sua cobertura e a classificação da despesa até onde for possível.

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 07 de outubro de 1988.

Messias Paredão Nascimento Lima
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 07 de outubro de 1988.

Roberto Fernandes dos Santos
Resp./Exp. Secretaria Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12 120

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.658, DE 07 DE OUTUBRO DE 1988.

"Dispõe sobre abertura de crédito adicional especial para o fim que discrimina".

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Na forma a que se refere o artigo 42, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, fica o Chefe do Executivo autorizado a abrir, ao Orçamento do Município, no Serviço de Finanças - Setor de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Tremembé, um crédito adicional especial da ordem de Cz$ 100.000,00 (CEM MIL CRUZADOS), destinado ao custeio das despesas com o pagamento de contribuições ao IPESP.

PARÁGRAFO ÚNICO - O ato que abrir o crédito referido no artigo indicará a importância, a espécie do mesmo, os recursos para a sua cobertura e a classificação da despesa até onde for possível.

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 07 de outubro de 1988.

Messias Paredão Nascimento Lima
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 07 de outubro de 1988.

Roberto Fernandes dos Santos
Resp./Exp. Secretaria Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.659, DE 07 DE OUTUBRO DE 1988.

"Autoriza a abertura de crédito adicional para o fim que determina".

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Na forma a que se refere o artigo 42 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, fica o Chefe do Executivo autorizado a abrir, ao Orçamento do Município, no Serviço de Finanças - Setor de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Tremembé, um crédito adicional de CZ$ 43.250.000,00 (QUARENTA E TRÊS MILHÕES, DUZENTOS E CINQUENTA MIL CRUZADOS), para reforço das seguintes dotações orçamentárias correntes:

2. GABINETE DO PREFEITO
2.1 ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR
03070202.05 - Manutenção das Atividades do Gabinete do Prefeito.
3.1.2.0 - Material de Consumo.....(+)CZ$ 400.000,00
3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos.....(+)CZ$ 3.000.000,00
03462242.12 - Manutenção das Atividades da Comissão Municipal de Esportes.
3.1.2.0 - Material de Consumo.....(+)CZ$ 300.000,00
3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos.....(+)CZ$ 200.000,00
15814872.14 - Manutenção das Atividades do Fundo Social de Solidariedade.
3.1.2.0 - Material de Consumo.....(+)CZ$ 400.000,00
3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos.....(+)CZ$ 1.000.000,00
4.1.1.0 - Obras e Instalações.....(+)CZ$ 1.500.000,00
4. PROCURADORIA
4.1 ASSESSORIA JURÍDICA
03070212.17 - Manutenção das Atividades da Assessoria Jurídica.
3.1.2.0 - Material de Consumo.....(+)CZ$ 150.000,00
3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos.....(+)CZ$ 200.000,00
5. SERVIÇO DE FINANÇAS
5.1 SETOR DE TRIBUTAÇÃO
03080302.18 - Manutenção das Atividades do Setor.
3.1.2.0 - Material de Consumo.....(+)CZ$ 100.000,00

3.1.3.2	- Outros Serviços e Encargos.....(+)CZ$	1.000.000,00
4.1.2.0	- Equipamentos e Material Permanente.....(+)CZ$	300.000,00
5.2	SETOR DE CONTABILIDADE	
03080322.19	- Manutenção das Atividades do Setor.	
3.1.2.0	- Material de Consumo.....(+)CZ$	100.000,00
3.1.3.2	- Outros Serviços e Encargos.....(+)CZ$	200.000,00
5.3	SETOR DE TESOURARIA	
03080322.20	- Manutenção das Atividades do Setor.	
3.1.2.0	- Material de Consumo.....(+)CZ$	100.000,00
3.1.3.2	- Outros Serviços e Encargos.....(+)CZ$	1.000.000,00
4.1.2.0	- Equipamentos e Material Permanente.....(+)CZ$	150.000,00
6.	SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO	
6.1	ADMINISTRAÇÃO	
03070212.21	- Manutenção das Atividades da Assessoria Administrativa.	
3.1.2.0	- Material de Consumo.....(+)CZ$	100.000,00
3.1.3.2	- Outros Serviços e Encargos.....(+)CZ$	1.000.000,00
6.2	Setor de Pessoal	
03070212.22	- Manutenção das Atividades do Setor.	
3.1.2.0	- Material de Consumo.....(+)CZ$	50.000,00
3.1.3.2	- Outros Serviços e Encargos.....(+)CZ$	100.000,00
6.3	Setor de Material e Patrimônio	
03070212.23	- Manutenção das Atividades do Setor.	
3.1.2.0	- Material de Consumo.....(+)CZ$	300.000,00
3.1.3.2	- Outros Serviços e Encargos.....(+)CZ$	200.000,00
4.1.2.0	- Equipamentos e Material Permanente.....(+)CZ$	300.000,00
6.4	SETOR DE PROTOCOLO, ARQUIVO, ZELADORIA E TELEFONIA	
03070212.24	- Manutenção das Atividades do Setor.	
3.1.3.2	- Outros Serviços e Encargos.....(+)CZ$	100.000,00
6.5	SETOR DE SEGURANÇA DO PATRIMÔNIO	
03070212.25	- Manutenção das Atividades do Setor.	
3.1.3.2	- Outros Serviços e Encargos.....(+)CZ$	50.000,00
6.6	SETOR DE TRANSPORTES E OFICINAS	
03070212.26	- Manutenção das Atividades do Setor de Transportes e Oficinas.	

3.1.2.0 - Material de Consumo.....(+)CZ$ 300.000,00
7. SERVIÇO DE OBRAS E VIAÇÃO
7.1 ADMINISTRAÇÃO
03070212.27 - Manutenção das Atividades do Setor.
3.1.2.0 - Material de Consumo.....(+)CZ$ 200.000,00
3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos.....(+)CZ$ 100.000,00
7.2 SETOR DE OBRAS E CONSERVAÇÃO - VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS
03070211.05 - Conservação e Manutenção de Imóveis recebidos e concedidos em Comodato.
3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos.....(+)CZ$ 50.000,00
10583232.28 - Manutenção das Atividades do Setor.
3.1.2.0 - Material de Consumo.....(+)CZ$ 600.000,00
10583231.06 - Construção e Conservação de Muros e Passeios em Próprios Municipais.
4.1.1.0 - Obras e Instalações.....(+)CZ$ 1.000.000,00
10583231.07 - Construção de muros e passeios de particulares.
4.1.1.0 - Obras e Instalações.....(+)CZ$ 1.000.000,00
13764481.21 - Canalização e Retificação de Córregos.
4.1.1.0 - Obras e Instalações.....(+)CZ$12.000.000,00
7.3 - SETOR DE FÁBRICA DE PRÉ-MOLDADOS E CARPINTARIA
10583472.29 - Manutenção das Atividades do Setor.
3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos.....(+)CZ$ 200.000,00
7.4 SETOR DE ESTRADAS MUNICIPAIS
16885342.30 - Manutenção das Atividades do Setor.
3.1.2.0 - Material de Consumo.....(+)CZ$ 500.000,00
7.5 SETOR DE TRÂNSITO
03915732.31 - Manutenção das Atividades do Setor.
3.1.2.0 - Material de Consumo.....(+)CZ$ 200.000,00
8. SERVIÇO DE EDUCAÇÃO E CULTURA
8.1 SETOR DE EDUCAÇÃO - ENSINO DE 1º GRAU - ER.
08421881.16 - Construção de Escolas de Primeiro Grau.
4.1.1.0 - Obras e Instalações.....(+)CZ$ 3.000.000,00
08424272.33-- Distribuição da Merenda Escolar.
3.1.2.0 - Material de Consumo.....(+)CZ$ 5.000.000,00
8.2 SETOR DE EDUCAÇÃO - EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR
08421902.34 - Manutenção das Atividades da Educação Pré-Escolar.
3.1.2.0 - Material de Consumo.....(+)CZ$ 1.500.000,00

4.1.2.0 - Equipamentos e Material Permanente.....(+)CZ$ 300.000,00
9. SERVIÇO DE SAÚDE
9.1 SETOR DE SAÚDE
13754282.36 - Manutenção das Atividades da Assistência Médica e Sanitária.
3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos.....(+)CZ$ 200.000,00
10. SERVIÇOS MUNICIPAIS
10.1 SETOR DE LIMPEZA PÚBLICA
10603252.37 - Manutenção das Atividades do Setor.
3.1.2.0 - Material de Consumo.....(+)CZ$ 600.000,00
3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos.....(+)CZ$ 500.000,00
10.2 SETOR DE PRAÇAS, PARQUES E JARDINS
10603282.39 - Manutenção das Atividades do Setor.
3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos.....(+)CZ$ 100.000,00
4.1.1.0 - Obras e Instalações.....(+)CZ$ 500.000,00
10.3 SETOR DE MERCADOS E FEIRAS
11163532.40 - Manutenção das Atividades do Setor.
3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos.....(+)CZ$ 100.000,00
10.4 SETOR DE CEMITÉRIOS E SERVIÇOS FUNERÁRIOS
10603261.25 - Cemitérios: Construção, Ampliações e Reformas.
4.1.1.0 - Obras e Instalações.....(+)CZ$ 700.000,00
10603262.41 - Manutenção das Atividades do Setor.
3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos.....(+)CZ$ 100.000,00
11. ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
11.1 DESPESAS GERAIS DA ADMINISTRAÇÃO
03070212.42 - Despesas com Outros Serviços e Encargos.
3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos.....(+)CZ$ 200.000,00
15814862.52 - Auxílio - Funeral.
3.2.5.9 - Outras Transferências a Pessoas(+)CZ$ 200.000,00
15844942.56 - Contribuição ao PASEP.
3.2.8.0 - Contribuição para Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP.....(+)CZ$ 1.500.000,00

CRÉDITO ESPECIAL

LEI MUNICIPAL Nº 1.584/88 E DECRETO Nº 1.086/88.

2. GABINETE DO PREFEITO
2.1 ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ
Estado de São Paulo

03000000.00 - Administração e Planejamento
03460000.00 - Educação Física e Desportos
03462230.00 - Educação Física
3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos.....(+)Cz$ 200.000,00

PARÁGRAFO ÚNICO - O ato que abrir o crédito adicional referido neste artigo indicará a importância, a espécie do mesmo e a classificação da despesa até onde for possível.

ARTIGO 2º - Esta leí entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 07 de outubro de 1988.

Messias Paredão Nascimento Lima
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 07 de outubro de 1988.

Roberto Fernandes dos Santos
Resp./Exp. Secretaria Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12 120

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.660, DE 19 DE OUTUBRO DE 1988.

"Autoriza a abertura de crédito adicional para o fim que determina".

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Na forma a que se refere o artigo 42 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, fica o Chefe do Executivo autorizado à abrir, ao Orçamento do Município, no Serviço de Finanças - Setor de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Tremembé, um crédito adicional de Cz$ 16.800.000,00 (DEZESSEIS MILHÕES E OITO CENTOS MIL CRUZADOS), para reforço das seguintes dotações orçamentárias correntes:

1.	LEGISLATIVO		
1.1	CORPO LEGISLATIVO		
01010012.01	- Manutenção dos Trabalhos Legislativos.		
3.1.1.1	- Pessoal Civil.....(+)	Cz$	2.000.000,00
3.1.3.2	- Outros Serviços e Encargos.....(+)	Cz$	200.000,00
1.2	SECRETARIA		
01010212.02	- Manutenção dos Serviços de Secretaria.		
3.1.1.1	- Pessoal Civil.....(+)	Cz$	4.500.000,00
3.1.1.3	- Obrigações Patronais.....(+)	Cz$	200.000,00
3.1.2.0	- Material de Consumo.....(+)	Cz$	200.000,00
3.1.3.2	- Outros Serviços e Encargos.....(+)	Cz$	200.000,00
3.2.5.3	- Salário - Família.....(+)	Cz$	50.000,00
1.5	ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA SOCIAL		
01824952.04	- Pagamento de Inativos. (Proventos).		
3.2.5.1	- Inativos.....(+)	Cz$	2.500.000,00
01824952.04	- Pagamento de Inativos. (Obrigações Patronais).		
3.2.5.1	- Inativos.....(+)	Cz$	150.000,00
6.	SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO		
6.3	SETOR DE MATERIAL E PATRIMÔNIO		
03070212.23	- Manutenção das Atividades do Setor.		
4.1.2.0	- Equipamentos e Material Permanente.....(+)	Cz$	300.000,00

7. SERVIÇO DE OBRAS E VIAÇÃO

7.2 SETOR DE OBRAS E CONSERVAÇÃO - VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS

16885321.11 - Prosseguimento de Obra: Terminal Rodoviário de Passageiros.

4.1.1.0 - Obras e Instalações.....(+)Cz$ 3.000.000,00

11. ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

11.1 DESPESAS GERAIS DA ADMINISTRAÇÃO

08480312.50 - Contribuição Financeira às Escolas de Samba do Município.

3.2.3.1 - Subvenções Sociais.....(+)Cz$ 3.500.000,00

PARÁGRAFO ÚNICO - O ato que abrir o crédito adicional referido neste artigo indicará a importância, a espécie do mesmo e a classificação da despesa até onde for possível.

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 19 de outubro de 1988.

Messias Paredão Nascimento Lima

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 19 de outubro de 1988.

Roberto Fernandes dos Santos

Resp./Exp. Secretaria Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12 120

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.661, DE 19 DE OUTUBRO DE 1988.

"Dispõe sobre substituição do Anexo I -Tabela Única de Remuneração que serve de base para pagamento de vencimentos, salários e pensões aos servidores municipais e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - O Anexo I - Tabela Única de Remuneração vigente e que serve de base para pagamento de vencimentos, salários e pensões aos servidores fica substituido pelo integrante desta lei.

PARÁGRAFO ÚNICO - O Anexo I - Tabela Única de Remuneração, de que trata o artigo, será ainda acrescido da percentagem de 20% (VINTE POR CENTO) nos meses de novembro e dezembro/88 e janeiro, fevereiro e março de 1989, acumulativamente.

ARTIGO 2º - O Anexo II - Tabela I, Anexo III - Tabela II, Anexo IV - Tabela III e Anexo V - CLT, constantes da Lei Municipal nº 1.304, de 19 de novembro de 1984, substituidos pelos Anexos integrantes da Lei Municipal nº 1.351, de 31 de maio de 1985, ficam substituidos pelos integrantes desta lei.

§ 1º - Ficam criados os cargos e empregos que constam da situação nova e que não figuram na situação antiga, dos Anexos mencionados no artigo.

§ 2º - Ficam extintos os cargos e empregos que constam da situação antiga e que não figuram na situação nova dos Anexos.

ARTIGO 3º - As gratificações instituida pela Lei Municipal nº 1.330, de 25 de janeiro de 1985, ficam reajustadas no percentual de 167% (CENTO E SESSENTA E SETE POR CENTO).

ARTIGO 4º - O artigo 4º, bem como a Faixa IV do artigo 5º, do Capítulo II, da Lei Municipal nº 1.304, de 19 de novembro de 1984, passam a ter as seguintes redações:

"ARTIGO 4º - Os cargos de provimento em comissão e os de direção, efetivos ou em comissão, corresponderão a 06 (seis) referências, representadas por números arábicos de 27 a 32, abrangendo cada uma delas 06 (seis) graus, descritos por letras maiúsculas em ordem alfabética de "A" a "F".

ARTIGO 5º - .....

FAIXA IV - Trabalhos técnicos ou técnicos científicos, que exijam formação técnica profissional ou de nível superior referências de "27" a "32"."

ARTIGO 5º - O cargo isolado de provimento em comissão criado pela Lei Municipal nº 1.335/85 e que passam a fazer parte integrante do Anexo VII - Referência C-1, por força da Lei Municipal nº 1.351, de 31 de maio de 1985, fica extinto.

ARTIGO 6º - O artigo 1º, da Lei Municipal nº 1.592, de 07 de abril de 1988, passa a ter a seguinte redação, extinguindo-se o seu Parágrafo Único.

"ARTIGO 1º - Ficam por esta lei fixadas para os dias 1º de abril e 1º de outubro de cada ano as datas-base para reajuste de vencimentos, salários, pensões e gratificações pagas pelo Município, aos seus servidores."

ARTIGO 7º - As despesas com a execução desta lei correrão à conta de dotações próprias do orçamento vigente, suplementadas se necessário.

ARTIGO 8º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de outubro de 1988.

ARTIGO 9º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 19 de outubro de 1988.

Messias Paredão Nascimento Lima
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 19 de outubro de 1988.

Roberto Fernandes dos Santos
Resp./Exp. Secretaria Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12 120

ESTADO DE SÃO PAULO

ANEXO I - TABELA ÚNICA DE REMUNERAÇÃO

REF	"A"	"B"	"C"	"D"	"E"	"F"
01	27.000,00	28.350,00	29.767,00	31.255,00	32.818,00	34.459,00
02	28.890,00	30.334,00	31.850,00	33.442,00	35.115,00	36.871,00
03	30.912,00	32.457,00	34.079,00	35.782,00	37.573,00	39.451,00
04	33.076,00	34.729,00	36.464,00	38.286,00	40.203,00	42.212,00
05	35.391,00	37.161,00	39.016,00	40.966,00	43.017,00	45.166,00
06	37.868,00	39.762,00	41.747,00	43.833,00	46.028,00	48.327,00
07	40.519,00	42.545,00	44.669,00	46.901,00	49.249,00	51.709,00
08	43.356,00	45.523,00	47.795,00	50.184,00	52.696,00	55.328,00
09	46.391,00	48.710,00	51.140,00	53.696,00	56.384,00	59.200,00
10	49.638,00	52.120,00	54.719,00	57.454,00	60.330,00	63.344,00
11	53.113,00	55.768,00	58.549,00	61.475,00	64.533,00	67.778,00
12	56.831,00	59.672,00	62.647,00	65.778,00	69.071,00	72.522,00
13	60.809,00	63.849,00	67.032,00	70.382,00	73.905,00	77.598,00
14	65.065,00	68.319,00	71.724,00	75.300,00	79.078,00	83.029,00
15	69.620,00	73.101,00	76.744,00	80.579,00	84.613,00	88.841,00
16	74.493,00	78.218,00	82.116,00	86.219,00	90.535,00	95.059,00
17	79.708,00	83.693,00	87.864,00	92.254,00	96.872,00	101.713,00
18	85.288,00	89.551,00	94.014,00	98.711,00	103.653,00	108.832,00
19	91.258,00	95.819,00	100.594,00	105.620,00	110.908,00	116.450,00
20	97.646,00	102.526,00	107.635,00	113.013,00	118.671,00	124.601,00
21	104.481,00	109.702,00	115.169,00	120.923,00	126.977,00	133.323,00
22	111.795,00	117.381,00	123.230,00	129.387,00	135.865,00	142.655,00
23	119.621,00	125.597,00	131.856,00	138.444,00	145.375,00	152.640,00
24	127.994,00	134.388,00	141.085,00	148.135,00	155.551,00	163.324,00
25	136.954,00	143.795,00	150.960,00	158.504,00	166.439,00	174.756,00
26	146.540,00	153.860,00	161.527,00	169.599,00	178.089,00	186.988,00
27	156.798,00	164.630,00	172.833,00	181.470,00	190.555,00	200.077,00
28	167.774,00	176.154,00	184.931,00	194.172,00	203.893,00	214.082,00
29	179.519,00	188.484,00	197.876,00	207.764,00	218.165,00	229.067,00
30	192.085,00	201.677,00	211.727,00	222.307,00	233.436,00	245.101,00
31	205.530,00	215.794,00	226.547,00	237.868,00	249.776,00	262.258,00
32	219.918,00	230.899,00	242.405,00	254.518,00	267.260,00	280.616,00

SITUAÇÃO ANTIGA

ANEXO II — TABELA I	REF.
01 PROCURADOR	30
01 CHEFE DO SERVIÇO DE FINANÇAS	30
01 CHEFE DO SETOR DE TRIBUTAÇÃO	27

ANEXO III — TABELA II	REF.
01 TÉCNICO DE ADMINISTRAÇÃO	23
01 CHEFE DA SEÇÃO DE FINANÇAS	21
01 LANÇADOR	22
01 SECRETÁRIO MUNICIPAL	26
01 CHEFE DA SEÇÃO DE ARRECADAÇÃO	26

SITUACAO NOVA

ANEXO II — TABELA I	

ANEXO III — TABELA II	
01 TÉCNICO DE ADMINISTRAÇÃO	27
01 CHEFE DA SEÇÃO DE FINANÇAS	27
01 LANÇADOR	26
01 SECRETÁRIO MUNICIPAL	31
01 CHEFE DA SEÇÃO DE ARRECADAÇÃO	27
01 CHEFE DA SEÇÃO DE EMPENHO	27

SITUAÇÃO ANTIGA ANEXO IV – TABELA III	REF.	SITUAÇÃO NOVA ANEXO IV – TABELA III	REF.
01 CHEFE DA UMC DO INCRA	14	01 CHEFE DA UMC DO INCRA	141
01 MECÂNICO-ZELADOR	14	01 MECÂNICO-ZELADOR	15
01 ALMOXARIFE-ESCRITURÁRIO	14	01 ALMOXARIFE-ESCRITURÁRIO	14
01 ESCRITURÁRIO	15	01 ESCRITURÁRIO	16
01 AUXILIAR DE TRATADOR DE ÁGUA	13	01 AUXILIAR DE TRATADOR DE ÁGUA	14
01 MOTORISTA DO GABINETE DO PREFEITO	14	01 MOTORISTA DO GABINETE DO PREFEITO	14
03 ESCRITURÁRIOS	17	03 ESCRITURÁRIOS	18
01 ESCRITURÁRIO	15	01 ESCRITURÁRIO	16
02 FISCAIS	17	02 FISCAIS	18
01 MESTRE DE OBRAS	14	01 MESTRE DE OBRAS	15
01 PORTEIRO-CONTÍNUO	11	01 PORTEIRO-CONTÍNUO	12
01 ZELADOR	06	01 ZELADOR	06
01 JARDINEIRO	06	01 JARDINEIRO	06

ANEXO V - C.L.T.

SITUAÇÃO ANTIGA			SITUAÇÃO NOVA		
QUANT.	REF.	DENOMINAÇÃO	QUANT.	REF.	DENOMINAÇÃO
237	05	AUXILIAR GERAL	237	06	AUXILIAR GERAL
02	06	TELEFONISTA	02	08	TELEFONISTA
03	06	AUXILIAR DE ENCANADOR	03	07	AUXILIAR DE ENCANADOR
03	06	AUXILIAR DE ELETRICISTA	03	07	AUXILIAR DE ELETRICISTA
01	06	AUXILIAR DE MECÂNICO	01	07	AUXILIAR DE MECÂNICO
02	06	COVEIRO	02	07	COVEIRO
02	10	AUXILIAR DE SERVIÇO SOCIAL	02	22	AUXILIAR DE SERVIÇO SOCIAL
20	11	PEDREIRO	20	12	PEDREIRO
03	10	CARPINTEIRO	03	11	CARPINTEIRO
03	10	PINTOR	03	11	PINTOR
02	10	ENCANADOR	02	11	ENCANADOR
01	10	SERRALHEIRO	01	11	SERRALHEIRO
01	10	MARCENEIRO	01	11	MARCENEIRO
18	10	MOTORISTA	18	11	MOTORISTA
01	09	ARQUIVISTA	01	10	ARQUIVISTA
21	10	PROFESSOR (a)	21	17	PROFESSOR (a)
03	10	AUXILIAR DE ALMOXARIFE	03	12	AUXILIAR DE ALMOXARIFE
01	17	ENCARREGADO DO SETOR DE TRÂNSITO	01	20	ENCARREGADO DO SETOR DE TRÂNSITO
02	14	ELETRICISTA	02	15	ELETRICISTA
01	14	MOTORISTA DO GABINETE DO PREFEITO	01	15	MOTORISTA DO GABINETE DO PREFEITO
02	18	SOLDADOR	02	19	SOLDADOR
01	17	PROTOCOLISTA	01	20	PROTOCOLISTA
01	19	ENCARREGADO DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA PÚBLICA E CEMITÉRIO	01	24	ENCARREGADO DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA PÚBLICA E CEMITÉRIO

ANEXO V - C.L.T.

SITUAÇÃO ANTIGA			SITUAÇÃO NOVA		
QUANT.	REF.	DENOMINAÇÃO	QUANT.	REF.	DENOMINAÇÃO
01	06	AUXILIAR DE MARCENEIRO	01	07	AUXILIAR DE MARCENEIRO
01	14	MESTRE DE PINTOR	01	15	MESTRE DE PINTOR
02	14	MESTRE DE PEDREIRO	02	15	MESTRE DE PEDREIRO
02	06	AUXILIAR DE SOLDADOR	02	07	AUXILIAR DE SOLDADOR
01	23	COORDENADOR DE ESPORTES	01	24	COORDENADOR DE ESPORTES
01	24	SUPERVISOR TÉCNICO DE OBRAS	01	25	SUPERVISOR TÉCNICO DE OBRAS
01	14	ELETRICISTA DE AUTOS	01	16	ELETRICISTA DE AUTOS
01	13	ADJUNTO DE COMUNICAÇÃO	01	27	ADJUNTO DE COMUNICAÇÃO (08 HORAS)
01	19	ENCARREGADO DO SERM	01	24	ENCARREGADO DO SERM
01	15	MESTRE DE ARMADOR	01	16	MESTRE DE ARMADOR
01	14	APONTADOR DE SUPRIMENTOS	01	16	APONTADOR DE SUPRIMENTOS
01	20	SUPERVISOR DO SETOR DE TRANSPORTES E OFICINAS	01	26	SUPERVISOR DO SETOR DE TRANSPORTES E OFICINAS
01	22	SUPERVISOR DO SETOR DE MATERIAL E PATRIMÔNIO	01	25	SUPERVISOR DO SETOR DE MATERIAL E PATRIMÔNIO
02	12	ARMADOR DE FERRAGEM	02	13	ARMADOR DE FERRAGEM
01	18	SUB-ENCARREGADO DO SERM	01	19	SUB-ENCARREGADO DO SERM
01	17	CARDEXISTA	01	18	CARDEXISTA
01	14	FUNILEIRO	01	19	FUNILEIRO
01	18	DESENHISTA PROJETISTA	01	25	DESENHISTA PROJETISTA
01	19	AGENTE DE SEGURANÇA	01	19	AGENTE DE SEGURANÇA
01	19	ENCARREGADO DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS PARTICULARES	01	24	ENCARREGADO DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS PARTICULARES
01	19	ENCARREGADO DE PINTURA	01	20	ENCARREGADO DE PINTURA
01	10	RESPONSÁVEL PELO AJARDINAMENTO	01	11	RESPONSÁVEL PELO AJARDINAMENTO
01	27	ADVOGADO	01	30	ADVOGADO
01	19	ENCARREGADO GERAL DE OBRAS	01	27	CHEFE DE OBRAS

ANEXO V - C.L.T.

SITUAÇÃO ANTIGA			SITUAÇÃO NOVA		
QUANT.	REF.	DENOMINAÇÃO	QUANT.	REF.	DENOMINAÇÃO
02	15	OPERADOR DE MÁQUINA I	02	16	OPERADOR DE MÁQUINA I
03	18	AUXILIAR DE SETOR DE PESSOAL	03	22	AUXILIAR DE SETOR DE PESSOAL
02	17	FISCAL DE TRIBUTOS	02	18	FISCAL DE TRIBUTOS
02	17	FISCAL DE OBRAS PARTICULARES	02	18	FISCAL DE OBRAS PARTICULARES
01	17	RESPONSÁVEL PELA BIBLIOTECA	01	18	RESPONSÁVEL PELA BIBLIOTECA
02	16	OPERADOR DE MÁQUINA II	02	17	OPERADOR DE MÁQUINA II
01	19	ALMOXARIFE	01	20	ALMOXARIFE
18	15	ESCRITURÁRIO "B"	18	16	ESCRITURÁRIO "B"
14	17	ESCRITURÁRIO "A"	14	18	ESCRITURÁRIO "A"
01	18	MECÂNICO	01	19	MECÂNICO
01	19	SECRETÁRIO DA JUNTA DO SERVIÇO MILITAR	01	23	SECRETÁRIO DA JUNTA DO SERVIÇO MILITAR
01	19	ENCARREGADO DO SETOR DE TRANSPORTES	01	24	ENCARREGADO DO SETOR DE TRANSPORTES
01	19	ENCARREGADO DO SETOR DE OFICINAS	01	24	ENCARREGADO DO SETOR DE OFICINAS
01	19	ENCARREGADO DO SETOR DA FÁBRICA DE PRÉ-MOLDADOS	01	24	ENCARREGADO DO SETOR DA FÁBRICA DE PRÉ-MOLDADOS
01	19	ENCARREGADO DO SETOR DE CARPINTARIA	01	24	ENCARREGADO DO SETOR DE CARPINTARIA
02	19	CADASTRADOR	02	22	CADASTRADOR
01	18	AUXILIAR DE SECRETARIA	01	22	AUXILIAR DE SECRETARIA
02	18	AUXILIAR DA SEÇÃO DE ARRECADAÇÃO	02	22	AUXILIAR DA SEÇÃO DE ARRECADAÇÃO
01	10	AUXILIAR DE SUPERVISOR DA MERENDA ESCOLAR	01	22	AUXILIAR DE SUPERVISOR DA MERENDA ESCOLAR
01	19	ENCARREGADO DO SETOR DE OBRAS E VIAÇÃO	01	24	ENCARREGADO DO SETOR DE OBRAS E VIAÇÃO
01	19	ENCARREGADO DO SETOR DE SEGURANÇA DO PATRIMÔNIO	01	24	ENCARREGADO DO SETOR DE SEGURANÇA DO PATRIMÔNIO
01	19	ENCARREGADO DO SETOR DE MATERIAL E PATRIMÔNIO	01	24	ENCARREGADO DO SETOR DE MATERIAL E PATRIMÔNIO
01	20	SUPERVISOR DA MERENDA ESCOLAR	01	25	SUPERVISOR DA MERENDA ESCOLAR
01	21	DIRETOR - EMEIS	01	27	DIRETOR - EMEIS

ANEXO V - C.L.T.

SITUAÇÃO ANTIGA			SITUAÇÃO NOVA		
QUANT.	REF.	DENOMINAÇÃO	QUANT	REF.	DENOMINAÇÃO
01	20	SUPERVISOR DO SETOR DE OBRAS E VIAÇÃO	01	26	SUPERVISOR DO SETOR DE OBRAS E VIAÇÃO
01	22	LANÇADOR	01	26	LANÇADOR
01	22	CHEFE DO SETOR DE PESSOAL	01	27	CHEFE DO SETOR DE PESSOAL
01	19	TÉCNICO DE ARBORIZAÇÃO E PAISAGISMO	01	20	TÉCNICO DE ARBORIZAÇÃO E PAISAGISMO
01	23	CHEFE DA SEÇÃO DE COMPRAS	01	27	CHEFE DA SEÇÃO DE COMPRAS
01	20	SUPERVISOR DO SERVIÇO SOCIAL	01	27	SUPERVISOR DO SERVIÇO SOCIAL
01	27	ENGENHEIRO NIVEL II (Responsável pela Seção de Serviços Técnicos de Programas e Projetos).	01	31	ENGENHEIRO NIVEL I (Responsável pela Seção de Serviços Técnicos de Programas e Projetos).
01	29	ENGENHEIRO NIVEL II (Assessoria de Planejamento)	01	31	ENGENHEIRO NIVEL I (Assessoria de Planejamento)
02	28	ENGENHEIRO NIVEL III (Chefe do Setor de Obras e Viação).	02	32	ENGENHEIRO NIVEL II (Chefe do Setor de Obras e Viação).
01	29	CONTADOR	01	31	CONTADOR
01	30	PROCURADOR	01	32	PROCURADOR
01	14	APONTADOR	01	15	APONTADOR
01	11	DESENHISTA COPISTA	01	16	DESENHISTA COPISTA
01	17	SECRETÁRIO (a) DO PREFEITO	01	22	SECRETÁRIO (a) DO PREFEITO
01	27	ARQUITETO	01	31	ARQUITETO
01	18	AUXILIAR DA SEÇÃO DE COMPRAS	01	20	AUXILIAR DE COMPRAS
01	26	CHEFE DA SEÇÃO DE EMPENHOS	01	27	CHEFE DA SEÇÃO DE EMPENHOS
-	-	-.-	02	23	SUB-LANÇADOR
01	30	CHEFE DO SERVIÇO DE FINANÇAS	01	32	CHEFE DO SERVIÇO DE FINANÇAS
01	14	FUNILEIRO	01	15	FUNILEIRO
01	20	SUPERVISOR DE CULTURA	01	25	SUPERVISOR DE CULTURA
01	06	AUXILIAR DE CARPINTARIA	01	07	AUXILIAR DE CARPINTARIA

ANEXO V - C.L.T.

SITUAÇÃO ANTIGA			SITUAÇÃO NOVA		
QUANT.	REF.	DENOMINAÇÃO	QUANT.	REF.	DENOMINAÇÃO
			01	10	ZELADOR
			01	29	TÉCNICO CONTABILIDADE
			01	27	ASSISTENTE SOCIAL
			01	23	COMPRADOR
			01	26	CHEFE DA SEÇÃO DE ALMOXARIFADO
			01	24	SUB-CHEFE DO SETOR DE PESSOAL
			02	10	AUXILIAR DE CADASTRO
			01	27	CHEFE DO SETOR DE TRIBUTAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12 120

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.662, DE 19 DE OUTUBRO DE 1988.

"Dispõe sobre recolhimento de débitos em atraso".

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Os contribuintes em débito para com os cofres municipais, com referência a Impostos, Taxas e Contribuição de Melhoria, ficam autorizados a recolher as importâncias devidas, até o dia 14 de novembro de 1988, desde que em um só pagamento, com dispensa da multa e dos juros de mora correspondentes.

PARÁGRAFO ÚNICO - O recebimento dos débitos já ajuizados, somente poderá ocorrer, nos moldes desta lei, após o pagamento das custas judiciais pelo interessado, observadas as disposições constantes da Lei Municipal nº 786, de 16 de setembro de 1971 (CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL).

ARTIGO 2º - Vencido o prazo a que se refere o artigo anterior, a Fazenda Municipal procederá à cobrança judicial dos débitos, na forma da legislação vigorante.

ARTIGO 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 19 de outubro de 1988.

Messias Paredão Nascimento Lima
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 19 de outubro de 1988.

Roberto Fernandes dos Santos
Resp./Exp. Secretaria Municipal

L E I Nº 1.663, DE 19 DE OUTUBRO DE 1988.

"Dispõe sobre substituição dos Anexos I e II da Lei Municipal nº 1.352, de 31 de maio de 1985 e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - O Anexo I - Escala de Vencimentos e o Anexo II - Quadro de Funcionários constantes da Lei Municipal nº 1.352, de 31 de maio de 1985, ficam substituidos pelos anexos integrantes da presente lei.

ARTIGO 2º - Os artigos 2º e 3º da Lei Municipal nº 1259, de 26 de abril de 1984, alterados pela Lei Municipal nº 1.352, de 31 de maio de 1985, passam a vigorar com a seguinte redação:

"ARTIGO 2º - A Escala de Vencimentos do Quadro de Funcionários da Câmara Municipal de Tremembé, que compõe o Anexo I desta Lei, é constituido de 25 (vinte e cinco) referências, representadas por números arábicos de "01" a "25", abrangendo, cada uma, 06 (seis) graus, representados por letras maiúsculas, em ordem alfabética, de "A" a "F".

"ARTIGO 3º - A Escala de Vencimentos a que se refere o artigo anterior se subdivide em 4 (quatro) faixas, assim caracterizadas:

FAIXA I - Trabalhos simples, pouco variados, que envolvam pouca experiência prévia - Referências "01" a "06".

FAIXA II - Trabalhos que exijam maiores experiências e de mão-de-obra qualificada; trabalhos de administração de serviços auxiliares - Referências "07" a "17".

FAIXA III - Trabalhos de assistência, orientação e informação; trabalhos técnicos e de chefia de serviços - Referências "18" a "22".

FAIXA IV - Trabalhos de assessoria, supervisão e direção - Referências "23" a "25". "

ARTIGO 3º - Os valores constantes do Anexo I - Escala de vencimentos de que trata o artigo 1º desta lei, serão acrescidos de 20% (vinte por cento) nos meses de novembro e dezembro de 1988 e janeiro, fevereiro e março de 1989, acumulativamente.

ARTIGO 4º - Ficam reajustados em 80% (oitenta por cento) os proventos pagos aos funcionários inativos da Câmara Municipal de Tremembé, assegurando-se-lhes os reajustes mensais de que trata o artigo anterior.

ARTIGO 5º - As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

ARTIGO 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de outubro de 1988.

ARTIGO 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 19 de outubro de 1988.

Messias Paredão Nascimento Lima
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 19 de outubro de 1988.

Roberto Fernandes dos Santos
Resp./Exp. Secretaria Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12 120

ESTADO DE SÃO PAULO

ANEXO I - ESCALA DE VENCIMENTOS

REF.	A	B	C	D	E	F
01	43.356,00	45.523,00	47.795,00	50.184,00	52.696,00	55.328,00
02	46.391,00	48.710,00	51.140,00	53.696,00	56.384,00	59.200,00
03	49.638,00	52.120,00	54.719,00	57.454,00	60.330,00	63.344,00
04	53.113,00	55.768,00	58.549,00	61.475,00	64.533,00	67.778,00
05	56.831,00	59.672,00	62.647,00	65.778,00	69.071,00	72.522,00
06	60.809,00	63.849,00	67.032,00	70.382,00	73.905,00	77.598,00
07.	65.065,00	68.319,00	71.724,00	75.308,00	79.078,00	83.029,00
08	69.620,00	73.101,00	76.744,00	80.579,00	84.613,00	88.841,00
09	74.493,00	78.218,00	82.116,00	86.219,00	90.535,00	95.059,00
10	79.708,00	83.693,00	87.864,00	92.254,00	96.872,00	101.713,00
11	85.288,00	89.551,00	94.014,00	98.711,00	103.653,00	108.832,00
12	91.258,00	95.819,00	100.594,00	105.620,00	110.908,00	116.450,00
13	97.646,00	102.526,00	107.635,00	113.013,00	118.671,00	124.601,00
14	104.481,00	109.702,00	115.169,00	120.923,00	126.977,00	133.323,00
15	111.795,00	117.381,00	123.230,00	129.387,00	135.865,00	142.655,00
16	119.621,00	125.597,00	131.856,00	138.444,00	145.375,00	152.640,00
17	127.994,00	134.388,00	141.085,00	148.135,00	155.551,00	163.324,00
18	136.954,00	143.795,00	150.960,00	158.504,00	166.439,00	174.756,00
19	146.540,00	153.860,00	161.527,00	169.599,00	178.089,00	186.988,00
20	156.798,00	164.630,00	172.833,00	181.470,00	190.555,00	200.077,00
21	167.774,00	176.154,00	184.931,00	194.172,00	203.893,00	214.082,00
22	179.519,00	188.484,00	197.876,00	207.764,00	218.165,00	229.067,00
23	192.085,00	201.677,00	211.727,00	222.307,00	233.436,00	245.101,00
24	205.530,00	215.794,00	226.547,00	237.868,00	249.776,00	262.258,00
25	219.918,00	230.899,00	242.405,00	254.518,00	267.260,00	280.616,00

ANEXO II - QUADRO DE FUNCIONÁRIOS

CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO:

SITUAÇÃO ANTIGA			SITUAÇÃO NOVA		
QUANT.	REF.	DENOMINAÇÃO	QUANT.	REF.	DENOMINAÇÃO
01	06	Copeira-Faxineira	01	06	Copeira-Faxineira
02	15	Oficial-Legislativo	02	17	Oficial Legislativo
01	18	Técnico em Contabilidade	01	20	Técnico em Contabilidade
01	20	Chefe de Serviço	01	22	Chefe de Serviço
01	25	Diretor Geral	01	25	Diretor Geral

CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO:

SITUAÇÃO ANTIGA			SITUAÇÃO NOVA		
QUANT.	REF.	DENOMINAÇÃO	QUANT.	REF.	DENOMINAÇÃO
01	01	Zelador	01	03	Zelador

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12 120

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.664, DE 31 DE OUTUBRO DE 1988.

"Dispõe sobre criação da Fanfarra Municipal de Tremembé-FAMUTRE e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Fica criada a Fanfarra Municipal de Tremembé-FAMUTRE.

PARÁGRAFO ÚNICO - Fica o Executivo Municipal autorizado, a dentro do prazo de 180 (CENTO E OITENTA) dias, regulamentar a presente lei, através de Decreto para o devido cumprimento.

ARTIGO 2º - As despesas com a execução da presente lei onerarão as verbas próprias consignadas em orçamento, suplementadas se necessário, no caso em especial ao Título: Serviço de Educação e Cultura - Setor de Educação - Ensino de 1º Grau.

ARTIGO 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 31 de outubro de 1988.

Messias Paredão Nascimento Lima

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 31 de outubro de 1988.

Roberto Fernandes dos Santos

Resp./Exp. Secretaria Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12 120

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.665, DE 31 DE OUTUBRO DE 1988.

"Atribui denominação à atual Rua 2 do Loteamento São Vicente de Paula."

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Fica denominada RUA KIONOSKE KANEGAE a atual Rua 2 do Loteamento São Vicente de Paula.

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

ARTIGO 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 31 de outubro de 1988.

Messias Paredão Nascimento Lima

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 31 de outubro de 1988.

Roberto Fernandes dos Santos

Resp./Exp. Secretaria Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12 120

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.666, DE 31 DE OUTUBRO DE 1988.

"Dispõe sobre alteração de denominação de logradouro público conforme especifica".

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado da São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Passa a denominar-se "PRAÇA GERALDO COSTA" a atual Praça Dr. Paulo de Frontin desta cidade.

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 31 de outubro de 1988.

Messias Paredão Nascimento Lima

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 31 de outubro de 1988.

Roberto Fernandes dos Santos

Resp./Exp. Secretaria Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12 120

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.667, DE 31 DE OUTUBRO DE 1988.

"Dispõe sobre denominação de logradouro público conforme especifica".

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Passa a denominar-se "PRAÇA FELIX NOBRE DE CAMPOS" a área destinada a instalação do Parque de Diversões durante as festividades do Senhor Bom Jesus e outros eventos.

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 31 de outubro de 1988.

Messias Paredão Nascimento Lima

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 31 de outubro de 1988.

Roberto Fernandes dos Santos

Resp./Exp. Secretaria Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12 120

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.668, DE 31 DE OUTUBRO DE 1988.

"Dá denominação ao Centro de Lazer do Trabalhador no Município de Tremembé".

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de SÃo Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Fica denominado Centro de Lazer "JOÃO BATISTA DO NASCIMENTO LIMA" o Centro de Lazer do Trabalhador do Município de Tremembé.

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 31 de outubro de 1988.

Messias Paredão Nascimento Lima

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 31 de outubro de 1988.

Roberto Fernandes dos Santos

Resp./Exp. Secretaria Municipal

L E I Nº 1.669, DE 31 DE OUTUBRO DE 1988.

"Autoriza a abertura de créditos adicionais suplementar e especial".

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Na forma do disposto no artigo 42, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, fica o Chefe do Executivo autorizado a abrir, ao Orçamento do Município, no Serviço de Finanças - Setor de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Tremembé, créditos adicionais suplementar e especial da ordem de CZ$ 5.400.000,00 (CINCO MILHÕES E QUATROCENTOS MIL CRUZADOS) e de CZ$ 2.100.000,00 (DOIS MILHÕES E CEM MIL CRUZADOS), respectivamente, sendo o primeiro para reforço de dotações orçamentárias correntes e o segundo destinado ao custeio das despesas com equipamentos e material necessários para o término da Quadra de Esportes no imóvel onde está funcionando a Escola de Educação Infantil Jardim da Mônica, ambos obedecendo a seguinte classificação:

CRÉDITO SUPLEMENTAR

2. GABINETE DO PREFEITO
2.1 ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR
15814872.14 - Manutenção das Atividades do Fundo Social de Solidariedade.
4.1.2.0 - Equipamentos e Material Permanente.....(+)CZ$ 400.000,00
7. SERVIÇO DE OBRAS E VIAÇÃO
7.2 SETOR DE OBRAS E CONSERVAÇÃO - VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS
10583232.28 - Manutenção das Atividades do Setor.
3.1.2.0 - Material de Consumo.....(+)CZ$ 600.000,00
10583231.09 - Construção de Abrigos.
4.1.1.0 - Obras e Instalações.....(+)CZ$ 1.000.000,00

7.4 SETOR DE ESTRADAS MUNICIPAIS
16885342.30 - Manutenção das Atividades do Setor.
3.1.2.0 - Material de Consumo.....(+)CZ$ 600.000,00
8. SERVIÇO DE EDUCAÇÃO E CULTURA
8.1 SETOR DE EDUCAÇÃO - ENSINO DE 1º GRAU - ER.
08421882.32 - Manutenção das Atividades do Ensino de 1º Grau - ER.
3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos.....(+)CZ$ 500.000,00
10. SERVIÇOS MUNICIPAIS
10.1 SETOR DE LIMPEZA PÚBLICA
10603252.37 - Manutenção das Atividades do Setor.
3.1.2.0 - Material de Consumo.....(+)CZ$ 600.000,00
11. ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
11.1 DESPESAS GERAIS DA ADMINISTRAÇÃO
03070212.42 - Despesas com Outros Serviços e Encargos.
3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos.....(+)CZ$ 1.000.000,00

CRÉDITO ESPECIAL
LEI MUNICIPAL Nº 1.631/88 E DECRETO Nº 1.159/88.

8. SERVIÇO DE EDUCAÇÃO E CULTURA
8.3 SETOR DE CULTURA
08421880.00 - ENSINO REGULAR
3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos.....(+)CZ$ 700.000,00

CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL

8. SERVIÇO DE EDUCAÇÃO E CULTURA
8.2 SETOR DE EDUCAÇÃO - EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR
08421900.00 - Educação Pré-Escolar.
3.1.2.0 - Material de Consumo.....CZ$ 100.000,00
4.1.1.0 - Obras e Instalações.....CZ$ 1.000.000,00
4.1.2.0 - Equipamentos e Material Permanente...CZ$ 1.000.000,00

PARÁGRAFO ÚNICO - Do ato que cuidar da abertura dos créditos referidos neste artigo constarão, de modo obrigatório, os recursos hábeis de cobertura, a sua espécie e a classificação orçamentária legal.

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

LEI Nº 1.669/88. — CEP 12 120 — ESTADO DE SÃO PAULO — FOLHAS 03.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 31 de outubro de 1988.

Messias Paredão Nascimento Lima
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 31 de outubro de 1988.

Roberto Fernandes dos Santos
Resp./Exp. Secretaria Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120
ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.670, DE 09 DE NOVEMBRO DE 1988.

"Dispõe sobre criação de função".

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Fica criada, junto ao Fundo Social de Solidariedade do Município de Tremembé, 01 (uma) função de MOTORISTA DE AMBULÂNCIA - Referência "14".

PARÁGRAFO ÚNICO - As atribuições, condições e jornada de trabalho do ocupante da função ora criada, serão estabelecidas através de Decreto do Executivo.

ARTIGO 2º - Aplicam-se a função de que trata o artigo anterior, os mesmos direitos e vantagens a que se refere o artigo 16, da Lei Municipal nº 1.304, de 19 de novembro de 1984.

ARTIGO 3º - A função criada por esta lei passa a integrar o Quadro de Pessoal Celetista constante da Lei Municipal nº 1.661, de 19 de outubro de 1988.

ARTIGO 4º - Os dispêndios com o cumprimento do disposto nesta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

ARTIGO 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 09 de novembro de 1988.

Messias Paredão Nascimento Lima
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 09 de novembro de 1988.

Roberto Fernandes dos Santos
Resp./Exp. Secretaria Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12 120

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.671, DE 09 DE NOVEMBRO DE 1988.

"Dispõe sobre denominação de via pública".

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Fica denominada Rua "JOSÉ DA SILVA" a Rua 03 do Jardim São Vicente de Paula.

ARTIGO 2º - Da placa denominativa constarão os seguintes dizeres:

"RUA JOSÉ DA SILVA (JOSÉ COVEIRO)".

ARTIGO 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 09 de novembro de 1988.

Messias Paredão Nascimento Lima

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 09 de novembro de 1988.

Roberto Fernandes dos Santos

Resp./Exp. Secretaria Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12 120

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.672, DE 09 DE NOVEMBRO DE 1988.

"Autoriza a abertura de crédito adicional para o fim que determina".

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Na forma a que se refere o artigo 42 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, fica o Chefe do Executivo autorizado a abrir, ao Orçamento do Município, no Serviço de Finanças - Setor de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Tremembé, um crédito adicional de CZ$ 7.400.000,00 (SETE MILHÕES E QUATROCENTOS MIL CRUZADOS), para reforço das seguintes dotações orçamentárias correntes:

2. GABINETE DO PREFEITO
2.1 ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR
15814872.14 - Manutenção das Atividades do Fundo Social de Solidariedade.
3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos.....(+)CZ$ 800.000,00
6. SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO
6.4 SETOR DE PROTOCOLO, ARQUIVO, ZELADORIA E TELEFONIA
03070212.24 - Manutenção das Atividades do Setor.
3.1.2.0 - Material de Consumo.....(+)CZ$ 100.000,00
6.5 SETOR DE SEGURANÇA DO PATRIMÔNIO
03070212.25 - Manutenção das Atividades do Setor.
3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos.....(+)CZ$ 1.000.000,00
7. SERVIÇO DE OBRAS E VIAÇÃO
7.1 ADMINISTRAÇÃO
03070212.27 - Manutenção das Atividades do Setor.
3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos.....(+)CZ$ 100.000,00
7.2 SETOR DE OBRAS E CONSERVAÇÃO - VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS
10583232.28 - Manutenção das Atividades do Setor.
3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+)CZ$ 2.300.000,00
8. SERVIÇO DE EDUCAÇÃO E CULTURA
8.1 SETOR DE EDUCAÇÃO - ENSINO DE 1º GRAU - ER.
08421882.32 - Manutenção das Atividades do Ensino de 1º Grau - ER.
3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos.....(+)CZ$ 500.000,00

8.2 SETOR DE EDUCAÇÃO - EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR
08421902.34 - Manutenção das Atividades da Educação Pré-Escolar.
3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+)CZ$ 500.000,00
10. SERVIÇOS MUNICIPAIS
10.1 SETOR DE LIMPEZA PÚBLICA
10603252.37 - Manutenção das Atividades do Setor.
3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+)CZ$ 2.000.000,00

CRÉDITO ESPECIAL
LEI MUNICIPAL Nº 1.631/88 E DECRETO Nº 1.159/88.

8. SERVIÇO DE EDUCAÇÃO E CULTURA
8.3 SETOR DE CULTURA
08421880.00 - Ensino Regular.
3.1.2.0 - Material de Consumo.....(+)CZ$ 100.000,00

PARÁGRAFO ÚNICO - O ato que abrir o crédito adicional referido neste artigo indicará a importância, a espécie do mesmo e a classificação da despesa até onde for possível.

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 09 de novembro de 1988.

Messias Paredão Nascimento Lima
Prefeito Munccipal

Registrada e Publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 09 de novembro de 1988.

Roberto Fernandes dos Santos
Resp./Exp. Secretaria Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120
ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.673, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1988.

"Autoriza aditamento ou reti-ratificação ao convênio com a Secretaria de Estado da Promoção Social, para TÉRMINO de construção do NÚCLEO DE PROMOÇÃO SOCIAL, na sede do Município de Tremembé".

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Fica a Prefeitura Municipal de Tremembé, autorizada a celebrar termo de aditamento ou reti-ratificação ao Convênio celebrado em 11/12/84, com a Secretaria de Estado da Promoção Social de São Paulo, para Término de Construção do Núcleo de Promoção Social na Sede do Município.

ARTIGO 2º - Os serviços a serem executados para término da obra que trata o artigo anterior, serão efetivados em próprio Municipal, à Rua Lorena, nº 80 - Parque Nossa Senhora da Glória, nesta localidade.

ARTIGO 3º - O Núcleo de Promoção Social destina-se exclusivamente ao atendimento de população carente em faixa etária própria para desenvolvimento de:

a)- programas da Secretaria de Estado da Promoção Social e da Prefeitura Municipal;

b)- programas públicos e privados e atividades de interesse da comunidade referentes aos setores de promoção social, saúde e nutrição, recreação e lazer.

ARTIGO 4º - Na hipótese de vir a ser o Núcleo de Promoção Social utilizado em qualquer outra finalidade, que não as fixadas no artigo anterior e no convênio firmado entre as partes, fica desde já conferida a Prefeitura Municipal a capacidade de gravar o bem imóvel e a respectiva edificação com as condições de cláusula resolutiva de propriedade que se operará de pleno direito, uma vez edificada, transferindo-se a propriedade plena do imóvel à Fazenda Pública Estadual, com destinação preferencial para a Secretaria de Estado da Promoção Social.

ARTIGO 5º - Para fazer face às despesas decorrentes da aplicação desta Lei, fica o Executivo Municipal autorizado a proceder a abertura dos créditos especiais que se fizerem necessários.

ARTIGO 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 18 de novembro de 1988.

Messias Paredão Nascimento Lima
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 18 de novembro de 1988.

Roberto Fernandes dos Santos
Resp./Exp. Secretaria Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.674, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1988.

"Autoriza a abertura de crédito adicional para o fim que determina".

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Na forma a que se refere o artigo 42 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, fica o Chefe do Executivo autorizado a abrir, ao Orçamento do Município, no Serviço de Finanças - Setor de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Tremembé, um crédito adicional suplementar da ordem de CZ$ 85.050.000,00 (OITENTA E CINCO MILHÕES E CINQUENTA MIL CRUZADOS), para reforço das seguintes dotações orçamentárias correntes:

2. GABINETE DO PREFEITO
2.1 ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR
03070202.05 - Manutenção das Atividades do Gabinete do Prefeito
3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+)CZ$ 2.000.000,00
3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos.....(+)CZ$ 2.000.000,00
03070212.06 - Manutenção das Atividades da Secretaria.
3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+)CZ$ 1.500.000,00
03070212.07 - Manutenção das Atividades da Junta do Serviço Militar.
3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+)CZ$ 1.000.000,00
03070212.10 - Manutenção das Atividades da Expedição de Carteiras Profissionais.
3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+)CZ$ 500.000,00
03462242.12 - Manutenção das Atividades da Comissão Municipal de Esportes.
3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos.....(+)CZ$ 250.000,00
15814872.14 - Manutenção das Atividades do Fundo Social de Solidariedade.
3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+)CZ$ 1.000.000,00
4. PROCURADORIA
4.1 ASSESSORIA JURÍDICA
03070212.17 - Manutenção das Atividades da Assessoria Jurídica.
3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+)CZ$ 500.000,00

5. SERVIÇO DE FINANÇAS
5.1 SETOR DE TRIBUTAÇÃO
03080302.18 - Manutenção das Atividades do Setor.
3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+)CZ$ 3.500.000,00
5.2 SETOR DE CONTABILIDADE
03080322.19 - Manutenção das Atividades do Setor.
3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+)CZ$ 2.800.000,00
5.3 SETOR DE TESOURARIA
03080322.20 - Manutenção das Atividades do Setor.
3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+)CZ$ 1.000.000,00
6. SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO
6.2 SETOR DE PESSOAL
03070212.22 - Manutenção das Atividades do Setor de Pessoal.
3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+)CZ$ 1.800.000,00
6.3 SETOR DE MATERIAL E PATRIMÔNIO
03070212.23 - Manutenção das Atividades do Setor.
3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+)CZ$ 2.500.000,00
6.4 SETOR DE PROTOCOLO, ARQUIVO, ZELADORIA E TELEFONIA
03070212.24 - Manutenção das Atividades do Setor.
3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+)CZ$ 1.500.000,00
6.5 SETOR DE SEGURANÇA DO PATRIMÔNIO
03070212.25 - Manutenção das Atividades do Setor.
3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+)CZ$ 6.000.000,00
6.6 SETOR DE TRANSPORTES E OFICINAS
03070212.26 - Manutenção das Atividades do Setor de Transportes e Oficinas.
3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+)CZ$ 2.500.000,00
7. SERVIÇO DE OBRAS E VIAÇÃO
7.1 ADMINISTRAÇÃO
3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+)CZ$ 2.500.000,00
7.2 SETOR DE OBRAS E CONSERVAÇÃO - VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS
10583232.28 - Manutenção das Atividades do Setor.
3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+)CZ$ 8.000.000,00

7.3 SETOR DE FÁBRICA DE PRÉ-MOLDADOS E CARPINTARIA.
10583472.29 - Manutenção das Atividades do Setor.
3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+)CZ$ 1.300.000,00
7.4 SETOR DE ESTRADAS MUNICIPAIS
16885342.30 - Manutenção das Atividades do Setor.
3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+)CZ$ 800.000,00
7.5 SETOR DE TRÂNSITO
03915732.31 - Manutenção das Atividades do Setor.
3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+)CZ$ 1.000.000,00
8. SERVIÇO DE EDUCAÇÃO E CULTURA
8.1 SETOR DE EDUCAÇÃO - ENSINO DE 1º GRAU - ER.
08421882.32 - Manutenção das Atividades do Ensino de 1º Grau - ER
3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+)CZ$ 1.000.000,00
3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos.....(+)CZ$ 3.500.000,00
08424272.33 - Distribuição da Merenda Escolar.
3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+)CZ$ 3.800.000,00
8.2 SETOR DE EDUCAÇÃO - EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR
08421902.34 - Manutenção das Atividades da Educação Pré-Escolar.
3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+)CZ$ 5.000.000,00
3.1.2.0 - Material de Consumo.....(+)CZ$ 300.000,00
3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos.....(+)CZ$ 1.000.000,00
8.3 SETOR DE CULTURA
08462281.20 - Prosseguimeto de Obra: Centro de Esportes e Lazer.
4.1.1.0 - Obras e Instalações.....(+)CZ$ 8.000.000,00
08482472.35 - Manutenção das Atividades Culturais e Biblioteca
3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+)CZ$ 1.700.000,00
10. SERVIÇOS MUNICIPAIS
10.1 SETOR DE LIMPEZA PÚBLICA
10603252.37 - Manutenção das Atividades do Setor.
3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+)CZ$ 8.000.000,00
10.2 SETOR DE PRAÇAS, PARQUES E JARDINS
10603282.39 - Manutenção das Atividades do Setor.
3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+)CZ$ 4.500.000,00
10.3 SETOR DE MERCADOS E FEIRAS
11163532.40 - Manutenção das Atividades do Setor.
3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+)CZ$ 300.000,00

10.4 SETOR DE CEMITÉRIOS E SERVIÇOS FUNERÁRIOS
10603262.41 - Manutenção das Atividades do Setor.
3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+)CZ$ 300.000,00
11. ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
11.1 DESPESAS GERAIS DA ADMINISTRAÇÃO
15824922.55 - Encargos com Inativos.
3.2.5.1 - Inativos - Proventos.....(+)CZ$ 3.000.000,00
3.2.5.1 - Inativos - Obrigações Patronais.....(+)CZ$ 300.000,00
15824952.55 - Encargos com Pensionistas.
3.2.5.2 - Pensionistas.....(+)CZ$ 400.000,00

PARÁGRAFO ÚNICO - O ato que abrir o crédito adicional referido neste artigo indicará a importância, a espécie do mesmo e a classificação da despesa até onde for possível.

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 18 de novembro de 1988.

Messias Paredão Nascimento Lima
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 18 de novembro de 1988.

Roberto Fernandes dos Santos
Resp./Exp. Secretaria Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.675, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1988.

"Dispõe sobre abertura de crédito adicional especial para o fim que discrimina".

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Na forma a que se refere o artigo 42,da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, fica o Chefe do Executivo autorizado a abrir, ao Orçamento do Município, no Serviço de Finanças - Setor de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Tremembé, um crédito adicional especial da ordem de CZ$ 1.500.000,00 (HUM MILHÃO E QUINHENTOS MIL CRUZADOS), destinado ao custeio das despesas com a reforma da passarela existente entre os loteamentos Eldorado e São Vicente de Paula.

PARÁGRAFO ÚNICO - O ato que abrir o crédito referido no artigo indicará a importância, a espécie do mesmo, os recursos para a sua cobertura e a classificação da despesa até onde for possível.

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 18 de novembro de 1988.

Messias Paredão Nascimento Lima
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 18 de novembro de 1988.

Roberto Fernandes dos Santos
Resp./Exp. Secretaria Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.676, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1988.

"Autoriza a celebração de Termo de Reti-Ratificação do Convênio firmado entre o Estado de São Paulo, por sua Secretaria Estadual de Saúde e o Município de Tremembé, para fins de integrar o Município no Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde do Estado de São Paulo".

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Fica o Chefe do Executivo autorizado a celebrar com o Estado de São Paulo, por sua Secretaria Estadual de Saúde, termo de Reti-Ratificação ao Convênio de Municipalização dos Serviços de Saúde, com vistas a integrar o MUNICÍPIO no Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde do Estado de São Paulo para gerir, coordenar, controlar e avaliar as ações de saúde no seu território, bem como para executar diretamente serviços de saúde de abrangência municipal, sob a supervisão dos órgãos gestores do SUDS-SP.

PARÁGRAFO ÚNICO - O termo a que se refere o artigo será firmado nos termos constantes da minuta anexa, que, rubricada pelo Prefeito Municipal, passa a fazer parte integrante da presente lei.

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 18 de novembro de 1988.

Messias Paredão Nascimento Lima
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 18 de novembro de 1988.

Roberto Fernandes dos Santos
Resp./Exp. Secretaria Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.677, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1988.

"Autoriza a celebração de Termo Aditivo ao Termo de Adesão ao Convênio SUDS-SP firmado entre a CIS-SP. e o Município de Tremembé, visando consolidar a implantação do SUDS-SP".

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Fica o Chefe do Executivo autorizado a celebrar com a CIS-SP., gestora do Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde do Estado de São Paulo - SUDS-SP., representante dos partícipes do Convênio SUDS-SP., Termo Aditivo ao Termo de Adesão ao Convênio SUDS-SP., objetivando a transferência de recursos financeiros ao Município de Tremembé, visando consolidar a implantação do SUDS-SP.

PARÁGRAFO ÚNICO - O termo a que se refere o artigo será firmado nos termos constantes da minuta anexa, que, rubricada pelo Prefeito Municipal, passa a fazer parte integrante da presente lei.

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 18 de novembro de 1988.

Messias Paredão Nascimento Lima
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 18 de novembro de 1988.

Roberto Fernandes dos Santos
Resp./Exp. Secretaria Municipal

Termo Aditivo nº 01/88

Termo Aditivo ao Termo de Adesão ao Convênio SUDS-SP firmado entre a CIS-SP e o Município de

Pelo presente instrumento, de um lado a CIS-SP, gestora do Sistema Unificado e descentralizado de Saúde do Estado de São Paulo - SUDS-SP, representante dos partícipes do Convênio SUDS-SP, doravante denominada CIS-SP e de outro o MUNICÍPIO de , doravante denominado MUNICÍPIO, com base no Decreto Estadual nº 28.410, de 20.05.88 e nos termos do § 1º da Cláusula Quinta do Termo de Adesão ao Convênio SUDS-SP, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao mencionado Termo de Adesão ao Convênio SUDS-SP, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a transferência de recursos financeiros do Convênio SUDS-SP ao MUNICÍPIO visando consolidar a implantação do SUDS-SP.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA TRANSFERÊNCIA DOS RECURSOS FINANCEIROS DO CONVÊNIOS SUDS-SP

A SECRETARIA deverá transferir ao MUNICÍPIO, no exercício de 1988, o montante de Cz$

a) Do Tesouro do ESTADO a despesa importa em Cz$

onerando a Classificação Funcional Programática
, Classificação Econômica
, Código Local

b) Do Convênio SUDS-SP (INAMPS) a SECRETARIA repassará ao MUNICÍPIO a importância de Cz$

onerando a Classificão Funcional Programática
, Classificação Econômica
Código Local

§ 1º - Os recursos de que trata o "caput" deverão ser aplicados em conformidade com o disposto no Plano Municipal de Saúde, de acordo com o Plano de Aplicação e respectivo cronograma de desembolso anexo, constante da POI, devidamente autenticados pelos signatários e parte integrante do presente instrumento, obedecido, ainda, o disposto na Portaria MPAS/GM nº 4236 de 12.5.88 (anexo).

§ 2º - O MUNICÍPIO deverá alocar à conta do Tesouro Municipal, no exercício de 1988 o valor de Cz$

conforme conteudo do Plano de Aplicação e cronograma de desembolso em cumprimento à obrigação de dispender, em cada exercício, no mínimo, o mesmo percentual da participação da área de saúde no orçamento municipal do exercício anterior.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

A liberação dos recursos financeiros será procedida em parcelas mensais, sucessivas, dentro dos limites do Convênio SUDS-SP, em conformidade com o plano de aplicação e respectivo cronograma de desembolso.

PARÁGRAFO ÚNICO

A liberação dos recursos pressupõe a prestação de contas referente ao trimestre anterior e, quando for o caso, a compensação do saldo do recurso não aplicado e seu recolhimento no término do exercício.

CLÁUSULA QUARTA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

O MUNICÍPIO apresentará, trimestralmente, à SECRETARIA, a prestação de contas da aplicação dos recursos do trimestre anterior, na forma estabelecida na Portaria MPAS/GM nº 4236, de 12.5.88, além da prestação de contas anual ao Tribunal de Contas do Estado.

PARÁGRAFO ÚNICO

A prestação de contas comprovará, também, a aplicação da contrapartida do Município.

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo vigorará a partir da data de sua assinatura até o dia 31 de Dezembro de 1988.

PARÁGRAFO ÚNICO

Este Termo Aditivo poderá ser alterado mediante celebração de novo Termo Aditivo, após manifestação da CIS-SP.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO

O presente Termo Aditivo poderá ser rescindido pelo descumprimento de qualquer das obrigações ou condições pactuadas ou por ato unilateral dos Partícipes, mediante aviso prévio de 120 (cento e vinte) dias, observada a prestação de contas dos recursos financeiros porventura já concedidos e o recolhimento do saldo dos recursos não aplicados, se for o caso, ressalvado, sempre, a responsabilidade do denunciante ou de quem der causa à rescisão pela prestação dos serviços de saúde à população.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO

Este instrumento será publicado, por extrato, no Diário Oficial do Estado no prazo de 15 dias.

CLÁUSULA OITAVA - RATIFICAÇÃO

Ficam mantidas todas as disposições e cláusulas do Termo de Adesão do Convênio SUDS-SP firmado em de 1988, ora aditado.

CLÁUSULA NONA - DO FÔRO

Fica eleito o Fôro da Capital do Estado de São Paulo para dirimir as questões oriundas da execução do Convênio ou dest Termo Aditivo que não puderem ser decididas pela CIS-SP.

Em de de 1988

DR. JOSÉ ARISTODEMO PINOTTI
Secretário de Estado da Saúde
e Presidente da CIS-SP

Prefeito Municipal de

Testemunhas

1) _____

2) _____

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.678, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1988.

"Dispõe sobre concessão de abono".

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Fica concedido ao emprego criado pela Lei Municipal nº 1.611, de 08 de julho de 1988, um abono da ordem de 20% (VINTE POR CENTO) mensal, sobre os salários pago pelo Estado, até o mês de março de 1989.

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de outubro de 1988.

ARTIGO 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 18 de novembro de 1988.

Messias Paredão Nascimento Lima

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 18 de novembro de 1988.

Roberto Fernandes dos Santos

Resp./Exp. Secretaria Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120
ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.679, DE 22 DE NOVEMBRO DE 1988.

"Dispõe sobre substituição de anexos e revogação de dispositivos constantes de leis municipais, conforme especifica, e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Os Anexos I, II, III, IV e V, constantes da Lei Municipal nº 1.661, de 19 de outubro de 1988, ficam substituídos pelos Anexos integrantes desta lei.

ARTIGO 2º - Ficam revogados, em todos os seus termos, o Artigo 1º da Lei Municipal nº 1.351, de 31 de maio de 1985, e o Artigo 4º da Lei Municipal nº 1.661, de 19 de outubro de 1988.

ARTIGO 3º - Os Artigos 3º, 4º e 5º da Lei Municipal nº 1.304, de 19 de novembro de 1984, passam a vigorar com a seguinte redação:

"ARTIGO 3º - Os cargos de provimento efetivo, exceto os de direção, corresponderão a 30 (trinta) Referências, representadas por números arábicos de 01 a 30, abrangendo, cada uma, 06 (seis) graus, descritos por letras maiúsculas de "A" a "F"."

"ARTIGO 4º - Os cargos de provimento em comissão e os de direção, efetivos ou em comissão, corresponderão a 05 (cinco) Referências, representadas por números arábicos de 31 a 35, abrangendo, cada uma, 06 (seis) graus, descritos por letras maiúsculas, em ordem alfabética, de "A" a "F"."

"ARTIGO 5º - A escala de padrões a que se referem os artigos 3º e 4º, subdividir-se-á em 04 (quatro) faixas, assim caracterizadas:

FAIXA I - trabalhos simples, pouco variados, que envolvam pouca experiência prévia e conhecimento a nível primário; trabalhos não qualificados - Referência 01 a 12.

FAIXA II - trabalhos de pequena complexidade, que exijam maiores experiências e formação correspondente ao 1º grau; trabalhos de mão-de-obra qualificada e encarregatura; trabalhos de administração de serviços auxiliares - Referências 13 a 19.

FAIXA III - trabalhos de média complexidade, que exijam formação correspondente ao 2º grau; encarregatura de trabalhos de mão - de-obra qualificada e chefia de trabalhos de administração - Referências 20 a 26.

FAIXA IV - trabalhos técnicos ou técnico-científicos, que exijam formação técnica profissional ou de nível superior - Referências 27 a 35."

ARTIGO 4º - As pensões pagas pelo Município passam a ter seus valores fixados com base na "Referência 06", do Anexo I - Tabela Única de Remuneração, integrante desta lei.

ARTIGO 5º - Ficam criados os cargos e empregos que constam da "Situação Nova" e que não figuram na "Situação Antiga", assim como ficam extintos os cargos e empregos que constam da "Situação Antiga" e que não figuram na "Situação Nova", dos Anexos II, III, IV e V da presente lei.

ARTIGO 6º - Permanecem em vigor todas as demais disposições constantes da Lei Municipal nº 1.661, de 19 de outubro de 1988.

ARTIGO 7º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias suplementadas se necessário.

ARTIGO 8º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de outubro de 1988.

ARTIGO 9º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 22 de novembro de 1988.

Messias Paredão Nascimento Lima
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 22 de novembro de 1988.

Roberto Fernandes dos Santos
Resp./Exp. Secretaria Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ
Estado de São Paulo

ANEXO I

TABELA ÚNICA DE REMUNERAÇÃO

REF.	A	B	C	D	E	F
01	27.000,00	28.350,00	29.767,00	31.255,00	32.818,00	34.459,00
02	28.890,00	30.334,00	31.850,00	33.442,00	35.115,00	36.871,00
03	30.912,00	32.457,00	34.079,00	35.782,00	37.573,00	39.451,00
04	33.076,00	34.729,00	36.464,00	38.286,00	40.203,00	42.212,00
05	35.391,00	37.161,00	39.016,00	40.966,00	43.017,00	45.166,00
06	37.868,00	39.762,00	41.747,00	43.833,00	46.028,00	48.327,00
07	40.519,00	42.545,00	44.669,00	46.901,00	49.249,00	51.709,00
08	43.356,00	45.523,00	47.795,00	50.184,00	52.696,00	55.328,00
09	46.391,00	48.710,00	51.140,00	53.696,00	56.384,00	59.200,00
10	49.638,00	52.120,00	54.719,00	57.454,00	60.330,00	63.344,00
11	53.113,00	55.768,00	58.549,00	61.475,00	64.533,00	67.778,00
12	56.831,00	59.672,00	62.647,00	65.778,00	69.071,00	72.522,00
13	60.809,00	63.849,00	67.032,00	70.382,00	73.905,00	77.598,00
14	65.065,00	68.319,00	71.724,00	75.308,00	79.078,00	83.029,00
15	69.620,00	73.101,00	76.744,00	80.579,00	84.613,00	88.841,00
16	74.493,00	78.218,00	82.116,00	86.219,00	90.535,00	95.059,00
17	79.708,00	83.693,00	87.864,00	92.254,00	96.872,00	101.713,00
18	85.288,00	89.551,00	94.014,00	98.711,00	103.653,00	108.832,00
19	91.258,00	95.819,00	100.594,00	105.620,00	110.908,00	116.450,00
20	97.646,00	102.526,00	107.635,00	113.013,00	118.671,00	124.601,00
21	104.481,00	109.702,00	115.169,00	120.923,00	126.977,00	133.323,00
22	111.795,00	117.381,00	123.230,00	129.387,00	135.865,00	142.655,00
23	119.621,00	125.597,00	131.856,00	138.444,00	145.375,00	152.640,00
24	127.994,00	134.388,00	141.085,00	148.135,00	155.551,00	163.324,00
25	136.954,00	143.795,00	150.960,00	158.504,00	166.439,00	174.756,00
26	146.540,00	153.860,00	161.527,00	169.599,00	178.089,00	186.988,00
27	156.798,00	164.630,00	172.833,00	181.470,00	190.555,00	200.077,00
28	167.774,00	176.154,00	184.931,00	194.172,00	203.893,00	214.082,00
29	179.519,00	188.484,00	197.876,00	207.764,00	218.165,00	229.067,00
30	192.085,00	201.677,00	221.727,00	222.307,00	233.436,00	245.101,00
31	205.530,00	215.794,00	226.547,00	237.868,00	249.776,00	262.258,00
32	219.918,00	230.899,00	242.405,00	254.518,00	267.260,00	280.616,00
33	235.312,00	247.077,00	259.430,00	272.401,00	286.021,00	300.322,00
34	251.783,00	264.372,00	277.590,00	291.469,00	306.042,00	321.344,00
35	269.407,00	282.878,00	297.022,00	311.871,00	327.464,00	343.838,00

SITUAÇÃO ANTIGA			SITUACAO NOVA		
ANEXO II – TABELA I		REF.	ANEXO II – TABELA I		
ANEXO III – TABELA II		REF.	ANEXO III – TABELA II		REF.
01	LANÇADOR	26	01	LANÇADOR	26
01	CHEFE DA SEÇÃO DE EMPENHO	27	01	CHEFE DA SEÇÃO DE EMPENHO	28
01	CHEFE DA SEÇÃO DE ARRECADAÇÃO	27	01	CHEFE DO SETOR DE TESOURARIA	29
01	TÉCNICO DE ADMINISTRAÇÃO	27	01	TÉCNICO DE ADMINISTRAÇÃO	29
01	SECRETÁRIO MUNICIPAL	31	01	DIRETOR DE SECRETARIA	35
01	CHEFE DA SEÇÃO DE FINANÇAS	27			

SITUAÇÃO ANTIGA			SITUAÇÃO NOVA		
ANEXO IV - TABELA III		REF.	ANEXO IV - TABELA III		REF.
01	ZELADOR	06	01	ZELADOR	06
01	JARDINEIRO	06	01	JARDINEIRO	06
01	PORTEIRO-CONTÍNUO	12	01	PORTEIRO-CONTÍNUO	12
01	CHEFE DA UMC DO INCRA	14	01	CHEFE DA UMC DO INCRA	14
01	ALMOXARIFE-ESCRITURÁRIO	14	01	ALMOXARIFE-ESCRITURÁRIO	14
01	AUXILIAR DE TRATADOR DE ÁGUA	14	01	AUXILIAR DE TRATADOR DE ÁGUA	14
01	MOTORISTA DO GABINETE DO PREFEITO	14	01	MOTORISTA DO GABINETE DO PREFEITO	14
01	MECÂNICO-ZELADOR	15	01	MECÂNICO-ZELADOR	15
01	MESTRE DE OBRAS	15	01	MESTRE DE OBRAS	15
01	ESCRITURÁRIO	16	01	ESCRITURÁRIO	16
01	ESCRITURÁRIO	16	01	ESCRITURÁRIO	16
03	ESCRITURÁRIOS	18	03	ESCRITURÁRIOS	18
02	FISCAIS	18	02	FISCAIS	18

ANEXO V - C.L.T.

SITUAÇÃO ANTIGA			SITUAÇÃO NOVA		
QUANT.	REF.	DENOMINAÇÃO	QUANT.	REF	DENOMINAÇÃO
237	06	AUXILIAR GERAL	114	06	AUXILIAR GERAL
			74	07	VIGIA
			08	07	PORTEIRO
			04	07	JARDINEIRO
			32	08	MERENDEIRA
			01	08	BORRACHEIRO
			02	08	OPERADOR DE BOMBA
			02	09	AUXILIAR DE PINTOR
03	07	AUXILIAR DE ENCANADOR	03	09	AUXILIAR DE ENCANADOR
03	07	AUXILIAR DE ELETRICISTA	03	09	AUXILIAR DE ELETRICISTA
01	07	AUXILIAR DE MECÂNICO	01	09	AUXILIAR DE MECÂNICO
01	07	AUXILIAR DE CARPINTARIA	01	09	AUXILIAR DE CARPINTARIA
01	07	AUXILIAR DE MARCENEIRO	01	09	AUXILIAR DE MARCENEIRO
02	07	AUXILIAR DE SOLDADOR	02	09	AUXILIAR DE SOLDADOR
02	07	COVEIRO	02	09	COVEIRO
02	08	TELEFONISTA	02	10	TELEFONISTA
02	10	AUXILIAR DE CADASTRO	02	10	AUXILIAR DE CADASTRO
01	10	ARQUIVISTA	01	10	ARQUIVISTA
01	11	MARCENEIRO	01	11	MARCENEIRO
01	11	SERRALHEIRO	01	11	SERRALHEIRO
02	11	ENCANADOR	02	11	ENCANADOR
03	11	PINTOR	03	11	PINTOR
03	11	CARPINTEIRO	03	11	CARPINTEIRO
01	10	ZELADOR	02	11	COPEIRO (A)
01	11	RESPONSÁVEL PELO AJARDINAMENTO	01	11	RESPONSÁVEL PELO AJARDINAMENTO
20	12	PEDREIRO	20	12	PEDREIRO

ANEXO V - C.L.T.

SITUAÇÃO ANTIGA			SITUAÇÃO NOVA		
QUANT	REF	DENOMINAÇÃO	QUANT	REF.	DENOMINAÇÃO
03	12	AUXILIAR DE ALMOXARIFE	03	12	AUXILIAR DE ALMOXARIFE
18	11	MOTORISTA	18	13	MOTORISTA
02	13	ARMADOR DE FERRAGEM	02	13	ARMADOR DE FERRAGEM
01	14	MOTORISTA DE AMBULÂNCIA	01	15	MOTORISTA DE AMBULÂNCIA
01	15	MOTORISTA DO GABINETE DO PREFEITO	01	15	MOTORISTA DO GABINETE DO PREFEITO
02	15	ELETRICISTA	02	15	ELETRICISTA
01	15	FUNILEIRO	01	15	FUNILEIRO
01	15	APONTADOR	01	15	APONTADOR
01	15	MESTRE DE PINTOR	01	15	MESTRE DE PINTOR
02	15	MESTRE DE PEDREIRO	02	15	MESTRE DE PEDREIRO
01	16	DESENHISTA COPISTA	01	16	DESENHISTA COPISTA
01	16	ELETRICISTA DE AUTOS	01	16	ELETRICISTA DE AUTOS
01	16	MESTRE DE ARMADOR	01	16	MESTRE DE ARMADOR
01	16	APONTADOR DE SUPRIMENTOS	01	16	APONTADOR DE SUPRIMENTOS
02	16	OPERADOR DE MÁQUINA I	02	16	OPERADOR DE MÁQUINA I
18	16	ESCRITURÁRIO "B"	18	16	ESCRITURÁRIO "B"
02	17	OPERADOR DE MÁQUINA II	02	17	OPERADOR DE MÁQUINA II
01	18	CARDEXISTA	01	18	CARDEXISTA
14	18	ESCRITURÁRIO "A"	14	18	ESCRITURÁRIO "A"
02	19	SOLDADOR	02	19	SOLDADOR
01	19	MECÂNICO	01	19	MECÂNICO
01	19	AGENTE DE SEGURANÇA	01	19	AGENTE DE SEGURANÇA
01	19	SUB-ENCARREGADO DO SERM	01	19	SUB-ENCARREGADO DO SERM
02	18	FISCAL DE TRIBUTOS	02	19	FISCAL DE TRIBUTOS
02	18	FISCAL DE OBRAS PARTICULARES	02	19	FISCAL DE OBRAS PARTICULARES

ANEXO V - C.L.T.

SITUAÇÃO ANTIGA			SITUAÇÃO NOVA		
QUANT	REF.	DENOMINAÇÃO	QUANT	REF.	DENOMINAÇÃO
21	17	PROFESSOR (A)	21	20	PROFESSOR (A)
01	20	ALMOXARIFE	01	20	ALMOXARIFE
01	20	PROTOCOLISTA	01	20	PROTOCOLISTA
01	20	TÉCNICO DE ARBORIZAÇÃO E PAISAGISMO	01	20	TÉCNICO DE ARBORIZAÇÃO E PAISAGISMO
01	20	AUXILIAR DE COMPRAS	01	20	AUXILIAR DE COMPRAS
01	20	ENCARREGADO DE PINTURA	01	20	ENCARREGADO DE PINTURA
01	18	RESPONSÁVEL PELA BIBLIOTECA	01	20	RESPONSÁVEL PELA BIBLIOTECA
01	20	ENCARREGADO DO SETOR DE TRÂNSITO	01	20	ENCARREGADO DO SETOR DE TRÂNSITO
02	22	CADASTRADOR	02	22	CADASTRADOR
01	22	SECRETÁRIO (A) DO PREFEITO	01	22	SECRETÁRIO (A) DO PREFEITO
03	22	AUXILIAR DE SETOR DE PESSOAL	03	22	AUXILIAR DE SETOR DE PESSOAL
02	23	SUB-LANÇADOR	02	22	AUXILIAR DE LANÇADORIA
02	22	AUXILIAR DE SERVIÇO SOCIAL	02	22	AUXILIAR DE SERVIÇO SOCIAL
01	22	AUXILIAR DE SECRETARIA	01	22	AUXILIAR DE SECRETARIA
02	22	AUXILIAR DA SEÇÃO DE ARRECADAÇÃO	02	22	AUXILIAR DO SETOR DE TESOURARIA
01	22	AUXILIAR DE SUPERVISOR DA MERENDA ESCOLAR	01	22	AUXILIAR DE SUPERVISOR DA MERENDA ESCOLAR
01	23	COMPRADOR	01	23	COMPRADOR
01	23	SECRETÁRIO DA JUNTA DO SERVIÇO MILITAR	01	23	SECRETÁRIO DA JUNTA DO SERVIÇO MILITAR
01	24	SUB-CHEFE DO SETOR DE PESSOAL	01	24	SUB-CHEFE DO SETOR DE PESSOAL
01	24	COORDENADOR DE ESPORTES	01	24	COORDENADOR DE ESPORTES
01	24	ENCARREGADO DO SERM	01	24	ENCARREGADO DO SERM
01	24	ENCARREGADO DO SERVIÇO DE LIMPEZA PÚBLICA E CEMITÉRIO	01	24	ENCARREGADO DO SERVIÇO DE LIMPEZA PÚBLICA E CEMITÉRIO
01	24	ENCARREGADO DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS PARTICULARES	01	24	ENCARREGADO DE FISCALIZAÇÃO DE ORBAS PARTICULARES
01	24	ENCARREGADO DO SETOR DE TRANSPORTES	01	24	ENCARREGADO DO SETOR DE TRANSPORTES

ANEXO V - C.L.T.

SITUAÇÃO ANTIGA			SITUAÇÃO NOVA		
QUANT.	REF.	DENOMINAÇÃO	QUANT.	REF.	DENOMINAÇÃO
01	24	ENCARREGADO DO SETOR DE OFICINAS	01	24	ENCARREGADO DO SETOR DE OFICINAS
01	24	ENCARREGADO DO SETOR DA FÁBRICA DE PRÉ-MOLDADOS	01	24	ENCARREGADO DO SETOR DA FÁBRICA DE PRÉ-MOLDADOS
01	24	ENCARREGADO DO SETOR DE CARPINTARIA	01	24	ENCARREGADO DO SETOR DE CARPINTARIA
01	24	ENCARREGADO DO SETOR DE OBRAS E VIAÇÃO	01	24	ENCARREGADO DO SETOR DE OBRAS E VIAÇÃO
01	24	ENCARREGADO DO SETOR DE SEGURANÇA DO PATRIMÔNIO	01	24	ENCARREGADO DO SETOR DE SEGURANÇA DO PATRIMÔNIO
01	24	ENCARREGADO DO SETOR DE MATERIAL E PATRIMÔNIO	01	24	ENCARREGADO DO SETOR DE MATERIAL E PATRIMÔNIO
01	25	DESENHISTA PROJETISTA	01	25	DESENHISTA PROJETISTA
			01	25	SUPERVISOR DO SERM
01	25	SUPERVISOR DE CULTURA	01	25	SUPERVISOR DE CULTURA
01	25	SUPERVISOR TÉCNICO DE OBRAS	01	25	SUPERVISOR TÉCNICO DE OBRAS
01	25	SUPERVISOR DA MERENDA ESCOLAR	01	25	SUPERVISOR DA MERENDA ESCOLAR
01	26	LANÇADOR	01	26	LANÇADOR
01	26	CHEFE DA SEÇÃO DE ALMOXARIFADO			
01	26	SUPERVISOR DO SETOR DE OBRAS E VIAÇÃO	01	26	SUPERVISOR DO SETOR DE OBRAS E VIAÇÃO
01	26	SUPERVISOR DO SETOR DE TRANSPORTES E OFICINAS	01	26	SUPERVISOR DO SETOR DE TRANSPORTES E OFICINAS
01	25	SUPERVISOR DO SETOR DE MATERIAL E PATRIMÔNIO	01	26	SUPERVISOR DO SETOR DE MATERIAL E PATRIMÔNIO
01	27	ASSISTENTE SOCIAL	01	27	ASSISTENTE SOCIAL
01	27	ADJUNTO DE COMUNICAÇÃO (8 horas)	01	27	ADJUNTO DE COMUNICAÇÃO (8 horas)
01	27	DIRETOR DE EMEI'S	01	27	DIRETOR DE EMEI'S
01	27	CHEFE DE OBRAS	01	27	CHEFE DE OBRAS
01	27	CHEFE DA SEÇÃO DE EMPENHOS	01	28	CHEFE DA SEÇÃO DE EMPENHOS
01	27	CHEFE DA SEÇÃO DE COMPRAS	01	28	CHEFE DA SEÇÃO DE COMPRAS
01	27	CHEFE DO SETOR DE TRIBUTAÇÃO	01	29	CHEFE DO SETOR DE TRIBUTAÇÃO
01	27	CHEFE DO SETOR DE PESSOAL	01	29	CHEFE DO SETOR DE PESSOAL
01	29	TÉCNICO DE CONTABILIDADE	01	29	TÉCNICO DE CONTABILIDADE

ANEXO V - C.L.T.

SITUAÇÃO ANTIGA			SITUAÇÃO NOVA		
QUANT	REF.	DENOMINAÇÃO	QUANT	REF.	DENOMINAÇÃO
01	30	ADVOGADO	01	32	ADVOGADO
01	31	CONTADOR	01	32	CONTADOR
01	31	ARQUITETO	01	33	ARQUITETO
01	31	ENGENHEIRO NÍVEL I (Responsável pela Seção de Serviços Técnicos de Programas e Projetos)			
01	31	ENGENHEIRO NÍVEL I (Assessoria de Planejamento)	02	33	ENGENHEIRO
01	32	CHEFE DO SERVIÇO DE FINANÇAS	01	35	DIRETOR FINANCEIRO
02	32	ENGENHEIRO NÍVEL II (Chefe do Setor de Obras e Viação	01	35	DIRETOR DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE PROGRAMAS E PROJETOS
			01	35	DIRETOR DE ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO
01	32	PROCURADOR	01	35	PROCURADOR
01	19	FUNILEIRO			
01	27	SUPERVISOR DO SERVIÇO SOCIAL			

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120
ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.680, DE 22 DE NOVEMBRO DE 1988.

"Dispõe sobre revogação dos Artigos 1º e 2º da Lei Municipal nº 1.663, de 19 de outubro de 1988, substituição dos Anexos I e II da Lei Municipal nº 1.352, de 31 de maio de 1985, e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Ficam revogados, em todos os seus termos os artigos 1º e 2º da Lei Municipal nº 1.663, de 19 de outubro de 1988.

ARTIGO 2º - O Anexo I - Escala de Vencimentos e o Anexo II - Quadro de Funcionários, constantes da Lei Municipal nº 1.352, de 31 de maio de 1985, ficam substituídos pelos Anexos integrantes da presente lei.

ARTIGO 3º - Os Artigos 2º e 3º da Lei Municipal nº 1.259, de 26 de abril de 1984, alterados pela Lei Municipal nº 1.352, de 31 de maio de 1985, passam a vigorar de acordo com a seguinte redação:

"ARTIGO 2º - A Escala de Vencimentos do Quadro de Funcionários / da Câmara Municipal de Tremembé, que compõe o Anexo I desta lei, é constituída de 25 (vinte e cinco) referências, representados por números arábicos de "01" a "25", abrangendo, cada uma, 06 (seis) graus, representados por letras maiúsculas, em ordem alfabética, de "A" a "F"."

"ARTIGO 3º - A Escala de Vencimentos a que se refere o artigo anterior se subdivide em 4 (quatro) faixas, assim caracterizadas:

FAIXA I - Trabalhos simples, pouco variados, que envolvam pouca experiência prévia, e de responsabilidade sobre os mesmos - Referências "01" a "04".

FAIXA II - Trabalhos que exijam maiores experiências e de mão-de-obra qualificada; trabalhos de administração de serviços auxiliares - Referências "06" a "15".

FAIXA III - Trabalhos de assistência, orientação e informação; trabalhos técnicos e de chefia de serviços - Referências "16" a "21".

FAIXA IV - Trabalhos de assessoria, supervisão e direção - Referências "22" a "25".

ARTIGO 4º - Permanecem em vigor todas as demais disposições da Lei Municipal nº 1.663, de 19 de outubro de 1988.

ARTIGO 5º - Fica extinto o cargo de "ZELADOR - REFERÊNCIA 01", de provimento em comissão, criado pela Lei Municipal nº 1.499, de 16 de fevereiro de 1987.

ARTIGO 6º - Ficam extintos os cargos constantes da coluna denominada "Situação Antiga" e que não constam da "Situação Nova", assim como ficam automaticamente criados os cargos que não constam da "Situação Antiga" e que se encontram na "Situação Nova".

ARTIGO 7º - As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta de dotações próprias consignadas no orçamento financeiro vigente, suplementadas se necessário.

ARTIGO 8º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação retroagindo seus efeitos a 1º de outubro de 1988.

ARTIGO 9º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 22 de novembro de 1988.

Messias Paredão Nascimento Lima
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 22 de novembro de 1988.

Roberto Fernandes dos Santos
Resp./Exp. Secretaria Municipal

ANEXO II - QUADRO DE FUNCIONÁRIOS

SITUAÇÃO ANTIGA			SITUAÇÃO NOVA		
QUANT.	DENOMINAÇÃO	REF.	QUANT.	DENOMINAÇÃO	REF.
01	COPEIRA-FAXINEIRA	06	01	RESPONSÁVEL PELA COPA E LIMPEZA	04
02	OFICIAL LEGISLATIVO	15	02	OFICIAL LEGISLATIVO	15
01	TÉCNICO DE CONTABILIDADE	18	01	TÉCNICO DE CONTABILIDADE	19
01	CHEFE DE SERVIÇO	20	01	CHEFE DO SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO	21
01	DIRETOR GERAL	25	01	DIRETOR GERAL	25

ANEXO I

ESCALA DE VENCIMENTOS

REF.	A	B	C	D	E	F
01	53.113,00	55.768,00	58.549,00	61.475,00	64.533,00	67.778,00
02	56.831,00	59.672,00	62.647,00	65.778,00	69.071,00	72.522,00
03	60.809,00	63.849,00	67.032,00	70.382,00	73.905,00	77.598,00
04	65.065,00	68.319,00	71.724,00	73.308,00	79.078,00	83.029,00
05	69.620,00	73.101,00	76.744,00	80.579,00	84.613,00	88.841,00
06	74.493,00	78.218,00	82.116,00	86.219,00	90.535,00	95.059,00
07	79.708,00	83.693,00	87.864,00	92.254,00	96.872,00	101.713,00
08	85.288,00	89.551,00	94.014,00	98.711,00	103.653,00	108.832,00
09	91.258,00	95.819,00	100.594,00	105.620,00	110.908,00	116.450,00
10	97.646,00	102.526,00	107.635,00	113.013,00	118.671,00	124.601,00
11	104.481,00	109.702,00	115.169,00	120.923,00	126.977,00	133.323,00
12	111.795,00	117.381,00	123.230,00	129.387,00	135.865,00	142.655,00
13	119.621,00	125.597,00	131.856,00	138.444,00	145.375,00	152.640,00
14	127.994,00	134.388,00	141.085,00	148.135,00	155.551,00	163.324,00
15	136.954,00	143.795,00	150.960,00	158.504,00	166.439,00	174.756,00
16	146.540,00	153.860,00	161.527,00	169.599,00	178.089,00	186.988,00
17	156.798,00	164.630,00	172.833,00	181.470,00	190.555,00	200.077,00
18	167.774,00	176.154,00	184.931,00	194.172,00	203.893,00	214.082,00
19	179.519,00	188.484,00	197.876,00	207.764,00	218.165,00	229.067,00
20	192.085,00	201.677,00	211.727,00	222.307,00	233.436,00	245.101,00
21	205.530,00	215.794,00	226.547,00	237.868,00	249.776,00	262.258,00
22	219.918,00	230.899,00	242.405,00	254.518,00	267.260,00	280.616,00
23	235.312,00	247.077,00	259.430,00	272.401,00	286.021,00	300.322,00
24	251.783,00	264.372,00	277.590,00	291.469,00	306.042,00	321.344,00
25	269.407,00	282.878,00	297.021,00	311.871,00	327.464,00	343.838,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.681, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1988.

"Estima a RECEITA e fixa a DESPESA do Município de Tremembé-SP., para o exercício de 1989".

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, ESTADO DE SÃO PAULO, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA E PROMULGA A SEGUINTE LEI:-

ARTIGO 1º - O Orçamento Geral do Município de Tremembé, Estado de São Paulo, para o exercício de 1989, estima a RECEITA e fixa a DESPESA em Cz$ 1.840.000.000,00 (UM BILHÃO, OITOCENTOS E QUARENTA MILHÕES DE CRUZADOS), discriminados pelos anexos integrantes desta Lei.

ARTIGO 2º - A Receita será realizada mediante arrecadação dos tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e das especificações constantes dos Anexos 1 e 2, da Lei nº 4.320/64, atualizado pela Portaria nº 129/82 da SEPLAN/PR., com o seguinte desdobramento:

ADMINISTRAÇÃO DIRETA:		
RECEITAS CORRENTES		Cz$ 1.380.040.000,00
Receita Tributária	Cz$ 114.428.000,00	
Receita Patrimonial	Cz$ 136.900.000,00	
Transferências Correntes	Cz$ 1.121.990.000,00	
Outras Receitas Correntes	Cz$ 2.552.000,00	
Receitas Diversas	Cz$ 4.170.000,00	
RECEITAS DE CAPITAL		Cz$ 159.960.000,00
Transferências de Capital	Cz$ 159.960.000,00	
TOTAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA		Cz$ 1.540.000.000,00
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA		
RECEITAS CORRENTES		Cz$ 260.000.000,00
RECEITAS DE CAPITAL		Cz$ 40.000.000,00
TOTAL DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA		Cz$ 300.000.000,00
TOTAL GERAL		Cz$ 1.840.000.000,00

ARTIGO 3º - A Despesa será realizada segundo a discriminação dos quadros PROGRAMA DE TRABALHO E NATUREZA DA DESPESA, que apresentam o seguinte desdobramento:

ADMINISTRAÇÃO DIRETA

I - POR FUNÇÕES DE GOVERNO

01 - Legislativa	Cz$	70.000.000,00
03 - Administração e Planejamento	Cz$	287.550.000,00
04 - Agricultura	Cz$	2.100.000,00
08 - Educação e Cultura	Cz$	340.450.000,00
10 - Habitação e Urbanismo	Cz$	183.800.000,00
11 - Indústria, Comércio e Serviços	Cz$	12.800.000,00
13 - Saúde e Saneamento	Cz$	300.500.000,00
15 - Assistência e Previdência	Cz$	115.800.000,00
16 - Transporte	Cz$	27.000.000,00
TOTAL DA DESPESA	Cz$	1.340.000.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	Cz$	200.000.000,00
TOTAL GERAL	Cz$	1.540.000.000,00

II - POR PROGRAMA

01 - Processo Legislativo	Cz$	55.500.000,00
07 - Administração	Cz$	157.150.000,00
08 - Administração Financeira	Cz$	97.500.000,00
09 - Planejamento Governamental	Cz$	5.400.000,00
16 - Abastecimento	Cz$	14.900.000,00
42 - Ensino de Primeiro Grau	Cz$	304.750.000,00
44 - Ensino Superior	Cz$	3.000.000,00
46 - Educação Física e Desportos	Cz$	26.500.000,00
48 - Cultura	Cz$	18.300.000,00
49 - Educação Especial	Cz$	3.900.000,00
51 - Energia Elétrica	Cz$	1.000.000,00
58 - Urbanismo	Cz$	96.200.000,00
60 - Serviços de Utilidade Pública	Cz$	87.600.000,00
75 - Saúde	Cz$	290.000.000,00
76 - Saneamento	Cz$	10.500.000,00
81 - Assistência	Cz$	19.300.000,00

82 - Previdência	Cz$	99.500.000,00
84 - Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP.	Cz$	10.000.000,00
88 - Transporte Rodoviário	Cz$	26.000.000,00
91 - Transporte Urbano	Cz$	13.000.000,00
TOTAL DA DESPESA	Cz$	1.340.000.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	Cz$	200.000.000,00
TOTAL GERAL	Cz$	1.540.000.000,00

III - POR CATEGORIAS ECONÔMICAS

Despesas Correntes	Cz$	1.045.900.000,00
Despesas de Capital	Cz$	294.100.000,00
TOTAL DA DESPESA	Cz$	1.340.000.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	Cz$	200.000.000,00
TOTAL GERAL	Cz$	1.540.000.000,00

IV - POR ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO

PODER LEGISLATIVO

1 - Legislativo	Cz$	70.000.000,00

PODER EXECUTIVO

2 - Gabinete do Prefeito	Cz$	55.800.000,00
3 - Assessoria de Planejamento	Cz$	5.300.000,00
4 - Assessoria Jurídica	Cz$	5.900.000,00
5 - Serviço de Finanças	Cz$	72.500.000,00
6 - Serviço de Administração	Cz$	82.500.000,00
7 - Serviço de Obras e Viação	Cz$	184.000.000,00
8 - Serviço de Educação e Cultura	Cz$	331.950.000,00
10 - Serviços Municipais	Cz$	94.400.000,00
11 - Encargos Gerais do Município	Cz$	437.650.000,00
TOTAL DA DESPESA	Cz$	1.340.000.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	Cz$	200.000.000,00
TOTAL GERAL	Cz$	1.540.000.000,00

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA:

I - POR FUNÇÕES DE GOVERNO

03 - Administração e Planejamento	Cz$	35.500.000,00

13 - Saúde e Saneamento	Cz$	264.500.000,00
T O T A L	Cz$	300.000.000,00

II - POR PROGRAMA

07 - Administração	Cz$	31.200.000,00
08 - Administração Financeira	Cz$	4.300.000,00
75 - Saúde	Cz$	264.500.000,00
T O T A L	Cz$	300.000.000,00

III - POR CATEGORIAS ECONÔMICAS

Despesas Correntes	Cz$	260.000.000,00
Despesas de Capital	Cz$	40.000.000,00
T O T A L	Cz$	300.000.000,00

IV - POR ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO

2 - Presidência	Cz$	4.300.000,00
3 - Supervisão Administrativa	Cz$	24.700.000,00
4 - Supervisão Técnica	Cz$	271.000.000,00
T O T A L	Cz$	300.000.000,00

ARTIGO 4º - Fica o Poder Executivo autorizado a:

I - proceder à abertura de créditos suplementares até o limite de 40% (QUARENTA POR CENTO) do total do Orçamento da Despesa, nos termos do Artigo 7º, da Lei nº 4.320/64;

II - efetuar operações de crédito por antecipação da receita, até o limite de 25% (VINTE E CINCO POR CENTO) da receita estimada, nos termos do artigo 67 da Constituição Federal.

ARTIGO 5º - Fica o Legislativo autorizado a suplementar até o limite de 40% (QUARENTA POR CENTO) do total do Orçamento da Despesa da Câmara Municipal, conforme artigo 12, Inciso IV, da Lei Orgânica dos Municípios.

ARTIGO 6º - Esta lei entrará em vigor em 1º de janeiro de 1989, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 30 de novembro de 1988.

Messias Paredão Nascimento Lima
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 30 de novembro de 1988.

Roberto Fernandes dos Santos
Resp./Exp. Secretaria Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.682, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1988.

"Aprova o Orçamento Plurianual de Investimentos do Município de Tremembé, Estado de São Paulo, para o Triênio de 1989/1991".

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, ESTADO DE SÃO PAULO, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA E PROMULGA A SEGUINTE LEI:-

ARTIGO 1º - O Orçamento Plurianual de Investimentos do Município de Tremembé, Estado de São Paulo, para o Triênio de 1989/1991, constituídos pelos anexos integrantes desta Lei e elaborado na forma dos Atos Complementares nºs. 43 e 76, de 29 de janeiro e 21 de outubro de 1969, estima, para o período, as Despesas de Capital em Cz$ 2.796.100.000,00 (DOIS BILHÕES, SETECENTOS E NOVENTA E SEIS MILHÕES E CEM MIL CRUZADOS).

ARTIGO 2º - Os recursos destinados ao financiamento das Despesas de Capital, estimados no Orçamento Plurianual de Investimentos para o Triênio de 1989/1991, são assim distribuídos:

ADMINISTRAÇÃO DIRETA RECEITAS DE CAPITAL	1989	1990	1991	TOTAL
Superavit do Orçamento Corrente	334.140.000,00	310.000.000,00	682.000.000,00	1.126.140.000,00
Transferências de Capital	159.960.000,00	350.000.000,00	770.000.000,00	1.279.960.000,00
T O T A L	494.100.000,00	660.000.000,00	1.452.000.000,00	2.406.100.000,00
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA				
Transferências de Capital	40.000.000,00	100.000.000,00	250.000.000,00	390.000.000,00
T O T A L	40.000.000,00	100.000.000,00	250.000.000,00	390.000.000,00
T O T A L G E R A L	534.100.000,00	760.000.000,00	1.702.000.000,00	2.796.100.000,00

ARTIGO 3º - As Despesas de Capital, programadas com base nos recursos considerados disponíveis, desdobrar-se-ão na seguinte forma:

ADMINISTRAÇÃO DIRETA

DESPESAS POR FUNÇÕES

01 Legislativa	2.500.000,00	-	-	2.500.000,00
03 - Administração e Planejamento	36.450.000,00	80.190.000,00	176.418.000,00	293.058.000,00
04 - Agricultura	200.000,00	440.000,00	968.000,00	1.608.000,00
08 - Educação e Cultura	98.950.000,00	217.690.000,00	478.918.000,00	795.558.000,00
10 - Habitação e Urbanismo	77.000.000,00	169.400.000,00	372.680.000,00	619.080.000,00
11 - Indústria, Comércio e Serviços	9.000.000,00	19.800.000,00	43.560.000,00	72.360.000,00
13 - Saúde e Saneamento	47.000.000,00	114.400.000,00	251.680.000,00	413.080.000,00
15 - Assistência e Previdência	8.000.000,00	17.600.000,00	38.676.000,00	64.276.000,00
16 - Transporte	15.000.000,00	40.480.000,00	89.100.000,00	144.580.000,00
TOTAL	294.100.000,00	660.000.000,00	1.452.000.000,00	2.406.100.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	200.000.000,00	-	-	-
TOTAL GERAL	494.100.000,00	660.000.000,00	1.452.000.000,00	2.406.100.000,00

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

03 - Administração e Planejamento	3.500.000,00	8.700.000,00	21.700.000,00	33.900.000,00
13 - Saúde e Saneamento	36.500.000,00	91.300.000,00	228.300.000,00	356.100.000,00
TOTAL	40.000.000,00	100.000.000,00	250.000.000,00	390.000.000,00
TOTAL GERAL	534.100.000,00	760.000.000,00	1.702.000.000,00	2.796.100.000,00

ARTIGO 4º - Na elaboração das propostas orçamentárias anuais, do período, serão ajustadas as importâncias consignadas aos Projetos e Atividades, podendo, em decorrência da alteração da Receita, serem criados novos ou suprimidos ou reformulados projetos e atividades constantes dos anexos desta Lei.

PARÁGRAFO ÚNICO - As importâncias referentes aos exercícios de 1989 e 1991, estimados a preços de 1989, serão corrigidas monetariamente por ocasião da elaboração dos orçamentos anuais correspondentes àqueles exercícios.

ARTIGO 5º - Esta lei entrará em vigor a 1º de janeiro de 1989, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 30 de novembro de 1988.

Messias Paredão Nascimento Lima
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 30 de novembro de 1988.

Roberto Fernandes dos Santos
Resp./Exp. Secretaria Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120
ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.683, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1988.

"Autoriza a abertura de crédito adicional para o fim que determina".

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Na forma a que se refere o artigo 42 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, fica o Chefe do Executivo autorizado a abrir, ao Orçamento do Município, no Serviço de Finanças - Setor de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Tremembé, um crédito adicional suplementar da ordem de Cz$ 8.100.000,00 (OITO MILHÕES E CEM MIL CRUZADOS), para reforço das seguintes dotações orçamentárias correntes:

1.	LEGISLATIVO		
1.1	CORPO LEGISLATIVO		
01010012.01	- Manutenção das Atividades Legislativas.		
3.1.2.0	- Material de Consumo.....(+)Cz$		200.000,00
3.1.3.2	- Outros Serviços e Encargos.....(+)Cz$		200.000,00
1.2	SECRETARIA		
01010212.02	- Manutenção das Serviços da Secretaria.		
3.1.1.1	- Pessoal Civil.....(+)Cz$		2.000.000,00
3.1.1.3	- Obrigações Patronais.....(+)Cz$		100.000,00
3.1.2.0	- Material de Consumo.....(+)Cz$		200.000,00
3.1.3.2	- Outros Serviços e Encargos.....(+)Cz$		200.000,00
1.5	ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA SOCIAL		
01824952.04	- Pagamento de Inativos - Proventos.		
3.2.5.1	- Inativos - Proventos.....(+)Cz$		1.000.000,00
01824952.04	- Pagamento de Inativos - Obrigações Patronais.		
3.2.5.1	- Inativos - Obrigações Patronais.....(+)Cz$		100.000,00
2.	GABINETE DO PREFEITO		
2.1	ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR		
03070202.05	- Manutenção das Atividades do Gabinete do Prefeito.		
3.1.3.2	- Outros Serviços e Encargos.....(+)Cz$		3.000.000,00
4.	PROCURADORIA JURÍDICA		
4.1	ASSESSORIA JURÍDICA		

03070212.17 - Manutenção das Atividades da Assessoria Jurídica.
3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos.....(+)Cz$ 300.000,00
6. SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO
6.3 SETOR DE MATERIAL E PATRIMÔNIO
03070212.23 - Manutenção das Atividades do Setor.
3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos.....(+)Cz$ 300.000,00
10. SERVIÇOS MUNICIPAIS
10.2 SETOR DE PRAÇAS, PARQUES E JARDINS
10603282.39 - Manutenção das Atividades do Setor.
3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos.....(+)Cz$ 500.000,00

PARÁGRAFO ÚNICO - O ato que abrir o crédito adicional referido neste artigo indicará a importância, a espécie do mesmo e a classificação da despesa até onde for possível.

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 30 de novembro de 1988.

Messias Paredão Nascimento Lima
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 30 de novembro de 1988.

Roberto Fernandes dos Santos
Resp./Exp. Secretaria Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120
ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.684, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1988.

"Acrescenta parágrafo ao artigo 1º da Lei Municipal nº 1.626, de 17 de agosto de 1988".

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - O artigo 1º da Lei Municipal nº 1.626, de 17 de agosto de 1988, passa a vigorar com o acréscimo do seguinte parágrafo:

"PARÁGRAFO ÚNICO - Excetuam-se da vedação de que trata o artigo as industrias do mesmo ramo, já instaladas no Município, na data da promulgação desta lei."

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 17 de agosto de 1988.

ARTIGO 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 30 de novembro de 1988.

Messias Paredão Nascimento Lima
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 30 de novembro de 1988.

Roberto Fernandes dos Santos
Resp./Exp. Secretaria Municipal

L E I Nº 1.685, DE 06 DE DEZEMBRO DE 1988.

"Dispõe sobre criação de emprego e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - O Quadro de Pessoal Celetista da Prefeitura Municipal de Tremembé, constante da Lei Municipal nº 1679, de 22 de novembro de 1988, fica acrescido do seguinte emprego:

- 01 (UM) CHEFE DO SETOR DE MATERIAL E PATRIMÔNIO - REF: "29".

§ 1º - A especificação e atribuição, condição e horário de trabalho do ocupante do emprego de que trata o artigo, serão estabelecidos por Decreto-Executivo.

§ 2º - Aplicam-se ao emprego ora criado os mesmos direitos e vantagens asseguradas pelo artigo 16, da Lei Municipal nº 1.304, de 19 de novembro de 1984.

ARTIGO 2º - Os empregos de Chefe da Seção de Empenhos - Referência "28", Encarregado do Setor de Trânsito - Referência "20" e de Auxiliar de Compras - Referência "20", de que trata a Lei Municipal nº 1.679, de 22 de novembro de 1988, passam para as seguintes referências:

- 01 (UM) CHEFE DA SEÇÃO DE EMPENHOS - REFERÊNCIA "29".
- 01 (UM) ENCARREGADO DO SETOR DE TRÂNSITO - REFERÊNCIA "24".
- 01 (UM) AUXILIAR DE COMPRAS - REFERÊNCIA "22".

ARTIGO 3º - As despesas com a execução desta Lei, onerarão as verbas orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

ARTIGO 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 06 de dezembro de 1988.

Messias Paredão Nascimento Lima

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 06 de dezembro de 1988.

Roberto Fernandes dos Santos

Resp./Exp. Secretaria Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.686, DE 07 DE DEZEMBRO DE 1988.

"Dá nova redação ao Parágrafo Único do artigo 7º, da Lei Municipal nº 1.648, de 22 de setembro de 1988".

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - O parágrafo único do artigo 7º, da Lei Municipal nº 1.648, de 22 de setembro de 1988, passa a vigorar na seguinte conformidade:

"ARTIGO 7º - .....

PARÁGRAFO ÚNICO - Considerando o porte da empresa habilitada e a dimensão de seu parque industrial a ser erigido no local, a doação poderá abranger até cinco (5) unidades imobiliárias, não podendo a área superficial doada, resultante da soma das áreas dessas cinco unidades, superar 40.000,00 m2 (quarenta mil metros quadrados), mediante prévia justificação e recomendação dos órgãos técnicos municipais".

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 07 de dezembro de 1988.

Messias Paredão Nascimento Lima
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 07 de dezembro de 1988.

Júlio Celso Otani
Diretor de Secretaria

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.687, DE 07 DE DEZEMBRO DE 1988.

"Autoriza a abertura de crédito adicional para o fim que determina".

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Na forma a que se refere o artigo 42 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, fica o Chefe do Executivo autorizado a abrir, ao Orçamento do Município, no Serviço de Finanças - Setor de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Tremembé, um crédito adicional suplementar da ordem de CZ$ 4.500.000,00 (QUATRO MILHÕES E QUINHENTOS MIL CRUZADOS), para reforço das seguintes dotações orçamentárias correntes:

6. SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO
6.3 SETOR DE MATERIAL E PATRIMÔNIO
03070212.23 - Manutenção das Atividades do Setor.
3.1.2.0 - Material de Consumo.....(+)CZ$ 500.000,00
3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos.....(+)CZ$ 1.000.000,00
7. SERVIÇO DE OBRAS E VIAÇÃO
7.2 SETOR DE OBRAS E CONSERVAÇÃO - VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS
10583232.28 - Manutenção das Atividades do Setor.
3.1.2.0 - Material de Consumo.....(+)CZ$ 1.500.000,00
7.4 SETOR DE ESTRADAS MUNICIPAIS
16885342.30 - Manutenção das Atividades do Setor.
3.1.2.0 - Material de Consumo.....(+)CZ$ 500.000,00
10. SERVIÇOS MUNICIPAIS
10.2 SETOR DE PRAÇAS, PARQUES E JARDINS
10603282.39 - Manutenção das Atividades do Setor.
4.1.1.0 - Obras e Instalações.....(+)CZ$ 1.000.000,00

PARÁGRAFO ÚNICO - O ato que cuidar da abertura do crédito referido neste artigo indicará a importância, a espécie do mesmo e a classificação da despesa até onde for possível, além dos recursos para a sua pronta cobertura.

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Prefeitura Municipal de Tremembé, 07 de dezembro de 1988.

Messias Paredão Nascimento Lima
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 07 de dezembro de 1988.

Júlio Celso Otani
Diretor de Secretaria

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.688, DE 07 DE DEZEMBRO DE 1988.

"Dispõe sobre mudança de salários, e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Os salários/mês estipulados para os servidores contratados na forma do Convênio de Cooperação Técnica e Financeira, assinado entre a Prefeitura Municipal de Tremembé e o Ministério da Previdência e Assistência Social - MPAS, conforme Lei Municipal nº 1.584, de 08 de março de 1988, ficam fixados na seguinte conformidade:

EMPREGOS/CLT		CARGA/HORÁRIO/DIA	CZ$
02 (DOIS)	ASSISTENTE SOCIAL	04 hs.	84.000,00
01 (HUM)	ASSISTENTE SOCIAL	08 hs.	111.459,70
01 (HUM)	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	04 hs.	74.306,78
01 (HUM)	PSICÓLOGO	04 hs.	74.306,78
05 (CINCO)	ESTAGIÁRIOS	04 hs.	46.441,64

PARÁGRAFO ÚNICO - Ficam majorados em 20% (VINTE POR CENTO), nos meses de novembro e dezembro do corrente ano, os valores dos salários fixados no artigo anterior.

ARTIGO 2º - As despesas com a execução da presente lei onerarão as verbas orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

ARTIGO 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de outubro de 1988.

ARTIGO 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 07 de dezembro de 1988.

Messias Paredão Nascimento Lima
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 07 de dezembro de 1988.

Júlio Celso Otani
Diretor de Secretaria

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.689, DE 07 DE DEZEMBRO DE 1988.

"Dá nova redação ao artigo 3º da Lei Municipal nº 1.621, de 28 de julho de 1988".

O PREFEITO MUNIIIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - O artigo 3º da Lei Municipal nº 1.621,de 28 de julho de 1988, passa a vigorar na seguinte conformidade:

"ARTIGO 3º - Ficam por esta lei fixadas para os dias 1º de abril e 1º de outubro de cada ano as datas-base para reajuste de salários pagos pela Autarquia, a seus servidores, que deverá ser através de Decreto, na mesma percentagem atribuida aos servidores da Administração Direta".

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 07 de dezembro de 1988.

Messias Paredão Nascimento Lima
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 07 de dezembro de 1988.

Júlio Celso Otani
Diretor de Secretaria

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.690, DE 07 DE DEZEMBRO DE 1988.

"Autoriza a abertura de crédito adicional para o fim que determina".

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Na forma a que se refere o artigo 42 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, fica o Chefe do Executivo autorizado a abrir, ao Orçamento do Município, no Serviço de Finanças - Setor de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Tremembé, um crédito adicional suplementar da ordem de CZ$ 1.000.000.,00 (HUM MILHÃO DE CRUZADOS), para reforço da seguinte dotação orçamentária corrente:

8. SERVIÇO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

8.2 SETOR DE EDUCAÇÃO - EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

08421902.34 - Manutenção das Atividades da Educação Pré-Escolar

4.1.2.0 - Equipamentos e Material Permanente.....(+)CZ$ 1.000.000,00

PARÁGRAFO ÚNICO - O ato que cuidar da abertura do crédito referido neste artigo indicará a sua importância, espécie e a classificação da despesa, até onde for possível.

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 07 de dezembro de 1988.

Messias Paredão Nascimento Lima
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 07 de dezembro de 1988.

Júlio Celso Otani
Diretor de Secretaria

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.691, DE 07 DE DEZEMBRO DE 1988.

"Dispõe sobre denominação de via pública".

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Fica denominada Rua Farid Barchetti Demétrio Féres a Rua 04 do Loteamento São Vicente de Paula.

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 07 de dezembro de 1988.

Messias Paredão Nascimento Lima

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 07 de dezembro de 1988.

Júlio Celso Otani

Diretor de Secretaria

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12 120

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.692, DE 07 DE DEZEMBRO DE 1988.

"Autoriza a abertura de crédito adicional para o fim que determina".

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Na forma a que se refere o artigo 42, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, fica o Chefe do Executivo autorizado a abrir, ao Orçamento do Município, no Serviço de Finanças - Setor de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Tremembé, um crédito adicional suplementar da ordem de CZ$ 104.235.494,00 (CENTO E QUATRO MILHÕES, DUZENTOS E TRINTA E CINCO MIL, QUATROCENTOS E NOVENTA E QUATRO CRUZADOS), para reforço das seguintes dotações orçamentárias correntes:

2. GABINETE DO PREFEITO
2.1 ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR
03070202.05 - Manutenção das Atividades do Gabinete do Prefeito
3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+)CZ$ 1.000.000,00
3.1.2.0 - Material de Consumo.....(+ CZ$ 200.000,00
3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos.....(+)CZ$ 1.000.000,00
03070212.06 - Manutenção das Atividades da Secretaria.
3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+)CZ$ 2.000.000,00
03070212.07 - Manutenção das Atividades da Junta do Serviço Militar.
3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+)CZ$ 700.000,00
03462242.12 - Manutenção das Atividades da Comissão Municipal de Esportes.
3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos.....(+)CZ$ 150.000,00
5. SERVIÇO DE FINANÇAS
5.1 SETOR DE TRIBUTAÇÃO
03080322.18 - Manutenção das Atividades do Setor.
3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+)CZ$ 3.000.000,00
5.2 SETOR DE CONTABILIDADE
03080322.19 - Manutenção das Atividades do Setor.
3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+)CZ$ 1.000.000,00
3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos.....(+)CZ$ 300.000,00

6. SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO
6.2 SETOR DE PESSOAL
03070212.22 - Manutenção das Atividades do Setor de Pessoal.
3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+)CZ$ 300.000,00
6.3 SETOR DE MATERIAL E PATRIMÔNIO
03070212.23 - Manutenção das Atividades do Setor.
3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+)CZ$ 1.300.000,00
6.4 SETOR DE PROTOCOLO, ARQUIVO, ZELADORIA E TELEFONIA
03070212.24 - Manutenção das Atividades do Setor.
3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+)CZ$ 300.000,00
6.5 SETOR DE SEGUPANÇA DO PATRIMÔNIO
03070212.25 - Manutenção das Atividades do Setor.
3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+)CZ$ 1.700.000,00
6.6 SETOR DE TRANSPORTES E OFICINAS
03070212.26 - Manutenção das Atividades do Setor de Transportes e Oficinas.
3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+)CZ$ 1.300.000,00
7. SERVIÇO DE OBRAS E VIAÇÃO
7.1 ADMINISTRAÇÃO
03070212.27 - Manutenção das Atividades do Setor.
3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+)CZ$ 3.200.000,00
3.1.2.0 - Material de Consumo.....(+)CZ$ 250.000,00
7.2 SETOR DE OBRAS E CONSERVAÇÃO - VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS
03070211.05 - Conservação e Manutenção de Imóveis recebidos e concedidos em comodato.
3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos.....(+)CZ$ 700.000,00
10583232.28 - Manutenção das Atividades do Setor.
3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+)CZ$ 4.000.000,00
10603272.38 - Manutenção das Atividades do Setor.
3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos.....(+)CZ$22.000.000,00
7.3 SETOR DE FÁBRICA DE PRÉ-MOLDADOS E CARPINTARIA
10583472.29 - Manutenção das Atividades do Setor.
3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+)CZ$ 1.200.000,00
7.4 SETOR DE ESTRADAS MUNICIPAIS
16885342.30 - Manutenção das Atividades do Setor.
3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+)CZ$ 300.000,00

16885341.13 - Abertura e restauração de estradas, construção e restauração de pontes em estradas municipais.
4.1.1.0 - Obras e Instalações.....(+)Cz$ 1.500.000,00
7.5 SETOR DE TRÂNSITO
03915732.31 - Manutenção das Atividades do Setor.
3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+)Cz$ 300.000,00
8. SERVIÇO DE EDUCAÇÃO E CULTURA
8.1 SETOR DE EDUCAÇÃO - ENSINO DE 1º GRAU - ER.
08421881.16 - Construção de Escolas de Primeiro Grau.
4.1.1.0 - Obras e Instalações.....(+)Cz$ 6.000.000,00
08421882.32 - Manutenção das Atividades do Ensino de 1º Grau-ER.
3.1.1.3 - Obrigações Patronais.....(+)Cz$ 800.000,00
08424272.33 - Distribuição da Merenda Escolar.
3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+)Cz$ 1.200.000,00
3.1.1.3 - Obrigações Patronais.....(+)Cz$ 1.000.000,00
3.1.2.0 - Material de Consumo.....(+)Cz$ 9.000.000,00
3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos.....(+)Cz$ 2.000.000,00
8.2 SETOR DE EDUCAÇÃO - EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR
08421902.34 - Manutenção das Atividades da Educação Pré-Escolar.
3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+)Cz$ 1.300.000,00
3.1.1.3 - Obrigações Patronais.....(+)Cz$ 800.000,00
8.3 SETOR DE CULTURA
08482472.35 - Manutenção das Atividades Culturais e Biblioteca.
3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+)Cz$ 1.500.000,00
3.1.1.3 - Obrigações Patronais.....(+)Cz$ 450.000,00
10. SERVIÇOS MUNICIPAIS
10.1 SETOR DE LIMPEZA PÚBLICA
10603252.37 - Manutenção das Atividades do Setor.
3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+)Cz$ 4.000.000,00
10.2 SETOR DE PRAÇAS, PARQUES E JARDINS
10603282.39 - Manutenção das Atividades do Setor.
3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+)Cz$ 1.100.000,00
10.3 SETOR DE MERCADOS E FEIRAS
11163532.40 - Manutenção das Atividades do Setor.
3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos.....(+)Cz$ 120.000,00
10.4 SETOR DE CEMITÉRIOS E SERVIÇOS FUNERÁRIOS

10603262.41 - Manutenção das Atividades do Setor.
3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos.....(+)CZ$ 50.000,00
11. ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
11.1 DESPESAS GERAIS DA ADMINISTRAÇÃO
15824922.54 - Pagamento de Encargos Sociais.
3.1.1.3 - Obrigações Patronais.....(+)CZ$ 14.000.000,00
15824952.55 - Encargos com Inativos.
3.2.5.1 - Inativos - Proventos.....(+)CZ$ 1.000.000,00
15844942.56 - Contribuição ao PASEP.
3.2.8.0 - Contribuição para Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP.....(+)CZ$ 1.000.000,00
08440312.49 - Ajuda Financeira concedida a Estudantes.
3.2.5.4 - Apoio Financeiro a Estudantes.....(+)CZ$ 900.000,00
03070212.42 - Despesas com Outros Serviços e Encargos.
3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos.....(+)CZ$ 1.500.000,00
03080332.46 - Pagamento de Juros da Dívida Contratada.
3.2.6.1 - Juros da Dívida Contratada.....(+)CZ$ 2.000.000,00
03080332.47 - Amortização da Dívida Contratada.
4.3.5.1 - Amortização da Dívida Contratada..(+)CZ$ 1.000.000,00

CRÉDITO ESPECIAL

LEI Nº 1.669/88 E DECRETO Nº 1.194/88.

8. SERVIÇO DE EDUCAÇÃO E CULTURA
8.2 SETOR DE EDUCAÇÃO - EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR
08421900.00 - Educação Pré-Escolar.
4.1.1.0 - Obras e Instalações.....(+)CZ$ 4.000.000,00

CRÉDITO ESPECIAL

LEI Nº 1.584/88 E DECRETO Nº 1.086/88.

2. GABINETE DO PREFEITO
2.1 ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR
03000000.00 - Administração e Planejamento
03460000.00 - Educação Física e Desportos
03462230.00 - Educação Física.
3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+)CZ$ 1.009.145,00
3.1.1.3 - Obrigações Patronais.....(+)CZ$ 432.347,00
3.1.2.0 - Material de Consumo.....(+)CZ$ 2.550.677,00
3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos.....(+)CZ$ 823,325,00

PARÁGRAFO ÚNICO - O ato que cuidar da abertura do crédito referido neste artigo indicará a importância, a espécie do mesmo e a classificação da despesa até onde for possível, além dos recursos para a sua pronta cobertura.

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 07 de dezembro de 1988.

Messias Paredão Nascimento Lima
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 07 de dezembro de 1988.

Júlio Celso Otani
Diretor de Secretaria

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12 120

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.693, DE 07 DE DEZEMBRO DE 1988.

"Dispõe sobre criação de empregos".

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - O Quadro de Pessoal Celetista da Prefeitura Municipal de Tremembé,- ANEXO V, da Lei Municipal nº 1.679, de 22 de novembro de 1988, fica acrescido dos seguintes empregos:

- 01 (UM) ENCARREGADO DO SETOR DE HIDRÁULICA - Referência "24".
- 01 (UM) ENCARREGADO DO SETOR DE ELÉTRICA - Referência "24".
- 01 (UM) ENCARREGADO DO SETOR DE OBRAS - Referência "24".
- 01 (UM) ENCARREGADO DOS ARMADORES - Referência "24".
- 01 (UM) AUXILIAR DO SETOR DE ENGENHARIA - Referência "22".
- 01 (UM) AUXILIAR DO SETOR DE COMPRAS - Referência "22".

PARÁGRAFO 1º - A especificação e atribuição, condição e horário de trabalho dos ocupantes dos empregos de que trata o artigo, serão estabelecidos por Decreto Executivo.

PARÁGRAFO 2º - Aplicam-se aos empregos ora criados os mesmos direitos e vantagens asseguradas pelo artigo 16, da Lei Municipal nº 1.304, de 19 de novembro de 1984.

ARTIGO 2º - Os empregos de Supervisor da Merenda Escolar - Referência "25", Encarregado de Pintura - Referência "20", de que trata a Lei Municipal nº 1.679, de 22 de novembro de 1988, passam para as seguintes referências:

- 01 (UM) SUPERVISOR DA MERENDA ESCOLAR - Referência "26".
- 01 (UM) ENCARREGADO DE PINTURA - Referência "24".

ARTIGO 3º - O Cargo de Chefe da Seção de Empenho - Ref. "28", constante do ANEXO III, da Lei Municipal nº 1.679, de 22 de novembro de 1988, passa para a seguinte referência:
CHEFE DA SEÇÃO DE EMPENHO - Referência "29".

ARTIGO 4º - As despesas com a execução desta lei, onerarão verbas orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

ARTIGO 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 07 de dezembro de 1988.

Messias Paredão Nascimento Lima
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 07 de dezembro de 1988.

Júlio Celso Otani
Diretor de Secretaria

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12 120

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.694, DE 07 DE DEZEMBRO DE 1988.

"Autoriza a abertura de crédito adicional para o fim que determina".

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

ARTIGO 1º - Na forma a que se refere o artigo 42 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, fica o Chefe do Executivo autorizado a abrir, ao Orçamento do Município, no Serviço de Finanças - Setor de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Tremembé, um crédito adicional de CZ$ 4.000.000,00 (QUATRO MILHÕES DE CRUZADOS), para reforço da seguinte dotação orçamentária corrente:

CRÉDITO ESPECIAL

LEI Nº 1.589/88 E DECRETO Nº 1.122/88.

9. SERVIÇO DE SAÚDE

9.1 SETOR DE SAÚDE

13754280.00 - Assistência Médica e Sanitária.

3.2.1.1 - Transferências Operacionais.....(+)CZ$ 4.000.000,00

PARÁGRAFO ÚNICO - O ato que abrir o crédito adicional referido neste artigo indicará a importância, a espécie do mesmo e a classificação da despesa até onde for possível.

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 07 de dezembro de 1988.

Messias Paredão Nascimento Lima
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 07 de dezembro de 1988.

Júlio Celso Otani
Diretor de Secretaria

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12 120

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.695, DE 07 DE DEZEMBRO DE 1988.

"Dispõe sobre denominação de via pública".

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Fica denominada Rua "JOSÉ BENEDITO ALVARENGA FILHO" a Rua 08 do Loteamento São Vicente de Paula.

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 07 de dezembro de 1988.

Messias Paredão Nascimento Lima

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 07 de dezembro de 1988.

Júlio Celso Otani

Diretor de Secretaria

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.696, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1988.

"Autoriza a abertura de crédito adicional para o fim que determina".

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a sèguinte lei:-

ARTIGO 1º - Na forma a que se refere o artigo 42 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, fica o Chefe do Executivo autorizado a abrir, ao Orçamento do Município, no Serviço de Finanças - Setor de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Tremembé, um crédito adicional de Cz$ 13.600.000,00 (TREZE MILHÕES E SEISCENTOS MIL CRUZADOS), para reforço das seguintes dotações orçamentárias correntes:

2. GABINETE DO PREFEITO

2.1 ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR

03070212.06 - Manutenção das Atividades da Secretaria.

3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+)Cz$ 2.500.000,00

8. EDUCAÇÃO E CULTURA

8.1 SETOR DE EDUCAÇÃO - ENSINO DE 1º GRAU - ER.

08424272.33 - Distribuição da Merenda Escolar.

3.1.2.0 - Material de Consumo.....(+)Cz$ 7.000.000,00

4.1.2.0 - Equipamentos e Material Permanente.....(+)Cz$ 4.000.000,00

CRÉDITO ESPECIAL

LEI MUNICIPAL Nº 1.631/88 E DECRETO Nº 1.159/88.

8. SERVIÇO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

8.3 SETOR DE CULTURA

08421880.00 - ENSINO REGULAR

3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos.....(+)Cz$ 100.000,00

PARÁGRAFO ÚNICO - O ato que abrir o crédito adicional referido neste artigo indicará a importância, a espécie do mesmo e a classificação da despesa até onde for possível.

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 26 de dezembro de 1988.

Messias Paredão Nascimento Lima

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 26 de dezembro de 1988.

Júlio Celso Otani

Diretor de Secretaria

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.697, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1988.

"Dispõe sobre retificação da Lei Municipal nº 1.639, de 19 de setembro de 1988".

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - O artigo 1º da Lei Municipal nº 1.639, de 19 de setembro de 1988, fica retificado na seguinte conformidade:

ONDE SE LÊ

7. SERVIÇOS DE OBRAS E VIAÇÃO
7.2 SETOR DE OBRAS E CONSERVAÇÃO - VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS
10583232.08 - Pavimentação e Conservação de Vias Públicas.
3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos.....(+)Cz$ 500.000,00

LEIA-SE

7. SERVIÇO DE OBRAS E VIAÇÃO
7.1 ADMINISTRAÇÃO
03070212.27 - Manutenção das Atividades do Setor.
3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos.....(+)Cz$ 500.000,00

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 19 de setembro de 1988.

ARTIGO 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 26 de dezembro de 1988.

Messias Paredão Nascimento Lima
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 26 de dezembro de 1988.

Júlio Celso Otani
Diretor de Secretaria

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.698, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1988.

"Institui o Imposto sobre Vendas a Varejo de Combustíveis Líquidos e Gasosos".

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Fica instituído no Município o Imposto sobre Vendas a Varejo de Combustíveis Líquidos e Gasosos (I.V.V), exceto o óleo diesel.

ARTIGO 2º - O Imposto Municipal sobre Vendas a Varejo de combustíveis Líquidos e Gasosos - IVV - tem como fato gerador a venda a varejo desses produtos por qualquer pessoa física ou jurídica ao consumidor.

ARTIGO 3º - Contribuinte do imposto é a pessoa física ou jurídica que, no território do Município, realizar operações de venda a varejo de combustíveis líquidos e gasosos, com ou sem estabelecimento fixo.

PARÁGRAFO ÚNICO - São também contribuintes as sociedades civis de fins não econômicos e as cooperativas que realizam operações de vendas a varejo de combustíveis líquidos e gasosos.

ARTIGO 4º - A base de cálculo do imposto é o preço da venda a varejo de combustíveis líquidos e gasosos, incluídas as despesas adicionais de qualquer natureza, inclusive as transferidas ao consumidor pelo varejista.

PARÁGRAFO ÚNICO - O montante, ou valor global das operações de venda a varejo realizadas, qualquer que seja o período de tempo considerado, constitui a receita bruta para efeito de cálculo do imposto.

ARTIGO 5º - A alíquota do imposto incidente sobre a base de cálculo é de 3% (TRÊS POR CENTO).

ARTIGO 6º - O imposto, lançado por homologação, será recolhido mensalmente até o último dia do mês seguinte ao mês de competência.

ARTIGO 7º - Fica instituída a responsabilidade das Distribuidoras e Fornecedoras pelo pagamento do imposto.

ARTIGO 8º - A inscrição do contribuinte e do responsável tributário no Cadastro Fiscal do Município é obrigatória antes do início das atividades.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os contribuintes e responsáveis já estabelecidos e em operação promoverão suas inscrições no prazo de 30 (TRINTA) dias contados da publicação desta lei.

ARTIGO 9º - As operações de venda a varejo sujeitas a incidência do imposto instituído nesta lei, serão, para efeito de controle, escrituradas em livro próprio, a ser adotado a critério da Administração.

ARTIGO 10 - Na disciplina do lançamento e arrecadação do imposto sobre vendas a varejo de combustíveis líquidos e gasosos, são aplicáveis as normas e disposições das Leis Tributárias em vigor, disciplinadoras do Imposto Sobre Serviços - ISS - no que couber, especialmente quanto à definição e incidência de penalidades, juros, acréscimos, correção monetária e cumprimento das obrigações acessórias.

ARTIGO 11 - O Executivo regulamentará a aplicação desta Lei no prazo de 30 (TRINTA) dias de sua publicação.

ARTIGO 12 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação e será aplicada após o decurso de 30 (TRINTA) dias.

ARTIGO 13 - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 26 de dezembro de 1988.

Messias Paredão Nascimento Lima
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 26 de dezembro de 1988.

Júlio Celso Otani
Diretor de Secretaria

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.699, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1988.

"Dispõe sobre criação de empregos".

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - O Quadro de Pessoal Celetista da Prefeitura Municipal de Tremembé - ANEXO V, da Lei Municipal nº 1679, de 22 de novembro de 1988, fica acrescido dos seguintes empregos:

- 04 (QUATRO) MERENDEIRAS - Referência "08".
- 01 (UM) OPERADOR DE MÁQUINA III - Referência "19".

ARTIGO 2º - As despesas com a execução desta lei, onerarão as verbas orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

ARTIGO 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 26 de dezembro de 1988.

Messias Paredão Nascimento Lima

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 26 de dezembro de 1988.

Júlio Celso Otani

Diretor de Secretaria

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.700, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1988.

"Concede isenção de impostos e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Ficam isentos do Imposto Predial e Territorial Urbano, os prédios, cujas construções sejam consideradas de Padrão Baixo, pertencentes a proprietários que percebam até 02 (DOIS) pisos salariais vigentes no país, no dia 1º de janeiro de cada ano, na data em que é feito o lançamento do competente imposto.

§ 1º - Para usufruir do competente benefício o proprietário deverá requerer, junto ao Setor competente da Municipalidade, a isenção através do requerimento dirigido ao Prefeito Municipal munido dos seguintes documentos:-

a)- título de propriedade do imóvel;

b)- documento, comprovando a renda percebida no dia 1º de janeiro, do exercício a que se referir a isenção; e

c)- atestado de residência fornecido por órgão competente.

§ 2º - A isenção deverá ser requerida até o dia 31 de janeiro de cada ano.

§ 3º - A isenção do referido imposto só será concedida a proprietário possuidor de 01 (UM) único imóvel, o qual deverá destinar-se, exclusivamente, à sua moradia.

ARTIGO 2º - Após requerida a isenção, a documentação será encaminhada à Comissão de Avaliação que deverá ser constituída por técnicos das áreas de Engenharia, Jurídica e Assistência Social, a ser designada através de Decreto Municipal, à qual caberá emitir parecer aprovando ou não a isenção do pagamento do tributo.

ARTIGO 3º - Esta lei entrará em vigor a 1º de janeiro de 1989.

ARTIGO 4º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei nº 1.619, de 08 de julho de 1988.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 26 de dezembro de 1988.

Messias Pereira Nascimento Lima
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 26 de dezembro de 1988.

Júlio Celso Otani
Diretor de Secretaria